

Equatorial Energia Distribuição S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2024

Equatorial Energia Distribuição S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	7
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	8
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	9
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	11
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	12

Notas explicativas

1	CONTEXTO OPERACIONAL	13
2	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	13
3	POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	21
4	ASSUNTOS REGULATÓRIOS	44
5	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	47
6	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	48
7	CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO).....	49
8	VALORES A RECEBER (DEVOLVER) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS (CONSOLIDADO)	51
9	PARTES RELACIONADAS	54
10	INVESTIMENTOS	57
11	ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO (CONSOLIDADO).....	60
12	INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)	60
13	ATIVOS DE CONTRATO (CONSOLIDADO)	62
14	FORNECEDORES (CONSOLIDADO).....	62
15	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CONSOLIDADO)	64
16	DEBÊNTURES (CONSOLIDADO).....	67
17	IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS (CONSOLIDADO)	70
18	VALORES A PAGAR DE ACORDO COM O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL - EQUATORIAL PARÁ	73
19	PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS VINCULADOS (CONSOLIDADO)	75
20	PIS/COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONSUMIDORES (CONSOLIDADO).....	79
21	DIVIDENDOS A PAGAR (CONTROLADORA)	80
22	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	81
23	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (CONSOLIDADO).....	89
24	CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (CONSOLIDADO).....	90
25	ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA (CONSOLIDADO).....	91
26	RESULTADO FINANCEIRO (CONSOLIDADO)	92
27	BENEFÍCIO PÓS EMPREGO (CONSOLIDADO)	92
28	INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	102
29	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	118
30	COMPROMISSOS FUTUROS (CONSOLIDADO).....	119
31	EVENTOS SUBSEQUENTES	120



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e Diretoria da
Equatorial Energia Distribuição S.A.
São Luis - MA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Equatorial Energia Distribuição S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Controles gerais de tecnologia de informação

A Companhia e suas controladas, impactada pelos seus elevados números de transações, utiliza-se de uma complexa estrutura de sistemas e controles de tecnologia da informação, sejam eles manuais, automatizados e dependentes dos sistemas integrados de gestão. A eficácia no desenho e na operação destes controles é de suma importância para que os registros contábeis e, por consequência, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas estejam livres de erros materiais. Essa estrutura, encontra-se em diferentes níveis de maturação e os riscos relacionados aos processos de tecnologia da informação relevantes para as transações processadas nos diferentes sistemas podem resultar em informações críticas incorretas, inclusive as utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Devido à importância dos controles gerais de tecnologia da informação, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI (“ITGCs”) implementados pelas Companhias para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria; (ii) analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários; (iii) avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia; (iv) avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas conforme o desenho dos referidos controles; (v) analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes. Esses procedimentos, quando necessário, foram executados com o envolvimento dos nossos profissionais de tecnologia para nos auxiliar na execução desses procedimentos.

A combinação das deficiências dos controles internos encontradas no processo de gestão de acessos e mudanças representou uma deficiência significativa e, portanto, alteraram a nossa avaliação quanto à natureza, época e ampliou a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas no tocante às contas contábeis envolvidas.

Os nossos procedimentos adicionais incluíram, dentre outros, avaliação substantiva da integridade dos relatórios produzidos pelos sistemas relacionados e utilizados em nossos procedimentos de auditoria.

Com base nos resultados dos procedimentos acima, consideramos aceitáveis as informações extraídas dos sistemas da Companhia para planejamento e execução dos nossos testes no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada

As receitas de fornecimento de energia elétrica são reconhecidas quando do consumo da energia, conforme regime de competência, independente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$ 518.862 mil em 31 de dezembro de 2024 e está divulgado na nota explicativa nº 7 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

O cálculo da receita não faturada foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da diretoria acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja mensurada de forma acurada e contabilizada na competência correta.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a compreensão e documentação do processo de estimativa, com revisão das premissas adotadas por parte da Diretoria; (ii) recálculo por consumidor da estimativa de receita não faturada com base nos dados do relatório extraído do sistema de faturamento, (iii) teste de detalhe em base amostral dos dados do relatório extraído do sistema de faturamento, que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada, (iv) procedimentos analíticos para desenvolver uma expectativa independente baseada no comportamento histórico dos saldos em análise; (v) reconciliação do saldo de receita de fornecimento de energia não faturada com os registros contábeis; e (vi) comparação da premissa de consumo médio estimado pela Companhia com o consumo médio real conforme relatório extraído da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita não faturada, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pela Diretoria da Companhia e de duas controladas, assim como as respectivas divulgações são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado, foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



**Shape the future
with confidence**

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 26 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Carlos Santos Mota Filho', written over a faint, stylized background.

Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE020728/O

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023			2024	2023	2024	2023
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	144	241	1.668.099	832.479	Fornecedores	14	3	2	2.069.242	2.025.466
Aplicações financeiras	6	6.358	6.665	4.592.742	2.209.995	Fornecedores - Risco sacado	14.1	-	-	216.341	264.194
Contas a receber de clientes	7	-	-	4.033.641	4.066.816	Empréstimos e financiamentos	15	-	-	3.238.086	1.261.594
Subvenção CCC		-	-	60.200	54.402	Debêntures	16	-	-	87.724	67.226
Serviços pedidos		-	-	378.069	383.207	Impostos e contribuições a recolher		309	945	515.959	468.739
Depósitos vinculados	19	-	-	4.730	4.442	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		847	391	21.218	7.124
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	8	-	-	-	20.234	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		-	-	59.567	55.477
Instrumentos financeiros derivativos	28.4	-	-	205.125	-	Dividendos a pagar	9	487.148	242.859	552.351	312.435
Almozarifado		-	-	42.680	30.017	Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	8	-	-	442.427	227.003
Impostos e contribuições a recuperar		-	-	430.217	245.340	Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	18	-	-	112.764	74.869
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		3.058	2.647	369.220	306.643	Instrumentos financeiros derivativos	28.4	-	-	51	40.792
Dividendos a receber	9	512.156	568.379	11.938	19.978	Participação nos lucros		-	-	107.024	102.179
Outras contas a receber		-	1	730.936	634.489	Encargos setoriais		-	-	268.703	303.511
Total do ativo circulante		521.716	577.933	12.527.597	8.808.042	Benefício pós-emprego	27	-	-	1.546	1.336
Não circulante						PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	-	-	9.654	58.950
Aplicações financeiras	6	-	-	21.863	19.904	Passivo de arrendamento		-	-	5.699	5.658
Contas a receber de clientes	7	-	-	444.374	457.895	Provisão para riscos judiciais	19	-	-	83.722	95.748
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	8	-	-	2.325	-	Outras contas a pagar		-	-	976.053	651.088
Depósitos vinculados	19	-	-	373.904	274.098	Total do passivo circulante		488.307	244.197	8.768.131	6.023.389
Serviços pedidos		-	-	52.683	50.478	Não circulante					
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	137.815	-	Fornecedores	14	-	-	15.485	20.774
Impostos e contribuições a recuperar		-	-	555.223	453.189	Empréstimos e financiamentos	15	-	-	7.019.220	7.809.892
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		-	-	190.153	231.273	Debêntures	16	-	-	6.105.187	2.337.411
Imposto de renda e contribuições social diferidos	17	-	-	455.195	439.007	Impostos e contribuições a recolher		-	-	134.138	109.084
Sub-rogação da CCC - valores aplicados		-	-	349.930	20.444	Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	-	-	1.330.359	1.122.682
Benefício pós-emprego	27	-	-	15.872	12.708	Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	8	-	-	311.791	322.492
Outras contas a receber		-	-	27.331	24.314	Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	18	-	-	1.023.836	1.005.699
Investimentos	10	10.317.869	9.685.995	465.233	462.775	Provisão para riscos judiciais	19	-	-	575.394	549.426
Ativo financeiro da concessão	11	-	-	12.879.525	10.779.527	Benefício pós-emprego	27	-	-	84.458	95.689
Intangível	12	-	-	7.436.475	7.343.160	Instrumentos financeiros derivativos	28.4	-	-	24.154	249.881
Ativo de contrato	13	-	-	1.814.575	2.112.394	Encargos setoriais		-	-	96.391	75.325
Direito de uso		-	-	17.999	21.940	Passivo de arrendamento		-	-	14.831	18.594
Total do ativo não circulante		10.317.869	9.685.995	25.240.475	22.703.106	Outras contas a pagar		-	-	209.045	177.894
						Total do passivo não circulante		-	-	16.944.289	13.894.843
						Patrimônio líquido					
						Capital social	22.1	5.493.218	5.493.218	5.493.218	5.493.218
						Reservas de capital		1.993.753	1.987.710	1.993.753	1.987.710
						Reservas de lucros	22.2	2.872.346	2.483.968	2.872.346	2.483.968
						Ajuste de avaliação patrimonial		(8.039)	54.835	(8.039)	54.835
						Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia		10.351.278	10.019.731	10.351.278	10.019.731
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	1.704.374	1.573.185
						Total do patrimônio líquido		10.351.278	10.019.731	12.055.652	11.592.916
Total do ativo		10.839.585	10.263.928	37.768.072	31.511.148	Total do passivo e patrimônio líquido		10.839.585	10.263.928	37.768.072	31.511.148

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	23	-	-	20.729.767	18.995.511
Energia elétrica comprada para revenda	25	-	-	(8.411.807)	(7.215.157)
Custo de construção		-	-	(4.475.991)	(4.240.076)
Custo da operação		-	-	(1.566.667)	(1.495.213)
Custos de energia elétrica, construção e operação	24	-	-	(14.454.465)	(12.950.446)
Lucro bruto		-	-	6.275.302	6.045.065
Despesas com vendas	24	-	-	(606.403)	(502.255)
Despesas gerais e administrativas	24	(175)	(462)	(658.088)	(380.385)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	24	-	-	(407.502)	(328.317)
Resultado da equivalência patrimonial		2.724.155	2.945.260	59.633	9.897
Outras despesas operacionais, líquidas	24.1	-	-	(420.867)	(338.938)
Total de receitas (despesas) operacionais		2.723.980	2.944.798	(2.033.227)	(1.539.998)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro		2.723.980	2.944.798	4.242.075	4.505.067
Receitas financeiras	26	8.323	8.143	1.800.920	1.441.349
Despesas financeiras	26	(71)	(10.071)	(2.664.418)	(2.212.185)
Resultado financeiro		8.252	(1.928)	(863.498)	(770.836)
Resultado antes dos impostos sobre lucro		2.732.232	2.942.870	3.378.577	3.734.231
Imposto de renda e contribuição social - correntes	17.4	(2.674)	(1.615)	(76.205)	(97.248)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	17.4	-	-	(226.562)	(330.535)
Impostos sobre o lucro		(2.674)	(1.615)	(302.767)	(427.783)
Lucro líquido do exercício		2.729.558	2.941.255	3.075.810	3.306.448
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		2.069.822	2.452.820	2.729.558	2.941.255
Acionistas não controladores		659.736	488.435	346.252	365.193
Lucro líquido do exercício		2.729.558	2.941.255	3.075.810	3.306.448

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	2.069.822	2.941.255	3.075.810	3.306.448
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Resultados abrangentes (<i>hedge</i> e benefícios pós-emprego, líquido de tributos diferidos)	(62.874)	76.330	(76.061)	84.899
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	(62.874)	76.330	(76.061)	84.899
Total dos resultados abrangentes	2.006.948	3.017.585	2.999.749	3.391.347
Acionistas controladores	1.347.212	2.529.150	2.653.497	3.026.154
Acionistas não controladores	659.736	488.435	346.252	365.193
Total resultados abrangentes	2.006.948	3.017.585	2.999.749	3.391.347

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Notas	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros				Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido da controladora	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
			Legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de remuneração de capital	Reserva de dividendos adicionais					
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.791.718	190.013	241.261	-	740.609	142.446	(21.495)	-	5.084.552	1.277.689	6.362.241
Dividendos adicionais 2022 distribuídos	-	-	-	-	-	(142.446)	-	-	(142.446)	(121.720)	(264.166)
Valor justo das opções de compra (<i>Vesting period</i>)	-	8.562	-	-	-	-	-	-	8.562	-	8.562
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(740.609)	-	-	-	(740.609)	-	(740.609)
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.990)	(2.990)
Aquisição de participação em controlada dos acionistas não-controladores	1.701.500	1.701.500	-	-	-	-	-	-	3.403.000	-	3.403.000
Reorganização societária	-	87.635	-	-	-	-	-	-	87.635	112.651	200.286
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados abrangentes (hedge e benefícios pós-emprego, líquido de tributos diferidos)	-	-	-	-	-	-	76.330	-	76.330	8.569	84.899
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.941.255	2.941.255	365.193	3.306.448
Constituição da reserva legal	-	-	147.063	-	-	-	-	(147.063)	-	-	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	(471.909)	(471.909)	-	(471.909)
Complemento de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(226.639)	(226.639)	(66.207)	(292.846)
Constituição de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	1.854.032	-	(1.854.032)	-	-	-
Constituição de reserva de remuneração de capital	-	-	-	-	241.612	-	-	(241.612)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.493.218	1.987.710	388.324	-	241.612	1.854.032	54.835	-	10.019.731	1.573.185	11.592.916
Dividendos adicionais 2023 distribuídos	-	-	-	-	-	(1.854.032)	-	-	(1.854.032)	(137.106)	(1.991.138)
Valor justo das opções de compra (<i>Vesting period</i>)	-	3.462	-	-	-	-	-	-	3.462	-	3.462
Valor justo de opção de compra <i>Matching shares</i> (<i>Vesting period</i>)	-	2.581	-	-	-	-	-	-	2.581	-	2.581
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.892)	(2.892)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados abrangentes (instrumentos financeiros derivativos)	-	-	-	-	-	-	(110.811)	-	(110.811)	(20.447)	(131.258)
Tributos diferidos sobre ganho (perda) de instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	37.676	-	37.676	6.952	44.628
Resultados abrangentes (benefícios pós-emprego)	-	-	-	-	-	-	15.547	-	15.547	466	16.013
Tributos diferidos sobre ganho (perda) de benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	(5.286)	-	(5.286)	(158)	(5.444)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.729.558	2.729.558	346.252	3.075.810
Constituição da reserva legal	-	-	136.478	-	-	-	-	(136.478)	-	-	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Complemento de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	161.122	-	-	-	(648.270)	(487.148)	(61.878)	(549.026)
Constituição de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	1.353.938	-	(1.353.938)	-	-	-
Constituição de reserva de remuneração de capital	-	-	-	-	590.872	-	-	(590.872)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.493.218	1.993.753	524.802	161.122	832.484	1.353.938	(8.039)	-	10.351.278	1.704.374	12.055.652

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	2.729.558	2.941.255	3.075.810	3.306.448
Ajustes para:				
Amortização e depreciação	-	-	895.999	813.924
Amortização do direito de concessão	-	-	69.842	60.811
Resultado de equivalência patrimonial	(2.724.155)	(2.945.260)	(59.633)	(9.897)
Baixa de intangível, financeiro e contratual	-	-	47.976	59.703
Atualização do ativo financeiro	-	-	(476.220)	(557.800)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	-	8.217	1.931.642	807.859
Perdas (ganho) com instrumentos derivativos	-	-	(598.113)	383.354
Ajuste a valor presente	-	-	15.631	(8.146)
Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	-	407.502	328.317
Encargos financeiros sobre perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa:	-	-	(9.031)	(15.264)
Baixa de recebíveis incobráveis	-	-	201.327	84.261
Provisão e atualização de encargos setoriais	-	-	154.164	147.108
Provisão e atualização de riscos judiciais	-	-	68.512	(71.456)
Rendimentos de aplicações financeiras	(8.589)	(8.540)	(425.229)	(369.141)
Valores a pagar (receber) da parcela A e outros itens financeiros	-	-	131.548	(643.870)
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	-	-	226.562	330.535
Impostos de renda e contribuições sociais correntes	2.674	1.615	76.205	97.248
Valor justo das opções de compra	-	-	1.777	42.477
Provisão da participação nos lucros	-	-	67.888	30.292
Provisão de provisão para perda de estoque	-	-	(2.328)	(91.072)
Benefício pós emprego	-	-	3.565	-
Encargos de geração distribuída	-	-	6.376	-
PIS/COFINS a ser restituídos a consumidores	-	-	-	48.199
	(512)	(2.713)	5.811.772	4.773.890
Variações nos ativos e passivos, circulantes e não circulantes:				
Contas a receber de clientes	-	-	(524.754)	(750.961)
Subvenção CCC	-	-	(5.798)	18.480
Serviços pedidos	-	-	2.933	65.774
Depósitos judiciais	-	-	(100.094)	(26.079)
Almoxarifado	-	-	(12.663)	126.528
Impostos e contribuições a recuperar	-	-	(286.911)	32.789
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(411)	(1.693)	(62.767)	(164.676)
Outros créditos a receber	1	1	(137.904)	(1.555)
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	-	-	(92.666)	64.676
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	-	-	79.500	(12.246)
Fornecedores	1	(15)	(70.596)	193.916
Fornecedores - Risco sacado	-	-	(47.853)	119.134
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	-	-	(190.540)	(181.763)
Impostos e contribuições a recolher	(636)	799	97.302	164.189
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	(2.218)	(1.864)	161.142	(252.257)
Encargos setoriais	-	-	(166.398)	(112.859)
Participação nos lucros	-	-	(63.043)	(34.817)
Provisão de riscos judiciais	-	-	(78.547)	(91.119)
Outras contas a pagar	512.151	1.151	354.006	47.786
Benefício pós emprego	-	-	-	4.391
Devolução de capital social a liquidar	-	(347.000)	-	(347.000)
Reconhecimento de dividendos	1.579.522	663.477	41.020	857
	2.088.410	314.856	(1.104.631)	(1.136.812)
Rendimentos de aplicações financeiras	8.589	8.540	425.229	369.141
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(181.943)	(173.933)
Juros pagos	-	(37.404)	(965.694)	(783.394)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	2.096.487	283.279	3.984.733	3.048.892
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aquisições no ativo contratual	-	-	(2.268.895)	(2.826.103)
Resgate (aplicações) financeiras	307	(5.804)	(2.384.706)	549.380
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	307	(5.804)	(4.653.601)	(2.276.723)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	(1.786.782)	(1.260.749)	(2.639.245)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	1.377.077	1.200.456
Captação de debêntures	-	-	3.731.300	300.000
Amortização de debêntures	-	(1.578.983)	(39.132)	(2.231.380)
Amortização do passivo de arrendamento	-	-	(5.915)	(4.308)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos	-	-	31.897	(181.935)
Dividendos pagos	(2.096.891)	(664.196)	(2.300.248)	(838.159)
Valores pagos referente a acordos com plano de recuperação judicial	-	-	(29.742)	(27.360)
Caixa líquido adquirido na aquisição de investimento	-	-	-	405.325
Aquisição de participação em controlada dos acionistas não-controladores	-	3.403.000	-	3.403.000
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	(2.096.891)	(626.961)	1.504.488	(613.606)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(97)	(349.486)	835.620	158.563
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	241	349.727	832.479	673.916
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	144	241	1.668.099	832.479
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(97)	(349.486)	835.620	158.563

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas				
Vendas de produtos e serviços e receitas de construção	-	-	23.465.140	20.717.561
Receita de construção	-	-	4.475.991	4.240.076
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	-	(407.502)	(328.317)
Outras receitas	-	-	5.988	21.905
	-	-	27.539.617	24.651.225
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	-	-	(12.887.798)	(11.455.233)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(175)	(462)	(1.371.908)	(1.230.500)
Subvenção CCC	-	-	(58.327)	9.384
Despesas comerciais e outras	-	-	(462.324)	(244.141)
	(175)	(462)	(14.780.357)	(12.920.490)
Valor (aplicado) adicionado bruto	(175)	(462)	12.759.260	11.730.735
Amortização e depreciação	-	-	(895.999)	(813.924)
Valor (aplicado) adicionado líquido gerado pela Companhia	(175)	(462)	11.863.261	10.916.811
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	8.729	8.540	1.843.540	1.480.400
Resultado de equivalência patrimonial	2.724.155	2.945.260	59.633	9.897
Amortização do direito de concessão	-	-	(69.842)	(60.811)
	2.732.884	2.953.800	1.833.331	1.429.486
Valor adicionado total a distribuir	2.732.709	2.953.338	13.696.592	12.346.297
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	-	-	259.761	279.913
Benefícios	-	-	91.570	83.204
FGTS	-	-	34.058	28.284
	-	-	385.389	391.401
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	3.080	2.012	3.411.741	3.177.700
Estaduais	-	-	4.138.343	3.240.316
Municipais	-	-	4.449	3.965
	3.080	2.012	7.554.533	6.421.981
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	-	8.218	2.188.721	1.775.477
Aluguéis	-	-	16.442	14.282
Encargos com partes relacionada	-	-	6.700	6.738
Outros despesas financeiras	71	1.853	468.997	429.970
	71	10.071	2.680.860	2.226.467
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	2.002.208	2.080.671	549.026	764.755
Lucro retidos	67.614	372.149	2.180.532	2.176.500
Participação dos não controladores no lucro retido	659.736	488.435	346.252	365.193
	2.729.558	2.941.255	3.075.810	3.306.448
Valor adicionado	2.732.709	2.953.338	13.696.592	12.346.297

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Equatorial Energia Distribuição S.A. (“Companhia” ou “Equatorial Distribuição” ou “Controladora”), em conjunto com suas controladas, denominada “Grupo”, é uma *holding* constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão. A Companhia tem por objetivo a participação em outras sociedades, prioritariamente em operações de distribuição de energia elétrica. A Equatorial S.A. (antiga Equatorial Energia S.A.) é controladora da Equatorial Distribuição.

1.1 Entidades controladas e coligadas

A Companhia mantém investimentos conforme demonstrado a seguir:

Distribuição de energia:	Tipo de sociedade	Participação societária	Estado e área de operação	Nº de consumidores*	Nº contrato de concessão	Prazo de concessão	Término da concessão
Entidades controladas:							
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	Sociedade anônima aberta	Direta, 65,11%	Maranhão	2.805.962	060/2000	30 anos	10/08/2030
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	Sociedade anônima aberta	Direta, 96,50%	Pará	3.064.204	182/1998	30 anos	28/07/2028
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 94,94%	Piauí	1.546.949	001/2018	30 anos	17/10/2048
Entidade coligada:							
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 19,00%	Alagoas	1.394.549	02/2019	30 anos	18/03/2049

(*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre, não auditado.

As controladas Equatorial Maranhão, Equatorial Pará e Equatorial Piauí serão mencionadas nas notas explicativas a seguir apenas como “controladas”, enquanto a Equatorial Alagoas será intitulada de “coligada”.

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas companhias consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

1.2 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil. A reforma substitui os tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Dessa forma, até 31 de dezembro de 2024, não há impactos da reforma tributária nas demonstrações contábeis da Companhia. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições forem estabelecidas.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

1.3 Acordo de acionistas - Operações com Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas

1.3.1 Equatorial Piauí

Em 21 de março de 2023, o Conselho de Administração da Equatorial S.A. aprovou a transferência da totalidade das ações da Equatorial Piauí, através de aumento de capital, representativas de 94,94% do capital social, de titularidade da Equatorial S.A., para a também controlada Equatorial Distribuição S.A. Na mesma data, o Conselho de Administração da Equatorial S.A. aprovou a celebração de um acordo de investimento entre a Equatorial S.A. e o Itaú Unibanco S.A. (“Itaú”), regulando os termos e condições para a realização de um novo investimento, pelo Itaú, na Equatorial Distribuição S.A., através da subscrição e integralização de ações preferenciais classe B do capital social da Equatorial Distribuição S.A. (“Acordo de Investimento”) no montante de aproximadamente R\$ 2.103.000. O aporte foi consumado naquele dia e, em 23 de março de 2023, o Acordo de Investimento foi firmado, no qual o investimento, pelo Itaú na Equatorial Distribuição, foi implementado (“Operação”).

Com a conclusão da Operação, o Itaú passou a ser titular de 559.308.511 ações preferenciais classe B de emissão da Equatorial Distribuição, as quais, em conjunto com as 397.661.749 ações preferenciais classe A de emissão da Equatorial Distribuição já anteriormente detidas pelo Itaú, representam 20,83% do capital social total da Equatorial Distribuição e a totalidade das ações preferenciais de sua emissão.

A Equatorial S.A., por sua vez, obteve, com a conclusão da Operação, 1 ação ordinária adicional de emissão da Equatorial Distribuição, passando a ser titular de um total de 3.637.513.056 ações ordinárias de emissão da Equatorial Distribuição, representativas de 79,17% do capital social total da Equatorial Distribuição. Como consequência dessa transação, a Equatorial Distribuição S.A. passou a ser controladora direta da Equatorial Piauí, com participação de 94,94% de seu capital social, enquanto a Equatorial S.A. se tornou controladora indireta da Equatorial Piauí e, conseqüentemente, a Equatorial Distribuição assumiu a qualidade de emitente das Notas Comerciais Escriturais e de emissora das Debêntures (6ª emissão de debêntures da Equatorial S.A.), anteriormente assumida pela Equatorial S.A.

1.3.2 Equatorial Alagoas

Em 21 de dezembro de 2023, o Conselho de Administração da Equatorial S.A. aprovou a transferência parcial das ações da Equatorial Alagoas, através de aumento de capital, representativas de 19% do capital social, de titularidade da Equatorial S.A., para a também controlada Equatorial Distribuição S.A. Na mesma data, o Conselho de Administração da Equatorial S.A. aprovou a celebração de acordo de investimento entre a Equatorial S.A. e o Itaú Unibanco S.A., com a interveniência e anuência da Equatorial Energia Distribuição S.A., cujo objetivo é regular os termos e condições para a realização de investimento na Equatorial Distribuição, pelo Itaú, no valor de R\$ 1.300.000, mediante a emissão de 70.921.986 ações preferenciais Classe B adicionais às existentes (“Novas Ações Preferenciais Classe B”) e de 236.406.620 novas ações preferenciais classe C, de emissão da Equatorial Distribuição, sujeito à verificação de algumas condições precedentes e ao cumprimento de certas obrigações estabelecidas no Acordo de Investimento, bem como à correspondente implementação da Operação nos termos do Acordo de Investimento.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Após a finalização, o Itaú passou a ser titular de 236.406.620 ações preferenciais classe C, de emissão da Companhia e 70.921.986 ações preferenciais classe B as quais, em conjunto com as 397.661.749 ações preferenciais classe A e 559.308.511 ações preferenciais classe B já anteriormente detidas pelo Itaú, representam 25,79% do capital social total da Equatorial Distribuição e a totalidade das ações preferenciais de sua emissão. A Equatorial S.A., por sua vez, obteve, com a conclusão da Operação, 1 ação ordinária adicional de emissão da Equatorial Distribuição, passando a ser titular de um total de 3.637.513.057 ações ordinárias de emissão da Equatorial Distribuição, representativas de 74,21% do capital social total da Equatorial Distribuição. Como consequência dessa contribuição, a Equatorial Distribuição passou a ser investidora da Equatorial Alagoas, com participação correspondente a 19% do capital social total da Equatorial Alagoas, porém permanecendo o controle com a Equatorial S.A.

1.3.3 Dividendos privilegiados

Observado o disposto no estatuto social da Equatorial Distribuição, arquivado na Junta Comercial do Estado do Maranhão, sob o nº 20240976886, em sessão de 26 de julho de 2024:

1) Enquanto houver Ações Preferenciais Classe A e Ações Preferenciais Classe B, nos termos do artigo 17, § 2º da Lei das Sociedades por Ações, as Ações Preferenciais de emissão da Equatorial Distribuição terão direito aos dividendos distribuídos pela Equatorial Distribuição, de acordo com os termos e condições estabelecidos abaixo, em cada exercício social, aos seus acionistas, até que o valor total pago seja equivalente aos montantes abaixo (“Dividendos Privilegiados PNA e PNB”) sendo certo que os Dividendos Privilegiados devidos aos titulares das Ações Preferenciais Classe A e Ações Preferenciais Classe B serão alocados na proporção de 19,60% para as Ações Preferenciais Classe A e 80,40% para Ações Preferenciais Classe B, exceto em relação ao item (1.1.2) abaixo, cuja distribuição será 100% (cem por cento) alocada exclusivamente para as Ações Preferenciais Classe B e com prioridade em relação à distribuição prevista no item (1.1.1) abaixo.

1.1) 15% e 27,10% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao primeiro semestre do exercício social de 2023:

(1.1.1) em relação às Ações Preferenciais Classe A e as Ações Preferenciais Classe B, 15% do lucro líquido apurado pela Equatorial Distribuição de acordo com a definição constante do artigo 191 da Lei das Sociedades por Ações, feitas as deduções exigidas no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações e subtraindo-se do valor resultante os valores que tenham sido auferidos pela Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., pela Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A., pela Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. e pela Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A., (as “Subsidiárias”), no âmbito das ações judiciais de cunho fiscal nas quais as Subsidiárias são autoras, tendo como objeto de discussão débitos de PIS/COFINS (“Ações Fiscais”) e que, efetivamente, passem a compor o lucro líquido da Companhia (líquidos dos tributos porventura incidentes sobre os recebimentos referentes às Ações Fiscais e já consideradas quaisquer outras deduções aplicáveis) (“Lucro Líquido”) auferido pela Equatorial Distribuição no respectivo período, para as distribuições relativas ao primeiro semestre do exercício social de 2023; e

(1.1.2) Adicionalmente, exclusivamente, para as Ações Preferenciais Classe B, e com prioridade em relação à distribuição prevista no item (1.1.1) acima, 27,10% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição no respectivo período, para as distribuições relativas ao primeiro semestre de 2023.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

1.2) 15% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao segundo semestre do exercício social de 2023;

1.3) 15% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2024;

1.4) 15% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2025;

1.5) 20% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2026;

1.6) 35% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2027;

1.7) 55% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição nos respectivos exercícios, para as distribuições relativas ao exercício social de 2028 e ao exercício social de 2029; e

1.8) 60% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição nos respectivos exercícios, para as distribuições a partir do exercício social de 2030 em diante.

2) Na hipótese de as Ações Preferenciais Classe A ou as Ações Preferenciais Classe B deixarem de existir, cada um dos percentuais mencionados no item “1” acima será proporcionalmente reduzido em 19,60% (dezenove inteiros e sessenta centésimos por cento), caso as Ações Preferenciais Classe A deixem de ser emitidas, e em 80,40% (oitenta inteiros e quarenta centésimos por cento), caso as Ações Preferenciais Classe B deixem de ser emitidas, exceto com relação ao item (1.1.2) acima, cuja distribuição será 100% (cem por cento) alocada exclusivamente para as Ações Preferenciais Classe B, os quais não serão distribuídos caso somente as Ações Preferenciais Classe A estejam emitidas.

3) Enquanto houver Ações Preferenciais Classe C, nos termos do artigo 17, § 2º da Lei das Sociedades por Ações, as Ações Preferenciais Classe C terão direito aos dividendos distribuídos pela Equatorial Distribuição, em cada exercício social, aos seus acionistas, até que o valor total pago seja equivalente aos montantes abaixo (“Dividendos Privilegiados PNC” e, em conjunto com os Dividendos Privilegiados PNA e PNB, os “Dividendos Privilegiados”):

3.1) 3,50% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição no respectivo período, para as distribuições relativas ao segundo semestre do exercício social de 2023, observado o disposto no item (ii.8) do Parágrafo Segundo do Artigo 5º do Estatuto Social da Equatorial Distribuição, ao exercício social de 2024 e ao exercício social 2025;

3.2) 21% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2026; e

3.3) 25% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição nos respectivos exercícios, para as distribuições relativas ao exercício social de 2027 em diante.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

4) Enquanto houver Ações Preferenciais Classe A, Ações Preferenciais Classe B e Ações Preferenciais Classe C, os Dividendos Privilegiados pagos aos titulares das Ações Preferenciais nos termos do inciso (i) do Parágrafo Segundo do Artigo 5º do Estatuto Social serão alocados conforme as seguintes proporções, exceto em relação ao subitem 1.1.2 acima, cuja distribuição será 100% (cem por cento) alocada exclusivamente para as Ações Preferenciais Classe B, os quais não serão distribuídos caso somente as Ações Preferenciais Classe A estejam emitidas:

4.1) proporção para as Ações Preferenciais Classe A e Ações Preferenciais Classe B = Dividendos Privilegiados PNA e PNB / (Dividendos Privilegiados PNA e PNB + Dividendos Privilegiados PNC); e

4.2) proporção para as Ações Preferenciais Classe C = Dividendos Privilegiados PNC / (Dividendos Privilegiados PNA e PNB + Dividendos Privilegiados PNC).

5) Após o recebimento do percentual do Lucro Líquido devido em cada período e exercício social, conforme discriminado nos itens acima, em nenhuma hipótese os titulares de Ações Preferenciais farão jus ao recebimento de qualquer dividendo remanescente, exceto pela hipótese de distribuição de dividendos com base na reserva de lucros prevista no item 9 abaixo.

6) Nos exercícios sociais em que o valor dos dividendos declarados for igual ou inferior ao montante dos Dividendos Privilegiados para o referido exercício, as Ações Preferenciais farão jus à integralidade dos dividendos declarados em referido exercício.

7) Nos exercícios sociais em que o valor dos dividendos declarados naquele exercício for superior ao montante dos Dividendos Privilegiados para aquele exercício, as Ações Preferenciais receberão os Dividendos Privilegiados e as ações ordinárias de emissão da Companhia receberão todo o saldo remanescente do valor declarado, observado o quanto previsto em acordo de acionistas arquivado na sede social da Equatorial Distribuição e no Estatuto Social.

8) Os acionistas não estão obrigados a aprovar em assembleia geral a distribuição da totalidade dos Dividendos Privilegiados, em cada exercício social, nos termos dos itens acima, ficando apenas obrigados a aprovar em assembleia geral a distribuição de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido a título de dividendos. Caso a assembleia geral delibere pela não distribuição de Lucro Líquido em montante equivalente aos Dividendos Privilegiados (i.e., caso o montante distribuído às Ações Preferenciais seja inferior aos respectivos percentuais do Lucro Líquido elencados acima, conforme o exercício), o montante do Lucro Líquido não distribuído deverá ser alocado para a reserva de lucros.

9) A distribuição de dividendos com base na reserva de lucros respeitará o percentual do Lucro Líquido do ano de sua efetiva distribuição, conforme elencado nos itens acima, exceto em relação ao subitem 1.1.2 acima, cuja distribuição de dividendos respeitará o percentual do Lucro Líquido do primeiro semestre de 2023.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Não obstante a alocação de parte de montante do Lucro Líquido para a reserva de lucros, em qualquer exercício social a Companhia deverá distribuir aos acionistas, observado o quanto estabelecido em acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido.

A Companhia tem por política a declaração, distribuição e pagamento de dividendos anuais, desde que haja Lucro Líquido apurado e/ou reserva de lucros, observado o disposto em acordo de acionistas arquivado na sede social da Equatorial Distribuição e na Lei das Sociedades por Ações. As Ações Preferenciais terão o direito a receber todo e quaisquer dividendos, juros sobre capital próprio e quaisquer outras distribuições, bonificações, pagamentos ou proventos a que possam fazer jus as demais ações de emissão da Equatorial Distribuição, antes de qualquer outra ação, até que os percentuais do Lucro Líquido contidos nos itens acima sejam atingidos.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As controladas da Companhia também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia em 26 de março de 2025.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos.

2.3 Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos apresentados foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

2.4.1 Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas de forma contínua pela Administração e os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

As informações sobre julgamentos, incertezas sobre premissas e estimativas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Tópicos	Notas	Descrição
Investimentos em Controladas e Coligadas	3.1.1 e 10	Determinação se a Companhia detém o controle ou influência significativa sobre uma investida.
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	3.16.3, 7.2 e 28.5	Critérios de análise de risco de crédito para determinação da PECLD.
Contas a receber de clientes	3.13.1 e 7	Estimativas dos montantes da receita sobre a energia fornecida, porém não faturada.
Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros	3.5 e 8	Critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens.
Equivalência patrimonial em investidas	3.1.1 e 10	Determinação se o Grupo tem influência significativa sobre uma investida.
Ativo financeiro da concessão	3.4 e 11	Critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão.
Intangível	3.6 e 12	Cálculo da amortização do ativo intangível da concessão.
Ativos de contrato	3.7 e 13	Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão.
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	3.11 e 17	Recuperabilidade e estimativas das diferenças temporárias.
Provisão para riscos judiciais	3.18 e 19	Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (mensuração e avaliação da probabilidade de perda).
Receita operacional líquida	3.2 e 23	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração do ativo de contrato e receita de operação e manutenção.
Benefício pós-emprego	3.10 e 27	Estimativa dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios de assistência médica pós-emprego.
Geração Distribuída	4.5	Crédito a restituir ao consumidor referente ao saldo injetado e não consumido pelo preço médio de compra de energia.
Transações de pagamentos baseados em ações	22.3	Probabilidade de exercício de opções.
Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	2.4.2 e 28.4	Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não cotados em mercados ativos.
Instrumentos financeiros	3.13 e 28	Julgamento de definição do método e das premissas de avaliação de valor justo dos instrumentos financeiros.

2.4.2 Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar se a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia e suas controladas reconhecem, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em que ocorreram as mudanças.

Na determinação do valor justo, foi considerado o impacto de possíveis assuntos relacionados às mudanças climáticas, incluindo legislações, que podem afetar a mensuração do valor justo de ativos e passivos das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Atualmente, o impacto dos assuntos associados às mudanças climáticas não é material para as demonstrações contábeis da Companhia.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 28.3 – Categoria e valor justo dos Instrumentos financeiros.

3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais, descritas abaixo, são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações incluídas na nota explicativa nº 3.21 – Principais mudanças nas políticas contábeis.

3.1 Base de consolidação

3.1.1 Investimentos em entidades controladas e coligadas

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, as entidades controladas são contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(ii) Coligadas

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa, ou seja, tem poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

Os investimentos em coligadas são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixa de existir.

3.1.2 Participação de acionistas não controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data da aquisição, bem como sobre o valor justo nos ativos identificáveis e passivos assumidos.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

3.1.3 Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer ativos e passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa relacionados a transações entre entidades do grupo, são eliminados integralmente. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Os prejuízos intragrupo podem indicar uma redução no valor recuperável de ativos, que exige o seu reconhecimento nas demonstrações consolidadas. O Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro se aplica a diferenças temporárias, que surgem da eliminação de lucros e prejuízos resultantes de transações intragrupo.

3.2 Reconhecimento de receita

As controladas da Companhia reconhecem as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfazem a obrigação de *performance* ao transferir bens e serviços ao cliente. A receita é reconhecida à medida em que o cliente obtém o serviço de energia elétrica contratado.

As controladas da Companhia reconhecem receita das principais fontes de receitas a seguir:

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(i) Receita de distribuição

O faturamento e respectivo reconhecimento da receita de distribuição de energia elétrica são efetuados mensalmente de acordo com o calendário de leitura, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. Além disso, as controladas e coligada da Companhia reconhecem a receita não faturada, que corresponde ao período entre a data da última leitura e o encerramento do mês, que é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

As receitas de distribuição são classificadas como: (i) fornecimento de energia elétrica para o consumidor; e (ii) energia elétrica no mercado de curto prazo. A receita é mensurada com base na contraprestação, precificada no contrato com o cliente, recebida ou a receber, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

(ii) Receita pela disponibilidade- uso da rede

As controladas da Companhia reconhecem receita pela disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes livre e cativos. Tal receita é calculada conforme Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD definida pela ANEEL.

(iii) Receita de construção

As controladas da Companhia contabilizam receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica.

A margem de construção é nula, considerando que: (i) o modelo tarifário não prevê margem de lucro para atividade de construção da infraestrutura; (ii) a atividade fim das Controladas é a distribuição de energia elétrica; (iii) as construções são realizadas substancialmente por meio de serviços de terceiros; e (iv) não há previsão de ganhos em construção nos planos da Administração das controladas da Companhia.

(iv) Receita de remuneração dos ativos financeiros indenizatórios

A receita de remuneração dos ativos regulatórios é reconhecida conforme o método dos juros efetivos, considerando a taxa regulatória estabelecida pela ANEEL, baseada no WACC regulatório (Custo Médio Ponderado de Capital) e registrada no grupo de receita líquida. Adicionalmente, também há receita advinda da atualização do ativo financeiro pela variação do IPCA. Este índice é utilizado para que o ativo financeiro melhor reflita o VNR (valor novo de reposição) na data de uma possível indenização da estrutura da concessão por parte do poder concedente, conforme descrito na nota 3.4. Ativo financeiro da concessão (ativo indenizável).

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. O saldo de caixa e equivalentes de caixa é apresentado sem considerar os saldos de contas garantidas, que são tratados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

3.4 Ativo financeiro da concessão (ativo indenizável)

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, celebrados entre a União (poder concedente - outorgante) e as controladas da Companhia (concessionária - operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pelas controladas da Companhia, em que:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica das controladas da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor Novo de Reposição ("VNR"), classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. O VNR é determinado de acordo com a estimativa dos custos necessários para a substituição completa de um ativo por outros que tenham a mesma funcionalidade, qualidade de serviços e a mesma capacidade que o ativo existente, mensurado pelo valor justo por meio do resultado; e

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

- Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com a reavaliação do bem, classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo financeiro e intangível das controladas da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

De acordo com a Lei nº 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de VNR, Base de Remuneração Regulatória (BRR), que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras. Bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo. As controladas da Companhia contabilizam a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, conforme OCPC 05 – Contrato de Concessão.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

As controladas da Companhia reconhecem um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhorias prestadas.

Caso as controladas da Companhia sejam ressarcidas pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber e não são reclassificados após o seu reconhecimento inicial, a menos que as controladas da Companhia alterem seu modelo de gestão para o ativo financeiro.

3.5 Valores a receber da Parcela A e outros itens financeiros

As tarifas de energia elétricas, conforme modelo tarifário em vigor, devem considerar uma receita suficiente de modo a garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, conforme estabelecido pela Lei nº 8.987/1995. Nesse sentido, as distribuidoras de energia elétrica estão autorizadas a cobrar de seus consumidores: (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com cada concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B, e ajuste da Parcela A, conforme a Lei nº 12.783/2013.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas:

- Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho das Controladas da Companhia, ou seja, os custos incorridos pelas Controladas da Companhia, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte.

Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pelas Controladas da Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. Essas diferenças são registradas pelo regime de competência com base em estimativa como receita, através de um ativo setorial ou de uma redução do ativo financeiro no caso de passivo setorial.

Esses valores serão efetivamente liquidados no próximo período tarifário (quando do efetivo repasse à tarifa) ou, em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista. Esta liquidação é apenas financeira, já que o efeito no resultado do exercício via ajuste de receita já foi reconhecido pelo regime de competência.

3.6 Ativos intangíveis

3.6.1 Contratos de concessão de serviços e custos subsequentes

As controladas da Companhia reconhecem como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. De acordo com o CPC 04 um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com os gastos serão auferidos pelas controladas da Companhia.

3.6.2 Obrigações especiais

Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, constituídas por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com as controladas da Companhia, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. Essa exigência garante a conformidade com as regulamentações e a supervisão do órgão regulador, assegurando que as obrigações sejam tratadas de acordo com as normas estabelecidas, conforme previsto na Lei nº 8.987/1995 e na Lei nº 12.783/2013.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.6.3 Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão das Controladas da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não é o ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo, conforme estabelecido no CPC 04.

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual as controladas da Companhia têm a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o fim da vida útil do bem, limitado ao final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

3.7 Ativo de contrato

O ativo de contrato é um direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo de contrato em face das controladas da Companhia terem o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a entrada desses bens em serviço (energização), e consequente transferência dos bens em construção (ativo de contrato) para intangível da concessão, em que a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário é determinada de acordo com os termos do contrato de concessão.

O ativo de contrato (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo custo de aquisição.

3.8 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo, conforme estabelecido no CPC 20 (Custo de Empréstimos). Essa norma permite a capitalização de custos de empréstimos durante o período de construção ou produção. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Os custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

3.9 Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável segurança de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Quando as controladas da Companhia receberem benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

3.9.1 Benefícios fiscais

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) emitiram Laudos Constitutivos que outorgam às controladas da Companhia o direito à redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, diversificação de empreendimento de infraestrutura e implantação de linhas de transmissão na área de atuação da Sudene:

Companhia	Benefício fiscal	Emissão	Laudos constitutivo	Vigência
Equatorial Maranhão	SUDENE	20/04/2023	37/2023	2023 a 2032
Equatorial Pará	SUDAM	28/12/2018	180/2018	2018 a 2027
Equatorial Piauí	SUDENE	20/04/2023	38/2023	2023 a 2032

3.10 Benefícios a empregados

3.10.1 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso as controladas da Companhia tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.10.2 Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal relativas à benefícios a empregados, conforme as orientações do CPC 33 - Benefícios a Empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. Essa abordagem reflete a prudência contábil, garantindo que os ativos sejam reconhecidos quando há uma expectativa de benefício econômico futuro.

3.10.3 Planos de benefício definido

As obrigações líquidas das controladas da Companhia para os planos de benefício definido são calculadas para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão por serem participantes do Plano de Benefício Definido patrocinado pelas controladas da Companhia. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para as controladas da Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Mensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. As controladas da Companhia determinam os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo /ativo de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo/ativo de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. As controladas da Companhia reconhecem ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

3.10.4 Transações de pagamento baseado em ações

A Equatorial S.A. (controladora da Equatorial Energia Distribuição S.A.) concedeu plano de pagamento baseado em ações a executivos e colaboradores da Companhia e de suas controladas.

A Companhia e suas controladas reconhecem os produtos ou os serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações quando ela obtiver os produtos ou à medida que receber os serviços. Em contrapartida, a Companhia e suas controladas reconhecem o correspondente aumento do patrimônio líquido se os produtos ou serviços forem recebidos em transação com pagamento baseado em ações liquidadas em instrumentos patrimoniais, ou um passivo financeiro, correspondente ao pagamento baseado em ações liquidadas em caixa (ou com outros ativos).

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseados em ações concedidos aos executivos e colaboradores é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido ou passivo, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço na data de aquisição (*vesting date*).

Em situações em que títulos patrimoniais forem emitidos e alguns ou todos os bens ou serviços recebidos pela Companhia e suas controladas como contrapartida não puderem ser especificamente identificados, os bens ou serviços não identificados recebidos (ou a serem recebidos) são mensurados por meio da diferença entre o valor justo do pagamento baseado em ações e o valor justo de quaisquer produtos ou serviços recebidos na data de sua outorga. Entretanto, para transações liquidadas em caixa, o passivo deve ser remensurado ao término de cada período de reporte, até que ele seja liquidado.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.11 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o lucro, a Companhia e suas controladas avaliam a probabilidade de aceitação de tratamentos tributários incertos. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2024, no que diz respeito às incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia e suas controladas efetuou as avaliações e concluiu que é mais provável do que não que os tratamentos sejam aceitos pela autoridade fiscal.

3.11.1 Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

A Companhia e suas controladas compensam os ativos e passivos fiscais correntes, se:

- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.11.2 Imposto de renda e contribuição social diferido

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre os saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas e sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis constantes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e os montantes apurados conforme os critérios fiscais previstos na legislação tributária.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido, na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão realizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, as reversões dessas diferenças serão limitadas aos lucros tributáveis futuros projetados conforme os planos de negócios da Companhia e de suas controladas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas taxas vigentes na data do balanço.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.12 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 - Resultado por Ação.

3.13 Instrumentos financeiros

3.13.1 Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, conforme orientações do CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

3.13.2 Classificação e mensuração subsequentes

(a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao VJR. A Companhia e suas controladas não possuem ativo financeiro ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e de suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

3.13.3 Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.13.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.13.5 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

As controladas diretas Equatorial Maranhão, Equatorial Pará e Equatorial Piauí mantêm instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. As controladas da Companhia não possuem derivativos embutidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, com exceção do *hedge* de fluxo de caixa, definido abaixo:

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(a) *Hedge* de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes (ORA) e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Conforme CPC 48 – Instrumentos financeiros, no início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia e suas controladas formalmente designam e documentam a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*.

Para mais informações sobre a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia e suas controladas avaliam se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge*, incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*, veja nota 28.4 – Instrumentos financeiros derivativos.

3.14 Capital Social

3.14.1 Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido, em conformidade com as orientações do CPC 39 - Instrumentos Financeiros. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. Essa prática garante que o valor líquido recebido pela emissão de ações seja apresentado de forma clara e precisa.

3.14.2 Ações preferenciais não resgatáveis

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

3.15 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no ICPC 08 (R1) – Contabilização da Proposta de Pagamentos de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Diretoria deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio, “*ad referendum*” da Assembleia Geral, e compete à Assembleia Geral autorizar a distribuição de dividendos. Além disso, a reserva de lucros a realizar, constituída de acordo com o art. 197 da Lei 6.404/76, vem sendo realizada como dividendos a pagar, de acordo com a realização prevista do lucro não realizado de anos anteriores.

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento do dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de “dividendo adicional proposto”. Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes.

Os dividendos, em linha com o estabelecido em anos anteriores, seguem a seguinte desproporcionalidade com relação à participação acionária:

(A) Enquanto houver Ações Preferenciais Classe A e Ações Preferenciais Classe B, nos termos do artigo 17, § 2º da Lei das Sociedades por Ações, as Ações Preferenciais de emissão da Companhia terão direito aos dividendos distribuídos pela Companhia, de acordo com os termos e condições estabelecidos abaixo, em cada exercício social, aos seus acionistas, até que o valor total pago seja equivalente aos montantes abaixo (“Dividendos Privilegiados PNA e PNB”) sendo certo que os Dividendos Privilegiados devidos aos titulares das Ações Preferenciais Classe A e Ações Preferenciais Classe B serão alocados na proporção de 19,60% (dezenove inteiros e sessenta centésimos por cento) para as Ações Preferenciais Classe A e 80,40% (oitenta inteiros e quarenta centésimos por cento) para Ações Preferenciais Classe B, exceto em relação ao item (a.2) abaixo, cuja distribuição será 100% (cem por cento) alocada exclusivamente para as Ações Preferenciais Classe B e com prioridade em relação à distribuição prevista no item (a.1) abaixo:

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(a) (a.1) em relação às Ações Preferenciais Classe A e as Ações Preferenciais Classe B, 15% (quinze por cento) do lucro líquido apurado pela Companhia de acordo com a definição constante do artigo 191 da Lei das Sociedades por Ações, feitas as deduções exigidas no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações e subtraindo-se do valor resultante os valores que tenham sido auferidos pela Equatorial Pará, Equatorial Maranhão, Equatorial Piauí, Equatorial Alagoas (em conjunto, “Subsidiárias”) no âmbito das ações judiciais de cunho fiscal nas quais as Subsidiárias são autoras, tendo como objeto de discussão débitos de PIS/COFINS (“Ações Fiscais”) e que efetivamente passem a compor o lucro líquido da Companhia (i.e. líquidos dos tributos porventura incidentes sobre os recebimentos referentes às Ações Fiscais e já consideradas quaisquer outras deduções aplicáveis) (“Lucro Líquido”) auferido pela Companhia no respectivo período, para as distribuições relativas ao primeiro semestre do exercício social de 2023 e, adicionalmente, **(a.2)** exclusivamente para as Ações Preferenciais Classe B, e com prioridade em relação à distribuição prevista no item (a.1) acima, 27,10% (vinte e sete inteiros e dez centésimos por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo período, para as distribuições relativas ao primeiro semestre de 2023;

(b) 15% (quinze por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao segundo semestre do exercício social de 2023;

(c) 15% (quinze por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2024;

(d) 15% (quinze por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2025;

(e) 20% (vinte por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2026;

(f) 35% (trinta e cinco por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2027;

(g) 55% (cinquenta e cinco por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia nos respectivos exercícios, para as distribuições relativas ao exercício social de 2028 e ao exercício social de 2029; e

(h) 60% (sessenta por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia nos respectivos exercícios, para as distribuições a partir do exercício social de 2030 em diante.

(B) Enquanto houver Ações Preferenciais Classe C, nos termos do artigo 17, § 2º da Lei das Sociedades por Ações, as Ações Preferenciais Classe C terão direito aos dividendos distribuídos pela Companhia, em cada exercício social, aos seus acionistas, até que o valor total pago seja equivalente aos montantes abaixo (“Dividendos Privilegiados PNC” e, em conjunto com os Dividendos Privilegiados PNA e PNB, os “Dividendos Privilegiados”):

(a) 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo período, para as distribuições relativas ao segundo semestre do exercício social de 2023, observado o disposto no item (ii.8) abaixo, ao exercício social de 2024 e ao exercício social 2025;

(b) 21% (vinte e um por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2026; e

(c) 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia nos respectivos exercícios, para as distribuições relativas ao exercício social de 2027 em diante.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(C) Enquanto houver Ações Preferenciais Classe A, Ações Preferenciais Classe B e Ações Preferenciais Classe C, os Dividendos Privilegiados pagos aos titulares das Ações Preferenciais serão alocados conforme as seguintes proporções, exceto em relação ao item (A), subitem (a.2) acima, cuja distribuição será 100% (cem por cento) alocada exclusivamente para as Ações Preferenciais Classe B, os quais não serão distribuídos caso somente as Ações Preferenciais Classe A estejam emitidas:

(a) proporção para as Ações Preferenciais Classe A e Ações Preferenciais Classe B = Dividendos Privilegiados PNA e PNB / (Dividendos Privilegiados PNA e PNB + Dividendos Privilegiados PNC); e

(b) proporção para as Ações Preferenciais Classe C = Dividendos Privilegiados PNC / (Dividendos Privilegiados PNA e PNB + Dividendos Privilegiados PNC).

A distribuição de dividendos da Companhia fica condicionada a existência de lucros e da decisão da Assembleia Geral, em propor dividendos acima do percentual de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

3.16 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

3.16.1 Ativos financeiros não derivativos

As controladas da Companhia reconhecem estimativas para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia e suas controladas utilizam uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia e suas controladas. A companhia e suas controladas revisam a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço;
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial;
- As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativo de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento; e
- Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e de suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

As controladas da Companhia elaboraram um estudo que presume o tempo em que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver em atraso. Nota explicativa nº 28.5 – Gerenciamento dos riscos financeiros para mais detalhes. As controladas da Companhia consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e às suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma);
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; ou
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito.

3.16.2 Ativos financeiros com problema de recuperação

Em cada data de balanço, as controladas da Companhia avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido às controladas da Companhia em condições que não seriam aceitas normalmente;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024, as controladas da Companhia não identificaram ativos financeiros sem expectativa de realização, exceto para o que as controladas da Companhia já reconhecem como estimativa de perda para os ativos, como títulos do contas a receber, que possuem expectativa de perda de realização.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.16.3 Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa (PECLD) e perdas efetivas

As controladas e coligada da Companhia adotam a prática de estimativa de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD), avaliando o risco de crédito dos valores a receber por faixa de atraso. Essa avaliação considera a mediana do percentual de não recebimento referente a cada faixa de atraso, apurada sobre o histórico de recebimento de 5 anos e sobre um faturamento de 24 meses obtidos no ano anterior ao primeiro ano do histórico de recebimento, com atualizações anuais.

A metodologia utilizada estabelece um percentual de estimativa das perdas esperadas para cada *aging list*, refletindo a experiência histórica de perdas de crédito da Companhia. A estimativa é demonstrada em uma matriz de provisão, que resulta do estudo do comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e do percentual de inadimplência dos parcelamentos de forma coletiva. Além disso, essa estimativa é ajustada para fatores prospectivos específicos, tanto para os consumidores inadimplentes quanto para o ambiente econômico, garantindo que os dados utilizados sejam relevantes e atualizados, conforme nota explicativa nº 28.5.a.ii. Após estudos desenvolvidos pelo Grupo para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuísem correlação direta ao nível de inadimplência.

Para os parcelamentos relevantes, as controladas distribuidoras da Companhia adotam uma avaliação individual referente ao risco de crédito desde que são previstas no termo de confissão de dívida as garantias de liquidação dos títulos mensalmente. As controladas distribuidoras da Companhia entendem que para as negociações com garantias de recebimento previstas, o risco de crédito é menor que o risco de crédito de título sem garantia de recebimento previsto nos termos. Para isso, as controladas distribuidoras da Companhia adotam uma governança das negociações relevantes realizadas junto a alta administração para deliberação.

Para o reconhecimento de perdas efetivas, as controladas distribuidoras da Companhia baixam do valor contábil bruto de um ativo financeiro que não tenha expectativa razoável de liquidação em sua totalidade ou em parte, sendo os títulos vencidos acima de 5 anos baixados em sua integralidade. As controladas distribuidoras da Companhia não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos das controladas distribuidoras da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

3.16.4 Ativos não financeiros

As controladas da Companhia possuem uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (exceto estoques, ativo de contrato e impostos diferidos) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia e suas investidas concluíram que não há indicativos de perda ao valor recuperável (*impairment*) nos ativos não financeiros. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado e avaliado anualmente.

3.17 Ajuste a valor presente (AVP)

3.17.1 Parcelamentos de contas a receber

As controladas da Companhia utilizam uma taxa média de 10,53% de desconto que reflete juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados à transação, levando-se em consideração, ainda, as taxas de mercado praticadas na data inicial da transação, para cálculo do ajuste a valor presente do total dos parcelamentos, em conformidade com o CPC 12 – Ajuste a valor presente.

3.17.2 Outros ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração.

3.18 Provisões para riscos judiciais

As provisões para riscos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita, conforme as orientações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.19 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A Companhia e suas controladas elaboraram a DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.20 Questões climáticas

A Companhia e suas controladas consideram questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos no Grupo devido a riscos tanto físicos quanto de transição. A Companhia e suas controladas estão monitorando mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas, bem como uma possível transição para uma economia de baixo carbono. Os itens e considerações mais diretamente afetados pelas questões climáticas são:

- Vida útil de ativos: Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, o Grupo considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas.
- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas. O Grupo monitora constantemente possíveis efeitos climáticos em suas projeções de fluxo de caixa.

3.21 Principais mudanças nas políticas contábeis

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

3.21.1 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 26 (R1) / IAS 1: Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante, onde o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024
CPC 06 (R2) / IFRS 16: Arrendamentos	Especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento (<i>Sale and Leaseback</i>) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024
CPC 3 (R2) / IAS 7: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de risco sacado que envolvem as entidades e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação visam auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.	01/01/2024
Resolução CVM nº 199/ CPC 9 (R1): Demonstração do Valor Adicionado.	A Resolução CVM nº 199, esclarece determinados critérios para elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), cujo objetivo principal é elucidar requisitos normativos e, por consequência, reduzir a abrangência de práticas contábeis adotadas na elaboração da DVA pelas companhias brasileiras.	01/01/2024

A Companhia avaliou as emendas e normativos acima e não identificou impactos significativos em suas demonstrações contábeis.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.21.2 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223 / OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO).	Estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO ₂ e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis.	01/01/2025
CPC 02 / IAS 21: Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	01/01/2025
CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 (R1) / IFRS 7: Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	Estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; (ii) avaliação das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG); e (iii) alterações específicas na norma para abranger os contratos de eletricidade relacionada à natureza (fontes eólicas e solares).	01/01/2026
Pronunciamento Técnico CBPS nº 01 (IFRS S1): Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade Pronunciamento Técnico CBPS nº 02 (IFRS S2): Divulgação de Informações Climáticas	Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	01/01/2026
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis.	01/01/2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	01/01/2027
CPC 18 (R3) / IAS 28 e CPC 36 (R3) / IFRS 10: Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade	O CPC incorporou ao texto de alguns de seus dispositivos o endereçamento da utilização do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas demonstrações individuais. A utilização do MEP para mensuração desses investimentos está determinada pela Lei 6.404/76, e, por ter relação com as demonstrações individuais, não encontrava correspondência nas normas emitidas pelo IASB.	Sem data definida
ICPC 09 (R3): Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), emitida pelo CPC. O normativo entra em vigor em 01/01/2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e revogando a Resolução CVM 124.	01/01/2025

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos acima e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

4 Assuntos regulatórios

4.1 Bandeiras tarifárias

Conforme informações do Operador Nacional do Sistema (ONS), o sistema atravessou um período de redução acentuado nos níveis dos reservatórios, com início em julho de 2012 e término em novembro de 2021, com duração de 113 meses retornando ao aumento dos reservatórios a partir de então.

Em 2024, as condições foram favoráveis com previsão de continuidade no ano de 2025. A tabela a seguir demonstra as bandeiras tarifárias que vigoraram em 2023 e 2024.

	Cor da Bandeira	
	2024	2023
Janeiro	Verde	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde
Abril	Verde	Verde
Maiο	Verde	Verde
Junho	Verde	Verde
Julho	Amarela	Verde
Agosto	Verde	Verde
Setembro	Vermelha 1	Verde
Outubro	Vermelha 2	Verde
Novembro	Amarela	Verde
Dezembro	Verde	Verde

4.2 Cobertura contratual

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de leilões regulados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica, conforme estabelecido no Decreto nº 5.163/2004. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as controladas da Companhia participaram dos Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD) de Energia Existente e Energia Nova, Mecanismo de Venda de Excedente (MVE), conforme previsto na Resolução Normativa nº 1.009, de 22 de março de 2022, para adequar seu portfólio contratual para o nível regulatório de cobertura. Ressaltamos que tais mecanismos estão previstos nos procedimentos de comercialização, podendo as distribuidoras declararem déficit ou sobras de energias dos seus contratos de compra de energia do ambiente regulado (CCEARs).

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 2024, as controladas da Companhia permaneceram dentro do limite de repasse para as tarifas e apresentaram os seguintes níveis de cobertura contratual:

Empresas	Nível de cobertura 2024	Nível de cobertura 2023
Controladas diretas		
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	102,96%	99,07%
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	103,53%	99,34%
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	102,79%	101,62%
Coligada		
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	106,56%	105,72%

4.3 Revisão Tarifária Periódica (RTP) e Reajuste Tarifário Anual (RTA)

Anualmente, a ANEEL apura os novos índices do reajuste tarifário (RTA) das controladas diretas e coligada da Companhia, adequando suas despesas da Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão) e, periodicamente, quando há revisão tarifária periódica (RTP) também é feita atualização da Parcela B (custos gerenciáveis).

Neste processo, as CVAs contabilizadas pelas controladas são validadas, devendo ser feita a baixa das diferenças entre o valor apurado por estas e o concedido pela ANEEL no mesmo exercício. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de efeito do reajuste nas controladas diretas e coligada.

Foram definidas as faixas de acionamento das Bandeiras Tarifárias e os valores da tarifa de aplicação de energia, do que trata o Submódulo 6.8, dos Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET) onde podem observar na apresentação da NE 4.1.1 - Bandeiras Tarifárias.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em Reunião de Diretoria pública, aprovou os seguintes Reajustes Tarifários Anuais e Revisões Tarifárias Periódicas para as controladas distribuidoras da Companhia em 2024:

Entidade	Classificação	Aplicação	Resolução Homologatória	Efeito
Controlada				
Equatorial Maranhão	RTA	28/08/2024	3.376/2024	(1,22%)
Equatorial Pará	RTA	13/08/2024	DSP 2.335/2024	(3,23%)
Equatorial Piauí	RTA	02/12/2024	3.414/2024	(4,28%)
Coligada				
Equatorial Alagoas	RTP	03/05/2024	3.326/2024	(3,49%)

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

4.4 Encargos regulatórios

A receita de prestação de serviços de distribuição está sujeita aos seguintes encargos regulatórios, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Programa de eficiência energética (PEE) – Os percentuais mínimos a aplicar (P&D e PEE) e a recolher (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME), Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL) e Conta de desenvolvimento energético (CDE), da tabela a seguir:

De 01/01/2024 até 31/12/2025						
P&D (% da ROL)				PEE (% da ROL)		
P&D/ANEEL	CDE	FNDCT	MME	PEE/ANEEL	CDE	PROCEL
0,14 a 0,2	até 0,06	0,2	0,1	0,28 a 0,4	até 0,12	0,1

- Conta de desenvolvimento energético (CDE);
- Encargo de serviços do sistema (ESS); e
- Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica (TFSEE).

A receita já está líquida desses encargos na demonstração do resultado. Veja nota explicativa nº 8 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, para mais detalhes.

4.5 Geração Distribuída

A Resolução Normativa ANEEL nº 1.059, de 07 de fevereiro de 2023, que regulamenta a Lei 14.300/2022, foi considerada o marco legal da Micro e Minigeração Distribuída (MMGD), sistema em que os consumidores geram sua própria energia elétrica, geralmente por meio de painéis solares ou pequenas turbinas eólicas. A Resolução abrange, entre outros, procedimentos relacionados à cobrança pelo uso da rede de distribuição e ao prazo para que a distribuidora realize as obras de conexão dos sistemas.

A Resolução Homologatória nº 3.169, de 29 de dezembro de 2022, definiu os percentuais de redução, por distribuidora, a serem aplicados na Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e na Tarifa de Energia (TE). Esses percentuais são utilizados para estabelecer a tarifa de aplicação no faturamento do consumo associado ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE).

As controladas da Companhia possuem em sua carteira de clientes unidades consumidoras classificadas como MMGD. A Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021 define o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) como um arranjo no qual a energia ativa injetada por uma unidade consumidora com MMGD é cedida à distribuidora local a título de empréstimo gratuito. Posteriormente, essa energia é compensada com o consumo da mesma unidade ou de outras unidades consumidoras.

Quando a energia gerada em determinado mês é superior à quantidade necessária para abater o consumo naquele período, o consumidor acumula um excedente de energia, que é registrado como um crédito a ser compensado em futuras faturas. Esse crédito é considerado um passivo a restituir ao consumidor, calculado com base no saldo injetado e não consumido multiplicado pelo preço médio de compra de energia das controladas da Companhia.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	5	92	99.084	108.107
Equivalentes de caixa (a)				
Investimentos				
Certificado de depósito bancário – CDB	139	149	314.060	194.407
Operações compromissadas (b)	-	-	1.053.179	360.592
Fundo de investimento				
Cotas de fundos de investimentos	-	-	128.550	-
Operações compromissadas	-	-	59.939	1.345
Certificado de depósito bancário – CDB	-	-	-	43.961
Fundo de investimento aberto	-	-	13.287	124.067
Subtotal de equivalentes de caixa	139	149	1.569.015	724.372
Total (c)	144	241	1.668.099	832.479

- (a) Os equivalentes de caixa se referem a CDB - Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e outros ativos de alta liquidez e com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa;
- (b) Saldo este destinado à liquidação de obrigações financeiras com vencimento em um prazo inferior a 30 dias; e
- (c) A variação ocorreu, principalmente, devido às captações de empréstimos, financiamentos e debêntures, conforme notas explicativas nº 15 e 16, respectivamente.

A carteira da Companhia e de suas controladas é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 equivale a 97,97% do CDI (89,83% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

6 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Circulante				
Fundos de investimentos				
Cotas de fundos de investimento (a)	6.358	6.665	2.888.723	1.283.539
Cotas de fundos de investimento FIDC (b)	-	-	90.888	111.844
Títulos públicos	-	-	232.709	25.173
Letra financeira	-	-	68.449	5.534
Fundo de investimento aberto	-	-	1.192.639	689.216
Recursos vinculados (c)	-	-	119.334	94.689
Total circulante	6.358	6.665	4.592.742	2.209.995
Não circulante				
Recursos vinculados (c)	-	-	21.863	19.904
Total não circulante	-	-	21.863	19.904
Total	6.358	6.665	4.614.605	2.229.899

- (a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, de acordo com a norma de investimento da Companhia. Adicionalmente, a carteira de aplicações contém fundos, que são investimentos em cotas (FIC), administrados por instituições financeiras responsáveis por alocar os recursos em cotas de diversos fundos abertos. Logo, a Companhia não possui gestão e controle direto, tampouco participação relevante nesses fundos abertos (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido) conforme CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas;
- (b) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), sendo parte de seus recursos utilizados na operação de antecipação de títulos a pagar a fornecedores do Grupo Equatorial, conforme descrito na nota explicativa nº 14.1 – Fornecedores – Risco sacado; e
- (c) Referem-se às aplicações restritas a garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos, cuja classificação entre circulante e não circulante é definida de acordo com o prazo de utilização do recurso.

A carteira da Companhia e de suas controladas é remunerada pela variação do CDI e a rentabilidade média ponderada da carteira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, equivale a 98,75% do CDI (102,42% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

7 Contas a receber de clientes (Consolidado)

7.1 Composição dos saldos

	2024				2023			
	A vencer	Vencidos		Total	A vencer	Vencidos		Total
		Até 90 dias	Mais de 90 dias			Até 90 dias	Mais de 90 dias	
Residencial	480.145	641.925	1.428.335	2.550.405	525.649	559.973	1.810.535	2.896.157
Industrial	97.398	11.780	40.867	150.045	103.268	16.297	123.271	242.836
Comercial	217.471	62.499	148.935	428.905	239.885	64.525	272.357	576.767
Rural	61.088	68.019	259.217	388.324	62.581	53.721	248.781	365.083
Poder público	139.716	60.240	62.799	262.755	140.385	42.774	65.517	248.676
Iluminação pública	18.997	7.780	19.701	46.478	25.156	3.170	19.751	48.077
Serviço publico	61.002	39.122	49.839	149.963	55.884	25.227	44.852	125.963
Contas a receber de consumidores faturados	1.075.817	891.365	2.009.693	3.976.875	1.152.808	765.687	2.585.064	4.503.559
Residencial	499.897	48.903	673.405	1.222.205	588.180	53.747	817.437	1.459.364
Industrial	15.477	1.439	17.785	34.701	17.707	1.666	44.536	63.909
Comercial	40.130	4.997	72.167	117.294	50.526	5.137	116.436	172.099
Rural	34.610	4.101	43.059	81.770	32.828	3.845	53.776	90.449
Poder público	164.675	5.406	21.441	191.522	192.901	5.020	23.763	221.684
Iluminação pública	54.395	1.136	2.810	58.341	58.327	967	3.042	62.336
Serviço publico	155.249	2.363	8.710	166.322	88.111	3.215	6.627	97.953
Parcelamentos (a)	964.433	68.345	839.377	1.872.155	1.028.580	73.597	1.065.617	2.167.794
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	518.862	-	-	518.862	574.257	-	-	574.257
Baixa renda (c)	185.699	-	-	185.699	177.393	-	-	177.393
Outras	224.703	-	-	224.703	255.268	-	-	255.268
Subtotal bruto	2.969.514	959.710	2.849.070	6.778.294	3.188.306	839.284	3.650.681	7.678.271
(-) PECLD	(304.530)	(150.221)	(1.845.528)	(2.300.279)	(346.065)	(135.682)	(2.671.813)	(3.153.560)
Total contas a receber de clientes	2.664.984	809.489	1.003.542	4.478.015	2.842.241	703.602	978.868	4.524.711
Circulante				4.033.641				4.066.816
Não circulante				444.374				457.895

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados do contas a receber referentes aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente no montante de R\$ 127.993 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 155.610 em 31 de dezembro de 2023), em contrapartida ao resultado financeiro;
- (b) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, sendo em alguns casos encerrados após o período de fechamento contábil; e
- (c) O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.212 e 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

7.2 Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa

	2023	Provisões/ Reversões (c)	Baixas (a)	2024
Contas a receber de consumidores faturados	(1.866.611)	(295.263)	875.894	(1.285.980)
Parcelamentos	(1.150.155)	(95.470)	327.405	(918.220)
Contas a receber de consumidores não faturados	(23.084)	2.512	-	(20.572)
Outras (b)	(113.710)	(9.522)	47.725	(75.507)
Total	(3.153.560)	(397.743)	1.251.024	(2.300.279)

	2022	Reorganização Societária	Provisões/ Reversões	Baixas (a)	2023
Contas a receber de consumidores faturados	(1.328.738)	(351.962)	(229.624)	43.713	(1.866.611)
Parcelamentos	(879.081)	(154.272)	(136.895)	20.093	(1.150.155)
Contas a receber de consumidores não faturados	(21.717)	(612)	(755)	-	(23.084)
Outras (b)	(63.737)	(13.011)	(42.341)	5.379	(113.710)
Total	(2.293.273)	(519.857)	(409.615)	69.185	(3.153.560)

- (a) Referente à baixa da PECLD sobre títulos considerados incobráveis, os quais foram efetivamente baixados do contas a receber;
- (b) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 456 de 29 de novembro de 2000; e
- (c) A movimentação líquida do exercício, gerou uma provisão, no montante de R\$ 397.743 (uma provisão de R\$ 340.430 em 31 de dezembro de 2023), com impacto no resultado operacional e financeiro de R\$ 406.774 e R\$ 9.031, respectivamente, conforme notas explicativas nº 24 – Custos do serviço e despesas operacionais e nº 26 – Resultado financeiro.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

8 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros (Consolidado)

	2023	Constituição	Amortização	Atualização	Créditos de PIS/COFINS	Constituição com efeito caixa	Transferência/Reclassificação	2024
Parcela A								
CDE - Conta de desenvolvimento energético (a)	36.637	(96.953)	3.822	6.235	-	-	-	(50.259)
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	(17.898)	518	13.718	(1.383)	-	-	-	(5.045)
Rede básica	157.888	(47.013)	(38.511)	13.961	-	-	-	86.325
Compra de energia CVA (b)	(260.710)	156.001	2.663	(42.637)	-	-	-	(144.683)
ESS - Encargos do serviço do sistema (c)	267.245	(127.902)	50.841	18.943	-	-	-	209.127
	183.162	(115.349)	32.533	(4.881)	-	-	-	95.465
Itens financeiros								
Sobrecontratação de energia (d)	(4.827)	65.519	(109.698)	(3.913)	-	-	-	(52.919)
Neutralidade	(133.614)	48.566	(40.159)	(7.249)	-	-	-	(132.456)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(205.667)	(86.061)	44.577	(21.462)	-	-	-	(268.613)
Risco hidrológico (e)	(356.895)	230.664	(226.511)	(26.743)	-	-	-	(379.485)
Compensação créditos PIS/COFINS – nota explicativa nº 20 (f)	34.257	-	82.037	190	(49.296)	-	16.386	83.574
Emp. Escassez Hídrica (g)	(35.537)	-	35.537	-	-	-	-	-
CDE Modicidade Tarifária – Empréstimo (h)	(30.601)	72.367	(16.651)	(6.153)	-	(72.367)	-	(53.405)
Outros (i)	20.461	21.760	(99.018)	(1.450)	-	(7.133)	21.326	(44.054)
	(712.423)	352.815	(329.886)	(66.780)	(49.296)	(79.500)	37.712	(847.358)
Total	(529.261)	237.466	(297.353)	(71.661)	(49.296)	(79.500)	37.712	(751.893)
Circulante								
Valores a receber	20.234							-
Valores a devolver	(227.003)							(442.427)
Efeito líquido ativo (passivo)	(206.769)							(442.427)
Não circulante								
Valores a receber	-							2.325
Valores a devolver	(322.492)							(311.791)
Efeito líquido ativo (passivo)	(322.492)							(309.466)
Efeito líquido total	(529.261)							(751.893)

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2022	Reorganização societária (f)	Constituição	Amortização	Atualização	Créditos de PIS/COFINS	Constituição com efeito caixa	Transferências/Reclassificação	2023
Parcela A									
CDE - Conta de desenvolvimento energético	84.073	47.425	(13.874)	(90.334)	9.347	-	-	-	36.637
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	29.324	16.753	(63)	(63.597)	(315)	-	-	-	(17.898)
Rede básica	102.272	59.187	(31.606)	11.116	16.919	-	-	-	157.888
Compra de energia CVA	(10.549)	(74.390)	(87.575)	(78.848)	(9.348)	-	-	-	(260.710)
ESS - Encargos do serviço do sistema	278.503	24.446	(48.416)	(22.369)	35.081	-	-	-	267.245
	483.623	73.421	(181.534)	(244.032)	51.684	-	-	-	183.162
Itens financeiros									
Sobrecontratação de energia	(7.053)	66.068	(142.003)	74.695	3.466	-	-	-	(4.827)
Neutralidade	(48.872)	25.930	(52.948)	(53.297)	(4.427)	-	-	-	(133.614)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(162.963)	(9.508)	(53.992)	46.360	(15.759)	-	-	(9.805)	(205.667)
Acordo bilateral	-	-	-	(152)	-	-	-	-	(152)
Risco hidrológico	(316.949)	(67.321)	(43.769)	88.481	(17.337)	-	-	-	(356.895)
Compensação créditos PIS/COFINS – Nota explicativa nº 20	-	-	-	961.361	-	(927.104)	-	-	34.257
Emp. Escassez Hídrica	(94.258)	(85.238)	56.000	91.111	(3.813)	-	-	-	(36.198)
CDE Modicidade Tarifária – Empréstimo	(141.421)	(42.754)	18.911	176.755	(8.113)	-	(33.979)	-	(30.601)
Outros	(21.440)	90.462	15.042	(117.353)	(1.467)	-	56.030	-	21.274
	(792.956)	(22.361)	(202.759)	1.267.961	(47.450)	(927.104)	22.051	(9.805)	(712.423)
Total	(309.333)	51.060	(384.293)	1.023.929	4.234	(927.104)	22.051	(9.805)	(529.261)
Circulante									
Valores a receber	-	-	-	-	-	-	-	-	20.234
Valores a devolver	(194.413)	-	-	-	-	-	-	-	(227.003)
Efeito líquido ativo (passivo)	(194.413)	-	-	-	-	-	-	-	(206.769)
Não circulante									
Valores a receber	61.921	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores a devolver	(176.841)	-	-	-	-	-	-	-	(322.492)
Efeito líquido ativo (passivo)	(114.920)	-	-	-	-	-	-	-	(322.492)
Efeito líquido total	(309.333)	-	-	-	-	-	-	-	(529.261)

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

- (a) O saldo da CVA CDE foi afetado pelas seguintes variações: (i) constituição negativa da CVA de R\$ 96.953, devido a quitação do empréstimo CDE Covid e Escassez conforme o DSP nº 3.056/24, resultando em efeito passivo na CVA e, (ii) O impacto da amortização positiva do componente financeiro desse item para o exercício foi de R\$ 3.822;
- (b) O saldo da CVA de compra de energia teve como movimentação: (i) as constituições positivas dos custos com efeito disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira, repassados às distribuidoras, para atendimento do mercado, gerando uma CVA ativa no exercício de R\$ 381.653 e constituições negativas, referentes aos custos com os contratos de Energia Leilão, que realizaram menor em relação a cobertura tarifária, gerando uma CVA passiva no exercício de R\$ 225.652 totalizando um movimento de constituição ativa de R\$ 156.001; e (ii) O impacto da amortização positiva do componente financeiro desse item para o exercício foi de R\$ 2.663;
- (c) ESS está relacionado ao pagamento de usinas térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do PLD (preço de liquidação das diferenças). A medida de despachar essas térmicas é tomada pelo ONS (Operador Nacional do Sistema) para garantir a segurança energética do sistema. Em resumo, o valor de previsão do ESS concedido pela ANEEL nos processos tarifários foi superior aos custos efetivamente pagos. Com isso, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a conta de Encargos de Serviços de Sistema (ESS) resultou em uma constituição passiva de R\$ 127.902. O impacto da amortização positiva do componente financeiro desse item para esse exercício foi de R\$ 50.841;
- (d) A constituição do saldo positivo de R\$ 65.519 deve-se à venda no mercado de curto prazo a um PLD médio inferior ao preço médio de compra de energia da distribuidora. O impacto da amortização negativa no exercício foi de R\$ 109.698;
- (e) Reconhecimento antecipado dos custos de compra de energia elétrica associados aos riscos hidrológicos, conforme previsto no PRORET submódulo 4.4 – demais componentes financeiros, item 5.11. A previsão de risco hidrológico definida no processo tarifário será revertida no processo tarifário subsequente, devidamente atualizada. Em 31 de dezembro de 2024 o impacto da amortização negativa do componente financeiro para esse exercício foi positivo de R\$ 226.511;
- (f) Refere-se à compensação dos créditos de PIS/COFINS onde o impacto da amortização positiva do componente tarifário foi de R\$ 82.037 no referido exercício;
- (g) Valor referente ao repasse de recursos da Conta Escassez Hídrica para as controladas, para cobertura dos itens previstos no art. 2º da Resolução normativa ANEEL nº 1.008, de 15 de março de 2022, com os seguintes itens: 1) Estimativa do saldo da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias para a competência de abril de 2022; 2) Custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética – CREG; 3) Custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021; 4) Diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; 5) Receita fixa referente às competências de maio a dezembro de 2022 do Procedimento Competitivo Simplificado - PCS de 2021, conforme decisão da ANEEL. O prazo para a realização desse recurso é com base no reconhecimento desses valores nos reajustes ou revisões tarifárias de cada controlada e obedece ao ciclo tarifário de 12 meses, podendo ser prorrogado por mais 12 meses. Em 31 de dezembro de 2024 todo o valor foi amortizado;
- (h) A Companhia registrou a entrada de recursos no montante de R\$ 72.366 conforme Despacho Aneel nº 1.239 de 23 de abril de 2024, que fixou os valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético- CDE referentes aos valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021, a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, até 30 de abril de 2024. Esse aporte se alinha à política de Modicidade Tarifária, viabilizada pelo repasse de recursos do Fundo da CDE. O objetivo primordial é mitigar o impacto dos custos de energia elétrica para os consumidores finais, promovendo condições mais favoráveis nas tarifas de energia. A política de Modicidade Tarifária da CDE é uma ferramenta essencial para a sustentabilidade econômico-financeira do setor elétrico e para a proteção do consumidor, garantindo a equidade na distribuição dos encargos setoriais e a moderação das tarifas de energia. A Companhia contabilizou um impacto negativo de R\$ 16.651, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, resultante da amortização do componente financeiro associado a esses repasses; e
- (i) O efeito da amortização para o período findo em 31 de dezembro de 2024, foi impactado pelos valores negativos dos Financeiros homologados no último processo tarifário que são : (i) Quitação do encargo CDE COVID e CDE Escassez ; (ii) Neutralidade COVID; (iii) Reversão de créditos associados a Res 376 e 414; (iv) Penalidade meta de universalização; (v) Custo de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD); (vi) Financeiro de Recálculo RTA 2021 – Parcela B; (vii) Financeiro de Transmissão; (viii) Encargos CDE COVID Migrante; (ix) Garantias, e impactados pelos valores positivos : (i) Spread COVID/Escassez, (ii) Reposicionamento tarifário; (iii) Ajuste de parcela B e TSEE ;(iv) Encargo de Conexão (v) Rescisão contratual; (vi) Conselho de Consumidores; (vii) Neutralidade Escassez Hídrica; (viii) DIC FIC; (ix) Empréstimo Esc. Hídrica; (x) Ajuste TFSEE.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as controladas Equatorial Maranhão, Equatorial Pará e Equatorial Piauí auferiram receita no montante de R\$ 303.604 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 60.725 em 31 de dezembro de 2023) de bandeira tarifária, sendo que o valor de R\$ 245.013 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 113 em 31 de dezembro de 2023) foi obtido por meio de bandeira tarifária via faturamento junto aos clientes, e R\$ 58.591 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 60.611 em 31 de dezembro de 2023) foram repassados para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT. A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

9 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro 2024 e 2023, a Companhia e suas controladas possuem transações com partes relacionadas, principalmente dos contratos de compartilhamentos, dividendos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

		Controladora			
		2024		2023	
		Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (Despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (Despesa)
Dividendos a receber					
Entidade é controlada direta					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(p)	85.277	-	92.027	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(p)	348.878	-	403.678	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(p)	66.063	-	52.696	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(p)	11.938	-	19.978	-
Total		512.156	-	568.379	-
Dividendos a pagar					
Controladora					
Equatorial S.A.		(7.429)	-	(16.220)	-
Outros					
Itaú Unibanco		(479.719)	-	(226.639)	-
Total		(487.148)	-	(242.859)	-
		Consolidado			
		2024		2023	
Notas		Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Contas a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Associação para Assinatura de Energia	(a)	869	-	-	-
E-Nova Geração Distribuída S.A.	(a)	-	-	12	29
		869	-	12	29
Outros Créditos a receber - (bens materiais)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	-	521	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(b)	731	-	8.381	-
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(b)	591	-	870	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(b)	427	-	735	-
E-Nova Geração Distribuída S.A.	(o)	214	270	147	147
		1.963	270	10.654	147
Outras contas a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(c)	16.736	34.064	-	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(c)	5.596	17.670	5.784	19.559
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(c)	6.390	27.662	6.113	26.633
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(c)	1.445	5.446	832	3.625
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(c)	84	350	111	461
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(c)	79	345	109	449
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(c)	95	471	163	674
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(c)	403	1.136	265	1.099
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(c)	87	376	121	499
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(c)	86	406	135	562
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(c)	-	-	142	588
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(c)	172	678	187	776
Integração Transmissora de Energia S.A.(INTESA)	(c)	-	-	178	737
Equatorial Serviços S.A.	(c)	2.072	-	2.072	-
Total		33.245	88.604	16.212	55.662
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(b)	-	-	(3.033)	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(80)	-	(152)	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(b)	(1.983)	-	(4.268)	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(36)	-	(198)	-
Equatorial Serviços S.A.	(e)	(25.435)	(104.047)	(26.274)	(84.310)
Equatorial Telecomunicações S.A.	(f)	(2.825)	(14.451)	(3.502)	(26.985)
E-Nova Geração Distribuída S.A.	(g)	(421)	(782)	-	(7.655)
Instituto Equatorial	(h)	(1.293)	-	(11.425)	(17.138)
Equatorial Transmissão S.A.	(i)	-	-	-	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(i)	(314)	-	(367)	-
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(i)	(280)	-	(333)	-
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(i)	(409)	-	(510)	-
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(i)	(850)	-	(871)	-
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(i)	(217)	-	(405)	-
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(i)	(422)	-	(502)	-
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(i)	-	-	(3.508)	-
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(i)	(2.183)	-	(2.593)	-
Integração Transmissora de Energia S.A. - Intesa	(i)	-	-	(360)	-
Controladora direta					
Equatorial S.A.	(c)	-	-	(2.789)	(2.789)
Total		(36.748)	(119.280)	(61.090)	(138.877)

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Notas	Consolidado				
	2024		2023		
	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	
Outras contas a pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(15.164)	(23.510)	-	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(5.830)	(16.448)	(3.988)	(16.127)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(c)	(6.236)	(13.704)	(5.164)	(18.361)
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(c)	(1.417)	(3.661)	(933)	(2.396)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(c)	(46)	(82)	(69)	(36)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(c)	(68)	(160)	(86)	(115)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(c)	(34)	(55)	(82)	(16)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(c)	(693)	(2.351)	(872)	(2.047)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(c)	(42)	(80)	(78)	(45)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(c)	(24)	(43)	(71)	(15)
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(c)	-	-	(115)	(102)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(c)	(108)	(193)	(121)	(72)
Integração Transmissora de Energia S.A. – Intesa	(c)	-	-	(224)	(296)
Controladora direta					
Equatorial S.A.	(j)	(18.378)	(58.109)	(19.037)	(63.989)
Entidade é plano de benefício pós-emprego					
Equatorial Energia Fundação de Previdência	(d)	-	(5.122)	-	(896)
Total		(48.040)	(123.518)	(30.840)	(104.513)
Valores a pagar de acordo com recuperação judicial					
Controladora direta					
Equatorial S.A.	(l)	(138.114)	(12.013)	(129.055)	(941)
Outros tipos de partes relacionadas					
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	(k)	(597.608)	(52.442)	(545.166)	(27.110)
Total		(735.722)	(64.455)	(674.221)	(28.051)
Dividendos a receber					
Entidade coligada					
Equatorial Distribuidora de Energia do Alagoas S.A.	(p)	11.938	-	19.978	-
Total		11.938	-	19.978	-
Dividendos a pagar					
Controladora direta					
Equatorial S.A.		(7.429)	-	(16.220)	-
Outras partes relacionadas					
Eletrobras		(47.337)	-	(51.865)	-
Outros					
Itaú Unibanco		(479.719)	-	(226.639)	-
Outros		(17.866)	-	(17.711)	-
Total		(552.351)	-	(312.435)	-
Investimentos em serviço – (bens em comodato)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.		662	(662)	-	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(m)	112	(112)	118	(118)
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(n)	251	(251)	2.144	(2.144)
Total		1.025	(1.025)	2.262	(2.262)

- (a) Os valores com a E-nova e Associação são provenientes do contrato de uso da rede de energia;
- (b) O valor é proveniente de compra e venda de materiais entre as companhias;
- (c) Refere-se ao contrato de compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura administrativa cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas condominial, de informática e telecomunicações e, de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo nº 12 do módulo V da Resolução Normativa da ANEEL nº 948/2021. De acordo com a Nota Técnica nº 182/2022--SFF/ANEEL, processo nº 48500.007194/2022-83;
- (d) Os valores com a EQTPREV são provenientes das contribuições da patrocinadora das controladas da Companhia com sua Fundação de Previdência Complementar;
- (e) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são provenientes do contrato de *call center*, administrativos e despesas incorridas, com prazo de duração indeterminados;
- (f) A contratação de serviço é proveniente de serviços de telefonia, integração de telecomunicações de internet que usa os serviços de fibra ótica, serviços de recursos humanos, administrativos e despesas incorridas, durante tempo indeterminado;
- (g) Os valores com a E-Nova Geração Distribuída S.A. são provenientes da compra de material para custeio;
- (h) Os valores com o Instituto Equatorial referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa.
- (i) Valores referem-se a serviços prestados pelas transmissoras de energia, do mesmo grupo econômico das controladas da Companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST);
- (j) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre as controladas da Companhia, (Contratante) e a (Contratada) Equatorial S.A., com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido;
- (k) Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os arts. 61 e 63 da Lei nº 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, como encerrada a recuperação judicial da Companhia. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras, é detentora de créditos homologados no valor de R\$ 423.463, que serão quitado da seguinte forma: (i) carência para pagamento de principal e juros até agosto de 2019, com juros capitalizados; (ii) juros de 6% a.a. e pagos semestralmente a partir do último dia de setembro de 2019, e incidentes sobre o valor do saldo do principal; e (iii) pagamento do principal: (iii.a) de março de 2027 a setembro de 2030, inclusive, amortizações correspondentes a 5% a.a. do principal em parcelas semestrais; (iii.b) de março de 2031 a setembro de 2033, inclusive, amortizações correspondentes a 10% a.a. do principal ao ano, em parcelas semestrais; (iii.c) em setembro de 2034, o saldo de 50% (cinquenta por cento) do principal;
- (l) Valores provenientes da aquisição dos créditos constantes no Plano de Recuperação Judicial da controlada Equatorial Pará;

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

- (m) Relação de ativos cedidos em comodato no período findo de 30 de junho de 2022, da Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A., para a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, e de forma não onerosa pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes;
- (n) Relação de ativos cedidos em comodato no exercício de 2022, da controlada Equatorial Maranhão Distribuição de Energia S.A para a Companhia de Eletricidade do Amapá de forma não onerosa pelo prazo de 06 (seis) meses e 24 (vinte e quatro) meses e da controlada Equatorial Pará Distribuição de Energia S.A para a Companhia de Eletricidade do Amapá em caráter emergencial e de forma não onerosa pelo prazo de 06 (seis) meses, conforme descrito nos respectivos Termos de Comodato, podendo suas devoluções acontecerem antes a critério das partes;
- (o) Saldos referentes ao contrato de arrendamento de terrenos, no qual as controladas da Companhia atuam como arrendadoras e a E-Nova como arrendatária; e
- (p) Referente aos dividendos a receber do exercício de 2024 das controladas diretas e coligada da Companhia.

Além das operações apresentadas acima, as controladas da Companhia possuem transações, entre si, referentes a compartilhamentos de despesas e arrendamentos, compra e venda de bens e materiais *intercompany*, bens cedidos em comodato, prestação de serviços de telecomunicações e de uso do sistema de transmissão, entre outros, cujos saldos patrimoniais e de resultado, são eliminados de forma integral, nas demonstrações contábeis consolidadas.

9.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o Presidente e os Diretores. Em 23 de julho de 2024, conforme Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, foi estabelecida a não fixação da remuneração anual para o exercício de 2024 (não fixação da remuneração para o exercício de 2023, conforme Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2023).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia e suas controladas não possuem remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho para suas pessoas chave da Administração.

Os benefícios pós-empregos das controladas estão descritos na nota explicativa nº 27 – Benefício pós emprego e referem-se aos planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social.

Os diretores executivos das controladas possuem o benefício de planos de opção de compra de ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 22.3 – Planos de opção de compra de ações.

9.2 Garantias

A Equatorial S.A., controladora da Equatorial Distribuição S.A., presta garantia como avalista ou fiadora das controladas indiretas Equatorial Maranhão, Equatorial Pará e Equatorial Piauí, nas apólices de seguros sem ônus e com ônus (remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor) nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

10 Investimentos

As principais informações sobre os investimentos nas controladas e coligadas estão conforme a seguir demonstradas:

	Participação	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Avaliados por equivalência patrimonial					
Controladas					
Equatorial Maranhão	65,11%	2.768.759	2.567.090	-	-
Equatorial Pará	96,50%	4.682.590	4.353.964	-	-
Equatorial Piauí	94,94%	2.409.144	2.316.342	-	-
		<u>9.860.493</u>	<u>9.237.396</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Coligada					
Equatorial Alagoas	19,00%	457.376	448.599	457.376	448.599
Subtotal		<u>10.317.869</u>	<u>9.685.995</u>	<u>457.376</u>	<u>448.599</u>
Outros investimentos (a)		-	-	7.857	14.176
Total		<u>10.317.869</u>	<u>9.685.995</u>	<u>465.233</u>	<u>462.775</u>

(a) O saldo refere-se a investimentos das controladas da Companhia.

10.1 Movimentação dos investimentos em controladas e coligada

Controladas	2023	Dividendos distribuídos	Dividendos adicional proposto	Resultado da equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Stock Options	Matching Shares	2024
Equatorial Maranhão (a)	2.567.090	(85.277)	(162.390)	467.021	(21.470)	2.877	908	2.768.759
Equatorial Pará	4.353.964	(348.878)	(1.216.089)	1.905.826	(12.330)	(1.040)	1.137	4.682.590
Equatorial Piauí (a)	2.316.342	(66.058)	(111.840)	291.675	(23.136)	1.625	536	2.409.144
Subtotal	<u>9.237.396</u>	<u>(500.213)</u>	<u>(1.490.319)</u>	<u>2.664.522</u>	<u>(56.936)</u>	<u>3.462</u>	<u>2.581</u>	<u>9.860.493</u>
Coligada								
Equatorial Alagoas	448.599	(11.938)	(32.980)	59.633	(5.938)	-	-	457.376
Total controladas e coligadas	<u>9.685.995</u>	<u>(512.151)</u>	<u>(1.523.299)</u>	<u>2.724.155</u>	<u>(62.874)</u>	<u>3.462</u>	<u>2.581</u>	<u>10.317.869</u>

(a) Os saldos estão líquidos da amortização do direito da concessão, demonstrados na nota explicativa nº 10.3 – Conciliação dos investimentos.

Controladas	2022	Reorganização societária	Dividendos distribuídos	Dividendos adicional proposto	Resultado da equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Stock Options	2023
Equatorial Maranhão	2.383.267	-	(92.027)	(223.889)	490.495	8.946	298	2.567.090
Equatorial Pará	2.528.357	-	(404.034)	(47.887)	2.278.028	(6.153)	5.653	4.353.964
Equatorial Piauí	-	2.124.622	(52.695)	(5)	166.840	74.969	2.611	2.316.342
Total	<u>4.911.624</u>	<u>2.124.622</u>	<u>(548.756)</u>	<u>(271.781)</u>	<u>2.935.363</u>	<u>77.762</u>	<u>8.562</u>	<u>9.237.396</u>
Coligada								
Equatorial Alagoas	-	460.967	(20.835)	-	9.897	(1.430)	-	448.599
Total controladas e coligadas	<u>4.911.624</u>	<u>2.585.589</u>	<u>(569.591)</u>	<u>(271.781)</u>	<u>2.945.260</u>	<u>76.332</u>	<u>8.562</u>	<u>9.685.995</u>

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

10.2 Informações das controladas - Controladora

A Companhia apresenta abaixo a posição de suas controladas individualmente:

	Participação societária	Balanco patrimonial 2024					Resultado em 2024					
		Circulante		Não circulante		Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro bruto	Receitas/despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. Renda contribuição social	Resultado Líquido do exercício
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo							
Equatorial Maranhão S.A.	65,11%	3.400.863	2.506.315	7.849.147	4.655.474	4.088.221	6.212.072	1.736.340	(701.290)	(219.306)	(74.407)	741.337
Equatorial Pará	96,50%	6.838.508	4.395.233	10.986.391	8.441.165	4.988.501	10.861.897	3.457.134	(925.552)	(337.454)	(218.054)	1.976.074
Equatorial Piauí	94,94%	2.295.016	1.906.785	4.499.932	3.638.750	1.249.413	3.679.591	1.081.828	(395.029)	(314.990)	(7.717)	364.092
		12.534.387	8.808.333	23.335.470	16.735.389	10.326.135	20.753.560	6.275.302	(2.021.871)	(871.750)	(300.178)	3.081.503
	Participação societária	Balanco patrimonial 2023					Resultado em 2023					
		Circulante		Não circulante		Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro bruto	Receitas/despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. Renda contribuição social	Resultado Líquido do exercício
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo							
Equatorial Maranhão S.A.	65,11%	2.567.345	1.789.774	6.783.068	3.804.173	3.756.466	5.669.353	1.711.673	(755.415)	(137.252)	(41.615)	777.391
Equatorial Pará	96,50%	4.303.948	2.925.100	9.969.370	6.701.372	4.646.848	10.378.384	3.508.899	(624.448)	(331.382)	(327.258)	2.225.811
Equatorial Piauí	94,94%	1.939.366	1.644.869	3.980.397	3.179.977	1.094.917	2.971.158	824.493	(268.745)	(300.274)	(32.736)	222.738
		8.810.660	6.359.743	20.732.835	13.685.522	9.498.231	19.018.895	6.045.065	(1.648.608)	(768.908)	(401.609)	3.225.940

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

10.3 Conciliação dos investimentos em controladas e coligada

2024									
Controladas	Participação no capital	Patrimônio da controlada	Resultado	Equivalência patrimonial (a)	Amortização do direito de concessão	Valor do investimento	Intangível de concessão (b)	Stock Options/ Matching Shares	Total do investimento
Equatorial Maranhão	65,11%	4.088.221	741.337	482.675	(15.654)	2.661.788	88.704	18.267	2.768.75
Equatorial Pará	96,50%	4.988.501	1.976.074	1.905.826	-	4.813.864	(132.465)	1.191	4.682.590
Equatorial Piauí	94,94%	1.249.413	364.092	345.863	(54.188)	1.186.142	1.221.208	1.794	2.409.144
		10.326.135	3.081.503	2.734.364	(69.842)	8.661.79434	1.177.447	21.252	9.860.493
Coligada									
Equatorial Alagoas	19,00%	1.434.331	313.857	59.633	-	457.376	-	-	457.376
Total controladas e coligadas		11.760.466	3.395.360	2.793.997	(69.842)	9.119.170	1.177.447	21.252	10.317.869
2023									
Controladas	Participação no capital	Patrimônio da controlada	Resultado	Equivalência patrimonial (a)	Amortização do direito de concessão	Valor do investimento	Intangível de concessão (b)	Stock Options	Total do investimento
Equatorial Maranhão	65,11%	3.756.466	777.391	506.149	(15.654)	2.445.786	104.358	16.946	2.567.090
Equatorial Pará	96,50%	4.646.847	2.225.811	2.278.028	-	4.484.170	(131.396)	1.190	4.353.964
Equatorial Piauí	94,94%	1.094.917	222.738	211.997	(45.157)	1.039.470	1.276.088	784	2.316.342
		9.498.230	3.225.940	2.996.174	(60.811)	7.969.426	1.249.050	18.920	9.237.396
Coligada									
Equatorial Alagoas	19,00%	1.387.444	376.845	9.897	-	448.599	-	-	448.599
Total controladas e coligadas		10.885.674	3.602.785	3.006.071	(60.811)	8.418.025	1.249.050	18.920	9.685.995

(a) O resultado de equivalência patrimonial está bruto da amortização do direito de concessão no montante de R\$ 69.842 (R\$ 60.811 em 31 de dezembro de 2023), conforme item 23, letra (a), do ICPC 19; e

(b) Refere-se ao saldo decorrente da Alocação do Preço de Compra (PPA – Purchase Price Allocation) na aquisição de suas controladas.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

11 Ativo financeiro da concessão (Consolidado)

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	2023	Atualização do ativo financeiro (a)	Transferência - Ativos de contrato (b)	Baixas (d)	2024
Ativo financeiro	14.481.841	719.243	2.625.938	(30.620)	17.796.402
Obrigações especiais (c)	(3.702.314)	(243.023)	(971.540)	-	(4.916.877)
Total ativo financeiro da concessão	10.779.527	476.220	1.654.398	(30.620)	12.879.525

	2022	Reorganização societária	Atualização do ativo financeiro (a)	Transferência - Ativos de contrato (b)	Baixas (d)	2023
Ativo financeiro	11.172.307	458.368	802.658	2.063.485	(14.977)	14.481.841
Obrigações especiais (c)	(2.644.875)	(355.822)	(244.858)	(456.759)	-	(3.702.314)
Total ativo financeiro da concessão	8.527.432	102.546	557.800	1.606.726	(14.977)	10.779.527

- (a) Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização do IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizados pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Maiores informações na nota explicativa nº 23 – Receita operacional líquida (Consolidado);
- (b) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para ativo financeiro da concessão e ativo intangível;
- (c) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica; e
- (d) Valores correspondem às baixas dos ativos vinculados à infraestrutura.

A concessão das controladas da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

12 Intangível (Consolidado)

O intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

	Taxas* anuais	2024			Valor líquido
		Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	
Em serviço	4,19%	17.638.811	(9.876.035)	(1.773.931)	5.988.845
Direito de concessão – Equatorial Maranhão (a)		291.810	(203.106)	-	88.704
Mais Valia – Equatorial Pará (a)		172.904	(169.594)	-	3.310
Mais Valia – Equatorial Piauí (a)		1.714.448	(358.832)	-	1.355.616
Total		19.817.973	(10.607.567)	(1.773.931)	7.436.475

	Taxas* anuais	2023			Valor líquido
		Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	
Em serviço	4,17%	16.506.732	(8.897.710)	(1.787.534)	5.821.488
Direito de concessão – Equatorial Maranhão (a)		291.810	(187.452)	-	104.358
Direito de concessão – Equatorial Pará (a)		172.905	(168.287)	-	4.618
Direito de concessão – Equatorial Piauí (a)		1.714.448	(301.752)	-	1.412.696
Total		18.685.895	(9.555.201)	(1.787.534)	7.343.160

* Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)

- (a) Refere-se ao ajuste a valor justo do ativo intangível em combinação de negócio através da Alocação do Preço Pago – PPA, sendo classificado como intangível, por tratar-se de direitos contratuais e outros direitos legais, em conformidade com o CPC 04 – Ativo intangível.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis pela vida útil do bem e limitado à data do contrato de concessão até agosto de 2030 na controlada Equatorial Maranhão, até julho de 2028 na controlada Equatorial Pará e até outubro de 2048 na controlada Equatorial Piauí, conforme ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

12.1 Movimentação do ativo intangível (Consolidado)

	2023	Adições	Baixas (c)	Transferências (a) Ativo de contrato	Outros	2024
Em serviço	16.506.732	-	(217.707)	1.344.535	5.251	17.638.811
(-) Amortização	(8.897.710)	(1.189.894)	212.231	-	(662)	(9.876.035)
Total em serviço	7.609.022	(1.189.894)	(5.476)	1.344.535	4.589	7.762.776
Obrigações especiais em serviço (b)	(4.162.114)	-	239	(288.014)	(1.508)	(4.451.397)
(-) Amortização	2.374.580	302.886	-	-	-	2.677.466
Total em obrigações especiais	(1.787.534)	302.886	239	(288.014)	(1.508)	(1.773.931)
Direito de concessão - Distribuição	1.893.277	-	-	-	-	1.893.277
(-) Amortização - Distribuição	(371.605)	(74.042)	-	-	-	(445.647)
Total em Direito de Concessão	1.521.672	(74.042)	-	-	-	1.447.630
Total	7.343.160	(961.050)	(5.237)	1.056.521	3.081	7.436.475

	2022	Adições	Baixas (c)	Transferências (a) Ativo de contrato	Reorganização societária	2023
Em serviço	11.326.027	-	(239.785)	1.682.786	3.737.704	16.506.732
(-) Amortização	(6.838.845)	(1.042.001)	190.614	-	(1.207.478)	(8.897.710)
Total em serviço	4.487.182	(1.042.001)	(49.171)	1.682.786	2.530.226	7.609.022
Obrigações especiais em serviço (b)	(3.253.912)	-	-	99.280	(1.007.482)	(4.162.114)
(-) Amortização	1.800.169	235.588	-	-	338.823	2.374.580
Total em obrigações especiais	(1.453.743)	235.588	-	99.280	(668.659)	(1.787.534)
Direito de concessão - Distribuição	178.829	-	-	-	1.714.448	1.893.277
(-) Amortização - Distribuição	(52.892)	(64.529)	-	-	(254.184)	(371.605)
Total em Direito de Concessão	125.937	(64.529)	-	-	1.460.264	1.521.672
Total	3.159.376	(870.942)	(49.171)	1.782.066	3.321.831	7.343.160

- (a) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para ativo financeiro da concessão e ativo intangível;
- (b) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica; e
- (c) Valores correspondentes às baixas de bens integrantes do ativo intangível, os bens foram baixados por não estarem mais em condição de uso e em condições de gerar receitas.

As controladas da Companhia avaliaram e não há nenhum indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

13 Ativos de contrato (Consolidado)

A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrado:

	2023	Adições (c)	Transferências (a)		2024
			Ativo intangível	Ativo financeiro	
Em curso	3.421.513	4.475.991	(1.344.535)	(2.625.938)	3.927.031
Obrigações especiais (b)	(1.309.119)	(2.062.891)	288.014	971.540	(2.112.456)
Total	2.112.394	2.413.100	(1.056.521)	(1.654.398)	1.814.575

	2022	Adições (c)	Baixas	Transferências (a)		Reorganização societária	2023
				Ativo intangível	Ativo financeiro		
Em curso	2.117.423	4.240.076	-	(1.682.786)	(2.063.485)	810.285	3.421.513
Obrigações especiais (b)	(662.607)	(982.528)	4.513	(99.280)	456.759	(25.976)	(1.309.119)
Total	1.454.816	3.257.548	4.513	(1.782.066)	(1.606.726)	784.309	2.112.394

- (a) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para ativo financeiro da concessão e ativo intangível;
- (b) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica;
- (c) O montante de R\$ 2.413.100 refere-se às adições líquidas dos ativos de contrato reconhecidas no exercício. Deste total, R\$ 2.268.895 impactaram o caixa das controladas e, conforme nota explicativa nº 29.1 – Transações não envolvendo caixa, R\$ 109.083 referem-se às adições em contrapartida de fornecedores das controladas, R\$ 194.630 referem-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas das controladas, R\$ 2.328 refere-se a reversão de provisão para perda de estoque, R\$ 236.820 adicionado às obrigações especiais referentes a aplicação na sub-rogação da CCC e R\$ 74.984 deve-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos, ver informações na nota explicativa nº 15 – Empréstimos e financiamentos (Consolidado).

As controladas da Companhia avaliaram e concluíram como baixo o risco de não recebimento e perda associada aos ativos de contrato, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, não foi identificado nenhum indicativo de perda ao valor recuperável do ativo, e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Os valores dos bens em construção estão sujeitos à fiscalização da ANEEL.

14 Fornecedores (Consolidado)

	2024	2023
Circulante		
Suprimento de energia elétrica (a)	940.517	931.819
Encargos de uso da rede elétrica	132.384	120.238
Materiais e serviços (b)	931.914	886.404
Partes relacionadas – nota explicativa nº 9	36.748	61.090
Outros	27.679	25.915
Total	2.069.242	2.025.466
Não circulante		
Materiais e serviços (b)	15.485	20.774
Total	15.485	20.774
Total	2.084.727	2.046.240

- (a) O saldo refere-se aos custos com os contratos de compra de energia e as despesas operacionalizadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), a variação ocorreu devido à atualização dos preços de contratos em suprimentos e entrada de novos contratos no portfólio em 2024; e
- (b) A composição corresponde, substancialmente, a despesas de fornecedores de materiais e serviços, atinentes ao custeio operacional e aos investimentos realizados na infraestrutura da área de concessão da Companhia no decorrer do exercício em referência.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

O saldo de fornecedores não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia e suas controladas em prazo médio de até 45 dias (35 dias em 31 de dezembro de 2023).

14.1 Fornecedores – Risco sacado

Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia e suas controladas autorizaram a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia e suas controladas realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais ('passivo original'), não havendo postergação de prazo pela Companhia e suas controladas ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia e suas controladas não possuem influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira.

Atualmente, a transação é operacionalizada por um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), através de uma plataforma 100% digital, gerenciada pelo próprio FIDC (não sendo parte relacionada da Companhia). A Companhia e suas controladas disponibilizam ao FIDC as faturas performadas e este, por sua vez, adiciona estas faturas na plataforma. O fornecedor acessa a plataforma, selecionando as faturas que deseja antecipar e a liquidação é feita pelo FIDC no mesmo dia. A Companhia e suas controladas não possuem operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre o FIDC e o fornecedor fica a livre critério deste último, sem participação da Companhia e suas controladas, sendo a participação no acordo de financiamento opcional para os fornecedores. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa ao FIDC, da qual a Companhia e suas controladas não são parte. A Companhia e suas controladas quitam a fatura original, pagando ao FIDC de acordo com a data de vencimento original mencionada.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de fornecedores – risco sacado é de R\$ 216.341 (R\$ 264.194 em 31 de dezembro de 2023), sendo estes montantes integralmente liquidados pelo FIDC nas referidas datas, ou seja, quando um fornecedor adere a esta modalidade o mesmo recebe de imediato o valor de sua fatura, e portanto, não há faturas a pagar de posse do operador do FIDC. Os pagamentos dessas transações impactaram o fluxo de caixa da Companhia em R\$ 1.594.529 durante o ano de 2024 (R\$ 1.353.326 em 31 de dezembro de 2023). O prazo médio de pagamento destes títulos é de 56 dias (74 dias em 31 de dezembro de 2023).

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

15 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

15.1 Composição do saldo

	Garantias	Custo da dívida (% a.a.)	2024			2023		
			Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (USD)								
Citibank	-	CDI + 1,29%	498.988	-	498.988	3.437	387.304	390.741
Scotiabank	Aval / Fiança	CDI + 1,15% a 1,77%	1.622.058	926.323	2.548.381	165.838	1.385.842	1.551.680
Santander	-	CDI + 1,62 %	1.059	174.529	175.588	591	136.451	137.042
Bank of America	-	CDI + 1,09% a 1,38%	468.458	502.127	970.585	244.703	338.274	582.977
Total moeda estrangeira			2.590.563	1.602.979	4.193.542	414.569	2.247.871	2.662.440
Moeda nacional								
IBM	Aval / Fiança	CDI - 0,17%	17.142	-	17.142	20.042	16.886	36.928
BOCOM	-	CDI + 1,05%	97	200.000	200.097	-	-	-
Caixa Econômica Federal	Aval/Fiança + Conta Reserva + Recebíveis	6,00%	9.963	16.453	26.416	10.462	26.318	36.780
Santander	Aval / Fiança	CDI + 1,65 %	-	-	-	205.385	-	205.385
CCEE/RGR/ANEEL	Recebíveis	5,00%	27.593	1.059.464	1.087.057	44.601	1.062.989	1.107.590
China Construction Bank	-	CDI + 0,97%	6.065	150.000	156.065	6.603	150.000	156.603
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Aval/Fiança + Conta Reserva + Recebíveis	IPCA+ 3,93% a 5,96%	587.894	4.541.033	5.128.927	561.234	4.879.887	5.441.121
Subtotal			648.754	5.966.950	6.615.704	848.327	6.136.080	6.984.407
(-) Ajuste a Valor Presente - AVP			-	(534.710)	(534.710)	-	(557.145)	(557.145)
(-) Custo de captação			(1.231)	(15.999)	(17.230)	(1.302)	(16.914)	(18.216)
Total moeda nacional			647.523	5.416.241	6.063.764	847.025	5.562.021	6.409.046
Total			3.238.086	7.019.220	10.257.306	1.261.594	7.809.892	9.071.486

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

15.2 Movimentação de empréstimos e financiamentos

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (US\$)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	847.025	5.562.021	414.569	2.247.871	9.071.486
Ingressos	-	200.000	-	1.177.630	1.377.630
Encargos	341.093	(9)	175.275	(132)	516.227
Variação monetária e cambial	114.950	133.519	342.675	419.008	1.010.152
Transferências	478.958	(478.958)	2.241.177	(2.241.177)	-
Amortizações de principal	(812.946)	-	(447.803)	-	(1.260.749)
Pagamentos de juros	(345.310)	-	(135.551)	-	(480.861)
Custo de captação (a)	1.318	(332)	221	(221)	986
Ajuste a valor presente	22.435	-	-	-	22.435
Saldos em 31 de dezembro de 2024	647.523	5.416.241	2.590.563	1.602.979	10.257.306
	Moeda nacional		Moeda estrangeira (US\$)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	331.530	3.925.344	347.937	1.384.598	5.989.409
Ingressos	-	222.054	-	981.900	1.203.954
Reorganização Societária	1.873.305	1.925.823	191.361	424.805	4.415.294
Encargos	278.917	43.923	91.892	132	414.864
Variação monetária e cambial	101.084	137.317	(51.298)	(118.564)	68.539
Transferências	688.942	(688.942)	425.000	(425.000)	-
Amortizações de principal	(2.140.125)	-	(499.120)	-	(2.639.245)
Pagamentos de juros	(307.035)	-	(91.203)	-	(398.238)
Custo de captação (a)	1.711	(3.498)	-	-	(1.787)
Ajuste a valor presente	18.696	-	-	-	18.696
Saldos em 31 de dezembro de 2023	847.025	5.562.021	414.569	2.247.871	9.071.486

(a) Refere-se à movimentação do custo de captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição.

15.3 Ingressos

Controlada	Instituição	Ingresso	Data do Ingresso	Pagamento de Juros	Amortização	Destinação de Recurso	Encargo Financeiro (a.a.)	Taxa Efetiva com Derivativo (a.a.)
Equatorial Piauí	BOCOM	200.000	jun-24	Semestral	Bullet	Capital de Giro	CDI + 1,05%	Não se aplica
Equatorial Piauí	Bank of America	177.630	out-24	Anual	Bullet	Capital de Giro	USD + 5,7294%	CDI + 1,15%
Equatorial Piauí	Scotiabank	280.000	nov-24	Semestral	Bullet	Capital de Giro	USD + 5,8035%	CDI + 1,15%
Equatorial Maranhão	Scotiabank	420.000	nov-24	Semestral	Bullet	Capital de Giro	USD + 5,8035%	CDI + 1,15%
Equatorial Pará	Bank of America	300.000	dez-24	Anual	Bullet	Capital de Giro	USD + 6,0118%	CDI + 1,09%
Total		1.377.630						

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

15.4 Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de dezembro de 2024, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	2024	
	Valor	%
Circulante	3.238.086	32%
2026	1.296.636	13%
2027	1.868.541	18%
2028	449.625	4%
2029	370.939	3%
Até 2048	3.584.188	35%
Subtotal	7.569.929	73%
Ajuste a valor presente	(534.710)	-5%
Custo de captação/AVP (não circulante)	(15.999)	0%
Não circulante	7.019.220	68%
Total	10.257.306	100%

15.5 Covenants dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pelas controladas Equatorial Maranhão, Equatorial Pará e Equatorial Piauí possuem garantias fidejussórias e/ou recebíveis e/ou aplicações financeiras (contas reserva) e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos das controladas da Companhia com período de apuração trimestral nas controladas:

- Equatorial Maranhão**

Covenants Empréstimos

1º Dívida líquida/EBITDA: $\leq 3,5$

2º Dívida líquida/EBITDA: $\leq 4,5$

2º EBITDA/ Resultado financeiro líquido $\geq 1,5$

Scotiabank

2,3

2,3

6,3

Citibank

2,3

-

-

- Equatorial Pará**

Covenants Empréstimos

1º Dívida líquida/EBITDA: $\leq 4,5$

Scotiabank

1,4

BofA

1,4

- Equatorial Piauí**

Covenants Empréstimos

1º Dívida líquida/EBITDA: $\leq 4,5$

Santander

3,6

Scotiabank

3,6

BofA

3,6

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Adicionalmente, abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos com período de apuração trimestral na controladora, Equatorial S.A.:

Covenants Empréstimos	Scotiabank
1º Dívida líquida/EBITDA: <=4,5	3,6

Os indicadores acima obedecem, fidedignamente, aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam, unicamente, dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas.

No período findo em 31 de dezembro de 2024, as controladas da Companhia mantiveram-se em cumprimento de todas as obrigações contratuais.

Adicionalmente aos indicadores mencionados acima, as controladas da Companhia possuem *covenants* financeiros junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) cuja apuração é anual, sujeito a relatório de asseguração limitada, que deve ser entregue até 31 de maio do ano subsequente, portanto, após a divulgação delas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as controladas da Companhia mantiveram-se em cumprimento de todas as obrigações contratuais.

16 Debêntures (Consolidado)

16.1 Movimentação das debêntures

A movimentação das debêntures no exercício está conforme a seguir demonstrada:

	Moeda nacional		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	67.226	2.337.411	2.404.637
Ingressos – nota explicativa nº 16.3	-	3.825.000	3.825.000
Encargos	363.828	-	363.828
Varição monetária e cambial	171	27.338	27.509
Transferências	(9.138)	9.138	-
Amortizações de principal	(39.132)	-	(39.132)
Pagamentos de juros	(297.837)	-	(297.837)
Custo de captação (a)	2.606	(93.700)	(91.094)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	87.724	6.105.187	6.192.911

	Moeda nacional		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	361.002	1.681.733	2.042.735
Ingressos	-	300.000	300.000
Reorganização societária	1.914.167	400.000	2.314.167
Encargos	315.481	-	315.481
Varição monetária e cambial	23.684	(9.443)	14.241
Transferências	26.405	(26.405)	-
Amortizações de principal	(2.231.380)	-	(2.231.380)
Pagamentos de juros	(345.036)	-	(345.036)
Custo de captação (a)	2.903	(8.474)	(5.571)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	67.226	2.337.411	2.404.637

(a) Refere-se à movimentação do custo de captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

16.2 Características das debêntures

Em 31 de dezembro de 2024, as controladas da Companhia, possuem as seguintes emissões vigentes.

Controlada	Emissão	Garantias	Característica	Série	Valor da emissão	Custo nominal	Data da emissão	Venc. final	2024		Total
									Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	
Equatorial Pará	6ª	N/A	(1)/(3)/(4)	Única	1.350.000	CDI + 1,40% a.a.	jun/22	mai/28	18.275	1.347.535	1.365.810
Equatorial Pará	7ª	N/A	(1)/(3)/(4)	Única	1.000.000	CDI + 0,95% a.a.	ago/24	ago/30	44.731	997.344	1.042.075
Equatorial Pará	8ª (a)	N/A	(1)/(3)/(4)/(5)	Única	1.475.000	CDI + 0,38% a.a.	dez/24	dez/36	(2.040)	1.425.397	1.423.357
Equatorial Maranhão	9ª	N/A	(1)/(3)/(4)	Única	300.000	CDI + 1,40% a.a.	jun/22	mai/28	4.052	299.429	303.481
Equatorial Maranhão	10ª	N/A	(1)/(3)/(4)/(5)	Única	300.000	IPCA + 6,30% a.a.	dez/23	dez/31	(319)	308.178	307.859
Equatorial Maranhão	11ª	N/A	(1)/(3)/(4)	Única	500.000	CDI + 0,95% aa	mai/24	mai/30	6.627	498.852	505.479
Equatorial Maranhão	12ª (a)	N/A	(1)/(3)/(4)/(5)	Única	550.000	CDI + 0,285% aa	out/24	set/36	8.461	536.150	544.611
Equatorial Piauí	1ª	N/A	(1)/(3)/(4)	Única	400.000	CDI + 1,37% a.a.	dez/21	dez/26	3.214	400.000	403.214
Equatorial Piauí	3ª (a)	N/A	(1)/(3)/(4)/(5)	Única	300.000	CDI + 0,41% a.a.	out/24	set/36	4.723	292.302	297.025
									87.724	6.105.187	6.192.911

- (1) Emissão pública de debêntures simples;
(3) Não conversíveis em ações;
(4) Espécie quirografária;
(5) Debêntures incentivadas;

(a) Considera-se o custo da ponta passiva do swap.

As emissoras das debêntures incentivadas, conforme o artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, alterada pelo Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011, tem como obrigatoriedade aplicar a totalidade dos recursos captados nas emissões das debêntures no custeio das despesas já incorridas e/ou a incorrer relativas aos projetos enquadrados junto ao MME - Ministério de Minas e Energia, cujos prazos não são determinados para a aplicação dos mesmos. A finalidade das debêntures incentivadas é captar recursos destinados a projetos de infraestrutura e todos os recursos obtidos foram utilizados pelas controladas da Companhia para esse fim.

16.3 Ingressos

Controlada	Instituição	Ingresso	Data do Ingresso	Pagamento de Juros	Amortização	Destinação de Recurso	Encargo Financeiro (a.a.)	Taxa Efetiva com Derivativo (a.a.)
Equatorial Maranhão	11ª Emissão Debêntures - 1ª Série	500.000	mai-24	Semestral	Anual após carência	Capital de Giro	CDI + 0,95%	Não se aplica
Equatorial Pará	7ª Emissão Debêntures - Série Única	1.000.000	ago-24	Semestral	Anual após carência	Capital de Giro	CDI + 0,95%	Não se aplica
Equatorial Maranhão	12ª Emissão Debêntures - Série Única	550.000	out-24	Semestral	Anual após carência	Investimento	IPCA + 6,6493%	CDI + 0,285%
Equatorial Piauí	3ª Emissão Debêntures - Série Única	300.000	out-24	Semestral	Anual após carência	Investimento	IPCA + 6,8091%	CDI + 0,41%
Equatorial Pará	8ª Emissão Debêntures - Série Única	1.475.000	dez-24	Semestral	Anual após carência	Investimento	IPCA + 7,7477%	CDI + 0,38%
Total		3.825.000						

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

16.4 Cronograma de amortização da dívida

Vencimento	2024	
	Valor	%
Circulante	87.724	2%
2026	950.000	15%
2027	550.000	9%
2028	1.050.000	17%
2029	604.923	10%
Até 2036	3.047.593	49%
Subtotal	6.202.516	100%
Custo de captação/AVP (não circulante)	(97.329)	(2%)
Não circulante	6.105.187	98%
Total	6.192.911	100%

16.5 Covenants das debêntures

As debêntures contratadas pela Companhia e suas controladas possuem garantias reais, fidejussórias e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nas debêntures das controladas da Companhia com o período de apuração trimestral nas controladas:

- Equatorial Maranhão**

<i>Covenants</i> debêntures	9ª debêntures	10ª debêntures	11ª debêntures	12ª debêntures
1º Dívida Líquida/EBITDA: <=4,5	2,3	2,3	2,3	2,3

- Equatorial Pará**

<i>Covenants</i> debêntures	6ª debêntures	7ª debêntures	8ª debêntures
1º Dívida Líquida/EBITDA: <=4,5	1,4	1,4	1,4

- Equatorial Piauí**

<i>Covenants</i> debêntures	1ª debêntures	3ª debêntures
1º Dívida Líquida/EBITDA: <= 4,5	3,6	3,6

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as controladas da Companhia mantiveram-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

17 Impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos (Consolidado)

17.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2024	2023
Prejuízo fiscal (a)	419.342	349.001
Base negativa (a)	131.152	104.893
	550.494	453.894
Diferenças temporárias:		
Provisão para riscos judiciais	165.872	148.360
Perdas (reversão) estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(4.725)	(14.972)
Provisão atuarial	78.661	84.616
Provisão para participação nos lucros	23.342	22.213
Contingências - aquisição Piauí	35.195	35.309
Intangível - concessão- Aquisição Equatorial Pará	24.700	24.501
Swap	(108.368)	98.830
AIC Reversível	38.868	38.868
Atualização do ativo financeiro VNR	(994.073)	(832.157)
Ajuste a valor presente	(231.154)	(238.039)
Depreciação acelerada	(471.935)	(508.742)
Reavaliação bens da concessão	(11.179)	(15.818)
Custo receita de Construção – CPC 47	3.818	2.540
Arrendamentos – CPC 06 (R2)	1.854	1.781
Outras diferenças temporárias	23.466	15.141
Imposto diferido líquido	(875.164)	(683.675)
Ativo diferido líquido	455.195	439.007
Passivo diferido líquido	(1.330.359)	(1.122.682)

- (a) A movimentação do saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição no exercício, representa o imposto de renda e contribuição social diferidos nas controladas Equatorial Pará e Equatorial Piauí. Os impostos estão embasados em projeções de recuperabilidade futura aprovada pela Administração. Existem saldos ativos e passivos por estarem sendo apresentadas companhias diferentes no consolidado.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

17.2 Movimentação dos tributos diferidos

	2023	Reconheciment o no resultado	Outros resultados abrangentes	Baixa	Valor líquido em 2024	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ prejuízos fiscais	349.001	71.114	-	(773)	419.342	419.342	-
Base Negativa de CSLL	104.893	26.537	-	(278)	131.152	131.152	-
Provisão para riscos judiciais	148.360	17.512	-	-	165.872	165.872	-
PECLD	(14.972)	10.247	-	-	(4.725)	28.919	(33.644)
Provisão para participação nos lucros	22.213	1.129	-	-	23.342	23.342	-
Riscos judiciais - aquisição Equatorial Piauí – PPA (a)	35.309	(114)	-	-	35.195	35.195	-
Variação de SWAP	98.830	(249.357)	42.159	-	(108.368)	-	(108.368)
Atualização do ativo financeiro VNR	(832.157)	(161.916)	-	-	(994.073)	-	(994.073)
Ajuste a valor presente AVP	(238.039)	6.885	-	-	(231.154)	5	(231.159)
Depreciação acelerada	(508.742)	36.807	-	-	(471.935)	-	(471.935)
Intangível - mais-valia concessão- Aquisição Equatorial Pará- PPA	24.501	199	-	-	24.700	24.700	-
AICs Ressarcíveis	38.868	-	-	-	38.868	38.868	-
Reavaliação bens da concessão	(15.818)	4.639	-	-	(11.179)	-	(11.179)
Provisão atuarial	84.616	80	(6.035)	-	78.661	78.661	-
Custo receita de Construção – CPC 47	2.540	1.278	-	-	3.818	3.818	-
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	1.781	73	-	-	1.854	1.854	-
Outras despesas não dedutíveis	15.141	8.325	-	-	23.466	39.012	(15.546)
Total	(683.675)	(226.562)	36.124	(1.051)	(875.164)	990.740	(1.865.904)

	2022	Reorganização Societária	Reconhecimento no resultado	Outros resultados abrangentes	Valor líquido em 2023	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ prejuízos fiscais	-	357.507	(8.506)	-	349.001	349.001	-
Base Negativa de CSLL	-	110.044	(5.151)	-	104.893	104.893	-
Provisão para riscos judiciais	89.103	59.725	(468)	-	148.360	148.360	-
PECLD	227.586	(25.709)	(216.849)	-	(14.972)	38.142	(53.114)
Provisão para participação nos lucros	13.609	9.217	(613)	-	22.213	22.213	-
Riscos judiciais - aquisição Equatorial Piauí – PPA (a)	(51.815)	35.601	(292)	-	35.309	35.309	-
Variação de SWAP	(8.042)	36.118	52.944	17.810	98.830	98.830	-
Atualização do ativo financeiro VNR	(638.899)	(3.606)	(189.652)	-	(832.157)	-	(832.157)
Ajuste a valor presente AVP	(51.815)	(184.150)	(2.074)	-	(238.039)	1.566	(239.605)
Depreciação acelerada	(546.593)	-	37.851	-	(508.742)	-	(508.742)
Intangível - mais-valia concessão- Aquisição Equatorial Pará- PPA	48.768	-	(24.267)	-	24.501	24.501	-
AICs Ressarcíveis	-	38.868	-	-	38.868	38.868	-
Reavaliação bens da concessão	(28.772)	-	12.954	-	(15.818)	-	(15.818)
Provisão atuarial	20.333	2.863	2.792	58.628	84.616	84.616	-
Custo receita de Construção – CPC 47	1.048	1.248	244	-	2.540	2.540	-
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	1.718	15	48	-	1.781	1.781	-
Outras despesas não dedutíveis	(5.526)	10.163	10.504	-	15.141	43.058	(27.917)
Total	(877.482)	447.904	(330.535)	76.438	(683.675)	993.678	(1.677.353)

17.3 Expectativa de recuperação – Ativo Fiscal Diferido

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração da controlada estima que a realização dos créditos fiscais, está conforme apresentado a seguir:

Expectativa de realização	2025	2026	2027	2028	2029	Total
Equatorial Pará	154.096	-	-	-	-	154.096
Equatorial Maranhão	92.290	-	-	-	-	92.290
Equatorial Piauí	21.105	47.449	60.497	72.453	482.954	684.458
Total do ativo diferido bruto	267.491	47.449	60.497	72.453	482.954	930.844
PPA – Equatorial Pará e Piauí	-	-	-	-	-	59.896
Total	267.491	47.449	60.497	72.453	482.954	990.740

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

17.4 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) debitada em resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	2.732.232	2.732.232	2.942.870	2.942.870
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	(683.058)	(245.901)	(735.718)	(264.858)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro				
Outras adições (reversões) permanentes	37	13	(1.997)	(728)
Equivalência Patrimonial	681.061	245.174	736.534	265.152
IRPJ e CSLL correntes/diferido no resultado	(1.960)	(714)	(1.181)	(434)
IRPJ e CSLL corrente no resultado do exercício	(1.960)	(714)	(1.181)	(434)
Alíquota efetiva	0%	0%	0%	0%
	Consolidado			
	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	3.378.577	3.378.577	3.734.231	3.734.231
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	(844.644)	(304.072)	(933.558)	(336.081)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro				
Outras adições (reversões) permanentes	(4.216)	(2.176)	(5.120)	9.193
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	3.550	1.278	4.958	1.785
Atualização de Indébito tributário	21.197	8.515	12.169	4.381
Incentivo PAT	6.095	-	4.186	-
Incentivo prorrogação licença maternidade	347	-	425	-
IRPJ Subvenção Governamental	766.003	-	706.590	-
Parcelamento IRPJ/CSLL (anos anteriores)	30.238	15.118	63.252	40.037
IRPJ e CSLL correntes/diferido no resultado	(21.430)	(281.337)	(147.098)	(280.685)
IRPJ e CSLL corrente no resultado do exercício	114.898	(191.103)	91.537	(188.785)
IRPJ e CSLL diferido no resultado do exercício	(136.328)	(90.234)	(238.635)	(91.900)
Total de IRPJ e CSLL correntes e diferidos do exercício	(21.430)	(281.337)	(147.098)	(280.685)
Alíquota efetiva	1%	8%	4%	8%

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

18 Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial - Equatorial Pará

Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os Arts. 61 e 63 da Lei nº 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, encerrada a recuperação judicial da controlada Equatorial Pará. Esta sentença encerra a fase de acompanhamento judicial do cumprimento do plano e retira as restrições legais da recuperação. O plano de recuperação negociado e aprovado pelos credores durante o processo permanece inteiramente válido e exigível, o que significa que as condições especiais para as dívidas que foram pactuadas continuam em vigor. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral.

A decisão de encerramento está produzindo efeitos normalmente, mas ainda não transitou em julgado por ter sido alvo de duas apelações, movidas pelos credores Petróleo Brasileiro S.A. e Pine S.A. Em novembro de 2017, a Equatorial Pará firmou acordo com o Banco Pine, que culminou com a desistência de sua apelação a sentença de encerramento. A outra apelação versa, exclusivamente, sobre pagamento de juros e correção no cumprimento das obrigações do plano.

Em função da matéria, a Equatorial Pará estima que chances de êxito deste recurso são remotas, o que é respaldado em *Legal Opinion* do escritório jurídico que conduz o processo. A estimativa da controlada é que a matéria será apreciada em um cenário de 24 a 36 meses, quando então o encerramento da recuperação judicial estará devidamente transitado em julgado.

18.1 Composição da dívida

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Circulante		
Outras concessionárias	5.695	5.695
Credores financeiros (a)	27.751	30.560
Partes relacionadas	79.318	38.614
	<u>112.764</u>	<u>74.869</u>
Não circulante		
Outras concessionárias	83.853	83.853
Credores financeiros (a)	335.871	344.821
Partes relacionadas	788.705	782.435
(-) Ajuste a valor presente – partes relacionadas	(150.407)	(146.829)
(-) Ajuste a valor presente	(34.186)	(58.581)
	<u>1.023.836</u>	<u>1.005.699</u>
Total	<u>1.136.600</u>	<u>1.080.568</u>

(a) Grupo de credores dentre os quais estão: (i) instituições financeiras públicas ou privadas; e (ii) titulares de créditos decorrentes de operações financeiras ou bancárias, inclusive, mas sem se limitar a, *bonds* e créditos decorrentes de operações de derivativos, com ou sem vinculação de recebíveis.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

18.2 Cronograma de amortização

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo dos valores a pagar de recuperação judicial é o seguinte:

Vencimento	2024	
	Valor	%
Circulante	112.764	10%
2026	27.076	2%
2027	67.739	6%
2028	91.723	8%
2029	56.772	5%
Até 2034	965.119	85%
Subtotal	1.208.429	106%
(-) Ajuste a valor presente (Não circulante)	(184.593)	-16%
Não circulante	1.023.836	90%
Total	1.136.600	100%

18.3 Movimentação dos valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial

	Saldo em 2023	Juros e encargos	Varição monetária e cambial	Amortização	Juros pagos	AVP	Saldo em 2024
Outras concessionárias	73.288	5.042	-	-	(5.042)	1.513	74.801
Partes relacionadas – nota explicativa nº 9	674.221	42.524	7.403	(1.228)	(1.726)	14.528	735.722
Credores financeiros	333.059	10.494	17.372	(28.514)	(11.109)	4.775	326.077
Total	1.080.568	58.060	24.775	(29.742)	(17.877)	20.816	1.136.600

	Saldo em 2022	Juros e encargos	Varição monetária e cambial	Amortização	Juros pagos	AVP	Saldo em 2023
Outras concessionárias	71.775	5.029	-	-	(5.028)	1.512	73.288
Partes relacionadas – nota explicativa nº 9	644.727	40.395	(3.721)	(1.039)	(20.669)	14.528	674.221
Credores financeiros	363.855	12.713	(9.098)	(26.321)	(12.876)	4.786	333.059
Total	1.080.357	58.137	(12.819)	(27.360)	(38.573)	20.826	1.080.568

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

19 Provisão para riscos judiciais e depósitos vinculados (Consolidado)

As controladas da Companhia são partes (polos passivos) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	2024		2023	
	Provisão	Depósitos vinculados	Provisão	Depósitos vinculados
Cíveis	455.079	152.758	455.395	131.522
Fiscais	118.428	144.315	93.753	75.504
Trabalhistas	76.362	81.561	87.679	71.514
Regulatórios	9.247	-	8.347	-
Total	659.116	378.634	645.174	278.540
Circulante	83.722	4.730	95.748	4.442
Não circulante	575.394	373.904	549.426	274.098

19.1 Movimentação dos riscos judiciais no exercício

	2023		2024			
	Saldo	Adições (1)	Utilização (2)	Reversão de provisão (3)	Atualização (4)	Saldo
Cíveis (a)	455.395	51.310	(58.617)	(18.568)	25.559	455.079
Fiscais (b)	93.753	23.977	(269)	(2)	969	118.428
Trabalhistas (c)	87.679	7.256	(19.661)	(4.527)	5.615	76.362
Regulatórios (d)	8.347	-	-	-	900	9.247
Total	645.174	82.543	(78.547)	(23.097)	33.043	659.116

	2022		2023				
	Saldo	Reorganização Societária	Adições (1)	Utilização (2)	Reversão de provisão (3)	Atualização (4)	Saldo
Cíveis (a)	245.540	226.132	66.036	(76.489)	(39.609)	33.785	455.395
Fiscais (b)	235.726	6.437	7	-	(146.865)	(1.552)	93.753
Trabalhistas (c)	38.458	48.071	12.958	(14.630)	(9.229)	12.051	87.679
Regulatórios (d)	7.385	-	-	-	-	962	8.347
Total	527.109	280.640	79.001	(91.119)	(195.703)	45.246	645.174

- (1) Contingências provisionadas no exercício;
(2) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;
(3) Reversões realizadas no exercício; e
(4) Atualizações monetárias.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos.

No exercício de 31 de dezembro de 2024, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Adicionalmente, as controladas da Companhia possuem passivos contingentes que correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, conforme segue:

	2024	2023
Cíveis (a)	1.016.349	848.130
Fiscais (b)	36.803	34.845
Trabalhistas (c)	185.521	149.785
Total	1.238.673	1.032.760

a. Cíveis

As controladas da Companhia figuram como réis em 22.948 processos cíveis em 31 de dezembro de 2024 (30.286 processos em 31 de dezembro de 2023), sendo que 10.127 tramitam em Juizados Especiais (10.387 processos em 31 de dezembro de 2023), os quais, em sua maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável, destacam-se:

<u>Contingências cíveis (prognóstico provável)</u>	2024	2023
Falha no fornecimento (c)	45.750	48.611
Morte por eletroplessão	41.113	43.126
Cobrança indevida (a)	168.931	168.229
Fraude questionada	22.057	26.404
Corte indevido	5.104	5.807
Acidente com terceiros	12.602	13.011
Falha no atendimento	8.173	8.761
Quebra de contrato	23.035	22.715
SPC/SERASA	3.937	1.234
Incêndio	4.170	4.196
Multa Procon	2.385	2.369
Descumprimento de TAC	1.588	1.493
Regulatório (b)	88.000	88.075
Outras	28.234	21.364
Total	455.079	455.395

- (a) Entre os processos de cobrança indevida o que mais se destaca é o processo nº 0012732-04.2003.8.18.0140, da controlada direta Equatorial Piauí, em que tem como autor o Município de Água Branca e outros e como objeto suposta compensação de valores a maior na Transação de Crédito Tributário firmada com o Estado e, em razão disso, requer a devolução das quantias supostamente adimplidas a maior, bem como a repetição do indébito desses valores, no montante de R\$ 53.505 (R\$ 50.428 em 31 de dezembro de 2023), considerando-se o posicionamento do Poder Judiciário em processo similar. Atualmente o processo encontra-se em instrução;
- (b) Entre os processos regulatórios o que mais se destaca é o processo nº 0031306-39.2012.4.01.3900 relacionado a ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal, em face da Equatorial Pará, ANEEL e Rede Energia, requerendo a anulação da resolução normativa 3.371/2012 e por consequência determinado a compensação aos consumidores no montante de R\$ 88.000 (R\$ 88.000 em 31 de dezembro de 2023); e
- (c) Entre os processos de falha no fornecimento, o que mais se destaca é o processo nº 0801011-10.2024.8.14.0136, controlada direta Equatorial Pará, que está relacionado a ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado do Pará, em face da Equatorial Pará, requerendo a condenação da Concessionária a indenização por danos materiais e morais coletivos em reconhecimento da prática ilícita de prestar o serviço público de fornecimento de energia de modo ineficiente à coletividade de Município de Canaã dos Carajás no montante de R\$ 100.000.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Além dos processos provisionados, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2024 era avaliada pela Administração, com base na avaliação da Gerência Jurídica das controladas da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, para as quais não foram constituídas provisões.

Contingências cíveis (prognóstico possível)	2024	2023
Quebra de contrato (a)	283.284	282.068
Contribuição previdenciária (b)	251.487	222.532
Falha no fornecimento	172.161	55.886
Morte por eletroplessão	32.035	30.363
Cobrança indevida	12.440	11.915
Fraude questionada	2.547	794
Corte indevido	2.468	2.303
Acidente com terceiros	7.628	8.412
Falha no atendimento	2.002	596
Incêndio	72.249	65.329
Servidão de passagem	13.230	13.258
Ligação Nova	5.864	1.550
Multa Procon	2.649	3.064
Regulatório	119.221	119.221
Outras	37.084	30.839
Total	1.016.349	848.130

- (a) Entre os processos de Quebra de contrato o que mais se destaca é o processo nº 0026675-52.2013.8.14.0301, da controlada Equatorial Pará, relacionado a ação indenizatória coletiva movida pela *Cred New Recuperação de Ativos e Serviços Ltda.* por quebra de contrato, no montante de R\$ 192.792 (R\$ 192.792 em 31 de dezembro de 2023);
- (b) Entre os processos de contribuição previdenciária o que mais se destaca é o processo nº 0037357-09.2015.4.01.3400, tem como autor SINTEPI – Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado do Piauí e como objeto a suposta ausência de implementação das contribuições previdenciárias ao plano de benefícios de previdência complementar dos empregados, no montante de R\$ 225.268 (R\$ 208.260 em 31 de dezembro de 2023). Atualmente o processo está pendente de julgamento de agravo protocolado pela empresa após a sentença declarar a incompetência da Justiça Federal; e
- (c) Entre os processos de falha no fornecimento o que mais se destaca é o processo nº 0801011-10.2024.8.14.0136 relacionado a ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado do Pará, em face da Equatorial Pará, requerendo a condenação da Concessionária a indenização por danos materiais e morais coletivos em reconhecimento da prática ilícita de prestar o serviço público de fornecimento de energia de modo ineficiente à coletividade de Município de Canaã dos Carajás no montante de 100.000.

b. Fiscais

As controladas da Companhia figuram como rés em 570 processos fiscais 31 de dezembro de 2024 (665 processos em 31 de dezembro de 2023).

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável, destacam-se:

Contingências fiscais (prognóstico provável)	2024	2023
ICMS	20.207	19.838
PIS/COFINS (a)	94.233	73.540
Outras	3.988	375
Total	118.428	93.753

- (a) Processo de PIS e COFINS sobre a receita financeira no montante de R\$ 84.355, no qual, a controlada Equatorial Maranhão, obteve decisão judicial favorável para anular os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que reintroduziu as alíquotas da contribuição ao PIS e da COFINS sobre receitas financeiras. Apesar desta decisão, os valores de tais tributos foram depositados em juízo. Considerando que o Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade do aumento de tais alíquotas, em sede de repercussão geral (Tema 939), os valores poderão ser convertidos em renda, exceto os valores que a Companhia depositou em excesso, os quais já foram reconhecidos pela União, e encontra-se em fase de recuperação.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Além dos processos provisionados conforme demonstrado anteriormente, existem outras contingências fiscais cuja possibilidade de perda era avaliada pela Administração, com base na avaliação da Gerência Jurídica das controladas com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, para as quais não foram constituídas provisões.

Contingências fiscais (prognóstico possível)	2024	2023
PIS/COFINS	25.732	24.222
ICMS	4.616	4.315
Outras	6.455	6.308
Total	36.803	34.845

c. Trabalhistas

O passivo trabalhista das controladas em 31 de dezembro de 2024 é composto por 2.155 reclamações ajuizadas (2.171 em 31 de dezembro de 2023) por ex-empregados contra a as controladas da Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável destacam-se:

Contingências trabalhista (prognóstico provável)	2024	2023
Hora Extra	8.327	9.298
Implantação do plano de cargos, carreira e salários (a)	23.128	21.983
Responsabilidade subsidiária	7.239	11.535
Acidente de trabalho	10.973	12.782
Doença ocupacional/profissional	2.398	2.006
Gratificação	1.399	1.846
Reintegração no emprego	2.094	1.683
Diferença salarial	1.748	3.179
Desligamento voluntário	4.636	5.361
Verbas rescisórias	4.017	5.257
Outras	10.403	12.749
Total	76.362	87.679

- (a) Dentre os processos de Implantação do plano de cargos, carreira e salários o que mais se destaca é processo nº 0010325-06.2013.5.08.0010 relacionado a ação civil pública movida pelo Sindicato dos trabalhadores das indústrias urbanas do estado do Pará, em face da Equatorial Pará pleiteando o pagamento de PLR do ano de 2012, de R\$ 17.717 (R\$ 16.797 em 31 de dezembro de 2023).

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Além dos processos provisionados, existem outras contingências trabalhistas, cuja possibilidade de perda era avaliada pela Administração, com base na avaliação da Gerência Jurídica das controladas da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, para as quais não foram constituídas provisões.

Contingências trabalhista (prognóstico possível)	2024	2023
Hora Extra	1.845	5.213
Responsabilidade Subsidiária (a)	81.882	56.273
Acidente De Trabalho	9.380	6.885
Implantação do Plano de Cargos, Carreira e Salários (b)	60.995	57.922
Reintegração No Emprego	2.652	2.532
Verbas rescisórias	358	568
Gratificação	1.372	1.301
Danos Morais	1.450	1.307
Privatização	6.610	6.080
Outras	18.977	11.704
Total	185.521	149.785

- (a) Processo: 0000340-58.2024.5.08.0129 relacionado a reclamação trabalhista ajuizada por empregado de empresa terceirizada vítima de acidente de trabalho requerendo a condenação subsidiária da concessionária ao pagamento de indenização pelos danos morais e materiais no montante de R\$ 1.300; e
- (b) Processo nº 0000384-73.2021.5.22.0006 que tem como autor o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Piauí – SINTEPI e como objeto o pedido cumprimento do plano de cargos e salário da Eletrobras – PCR 2010 em relação às promoções por maturidade. Os pedidos foram julgados procedentes para sejam implantadas 05 promoções por antiguidade para os representados. A companhia recorreu e seu recurso está pendente de apreciação, no montante de R\$ 55.073 (R\$ 51.833 em 31 de dezembro de 2023).

d. Regulatórios

Em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 9.247 (R\$ 8.347 em 31 de dezembro de 2023) corresponde às prováveis penalidades a serem aplicadas contra a controlada Equatorial Maranhão referente a Termos de Notificação e Auto de Infração da ANEEL, bem como penalidade de Medição de fronteira na CCEE.

20 PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores (Consolidado)

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese das controladas Equatorial Maranhão, que obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018, Equatorial Pará em fevereiro de 2018, Equatorial Piauí em outubro de 2018. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para: (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, devendo se dar após 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais e requerimentos administrativos protocoladas até (inclusive) 15 de março de 2017; e (ii) o ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS é o destacado nas notas fiscais, e não o efetivamente pago.

A partir de 2018 as distribuidoras controladas da Companhia, constituíram saldo ativo, referente a PIS/COFINS a recuperar e passivo, relativo ao ressarcimento a seus consumidores, bem como as deduções da receita bruta, referente ao PIS/COFINS e a receita financeira, onde também incidiu PIS/COFINS. Dessa forma, o ativo das controladas diretas e indiretas da Companhia contemplam créditos com a Receita Federal desde o ingresso da ação. E o passivo foi constituído considerando que as controladas da Companhia repassa integralmente aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Os saldos ativos estão sendo compensados via PERDCOMP e, a partir de 2021, os saldos passivos, amortizados via CVA, em atendimento a nota técnica nº 9/2021– FF/SGT/SRM/SMA/ANEEL, conforme movimentação apresentada na nota explicativa nº 8 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros. Os montantes, que devem ser amortizados, são determinados na homologação dos processos de reajuste e revisão tarifária, que ocorrem a cada ciclo (ver nota explicativa nº 4.1.3 – Reajuste Tarifário Anual (RTA) e Revisão Tarifária Periódica (RTP)), sendo que estes saldos são classificados e movimentados no passivo circulante.

Apesar do início da devolução dos valores aos consumidores, ainda há saldos, classificados no passivo não circulante das controladas, cujos critérios definitivos para a restituição dos créditos de PIS/PASEP e COFINS, estão pendentes, aguardando a conclusão das discussões junto à ANEEL a respeito dos mecanismos e critérios de compensação, quando da efetiva compensação dos créditos tributários.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, ocorreram as seguintes movimentações:

A controlada indireta Equatorial Maranhão reconheceu um complemento de ativo R\$ 41.369;
A controlada indireta Equatorial Pará reconheceu um complemento de ativo R\$ 99.907;
A controlada indireta Equatorial Piauí realizou complemento de ativo no montante de R\$ 496; e
Adicionalmente, houve amortização do passivo, via CVA de R\$ 49.296.

Os saldos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstrados abaixo:

	2024			2023	
	Equatorial Maranhão	Equatorial Pará	Equatorial Piauí	Consolidado	Consolidado
Ativo circulante					
PIS e COFINS a recuperar	41.369	99.907	496	141.772	-
Passivo Circulante					
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	-	9.654	-	9.654	58.950

21 Dividendos a pagar (Controladora)

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Os dividendos foram calculados conforme demonstrado a seguir:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	2.729.558	2.941.255
(-) Reserva legal	(136.478)	(147.063)
Lucro líquido ajustado	2.593.080	2.794.192
Dividendos mínimos obrigatórios (calculado 25%)	648.270	698.548
Realização da reserva de lucros a realizar	(161.122)	-
Total de dividendos mínimos	487.148	698.548
Dividendos adicionais propostos	1.353.938	1.854.032
Dividendos intermediários	-	740.609
Total dividendos	1.841.086	3.293.189

A Administração aprovou proposta de distribuição de dividendos em reunião da Diretoria em 26 de março de 2025.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada conforme a seguir demonstrada:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	172.066	224.450
Reorganização societária	-	2.647
Dividendos adicionais 2022	142.446	264.166
Pagamento de dividendos	(664.196)	(838.159)
Constituição do acervo líquido - Equatorial Alagoas (a)	(846.614)	(846.614)
Dividendos intermediários (b)	740.609	740.609
Dividendos mínimos obrigatórios – antecipados (b)	471.909	471.909
Dividendos mínimos obrigatórios	226.639	292.846
Juros sobre capital próprio	-	87
Realização da reserva de lucro a realizar	-	494
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>242.859</u>	<u>312.435</u>
Dividendos adicionais 2023	1.854.032	1.627.425
Pagamento de dividendos	(2.096.891)	(1.936.535)
Dividendos mínimos obrigatórios 2024	648.270	549.026
Realização da reserva de lucro a realizar	(161.122)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>487.148</u>	<u>552.351</u>

(a) Em 21 de dezembro de 2023, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado a absorção do Acervo Líquido pela Companhia, que passará a ser titular direta de 19% das ações da Equatorial Alagoas.

22 Patrimônio líquido

22.1 Capital social

O capital social integralizado e subscrito em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 5.493.218 (R\$ 5.493.218 em 31 de dezembro de 2023), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, e sua composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais Classe A	Ações preferenciais Classe B	Ações preferenciais Classe C	Total	%
Equatorial S.A.	3.637.513.057	-	-	-	3.637.513.057	74,21%
Itaú Unibanco	-	397.661.749	630.230.497	236.406.620	1.264.298.866	25,79%
Total	3.637.513.057	397.661.749	630.230.497	236.406.620	4.901.811.923	100%

22.2 Reserva de lucros

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Reserva legal (a)	524.802	388.324
Reserva de lucros a realizar (b)	161.122	-
Reserva de remuneração de capital (c)	832.484	241.612
Reserva de dividendos adicionais (d)	1.353.098	1.854.032
Total de reservas de lucros	<u>2.872.346</u>	<u>2.483.968</u>

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(a) Reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária, e limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo desta reserva era R\$ 524.802 (R\$ 388.324 em 31 de dezembro de 2023).

O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, ele reduz a base de cálculo da reserva legal.

(b) Reserva de lucros a realizar

Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo era R\$ 161.122 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023).

A equivalência patrimonial absorvida sobre os resultados não realizados das controladas será realizado à medida que os mesmos forem sendo realizados nas controladas e os dividendos distribuídos para a controladora. As controladas possuem dividendos mínimos obrigatórios que variam de 1% a 25% do lucro líquido do exercício. Como explicado anteriormente, essas receitas oriundas da aplicação do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente nas transmissoras (controladas) possuem prazo de realização que variam conforme o prazo de concessão, podendo chegar a 35 anos.

As reservas de lucros a realizar constituem-se em dividendos que serão distribuídos aos acionistas da Companhia quando realizados e serão adicionados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício, assim como facultado pela Lei das S.A. (6.404/76).

(c) Reserva de remuneração de capital

A reserva estatutária prevista ao artigo nº 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a assegurar recursos para o pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio, ou outra forma de remuneração aos acionistas prevista em lei, e absorção de prejuízos, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo desta reserva era R\$ 832.484 (R\$ 241.612 em 31 de dezembro de 2023). A movimentação do exercício reflete a constituição de reserva de remuneração de capital de R\$ 590.872, deliberado na Ata da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária em 26 de março de 2025.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(d) Reserva de dividendos adicionais propostos

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede o previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos acionistas em assembleia. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo desta reserva era R\$ 1.353.938 (R\$ 1.854.032 em 31 de dezembro de 2023). A movimentação do exercício é referente a aprovação de distribuição dividendos adicionais de R\$ 1.854.032, oriundos do lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme a ata da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária em 23 de julho de 2024 e a constituição de dividendos adicionais do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 1.353.938.

22.3 Planos de opção de compra de ações (Consolidado)

A Companhia instituiu Planos de Opção de Compra das ações a colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial (“Grupo”), que representam, direitos de compra de ações emitidas por empresas do mesmo grupo econômico, mas não da Companhia. Os planos de opção do Grupo são classificados como instrumento patrimonial, visto que as Companhias devem mensurar e reconhecer a transação com correspondente aumento do seu patrimônio líquido como contribuição (aporte) da Equatorial S.A.

Conforme item 8, do CPC 10 (R1), os produtos ou serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações que não se qualifiquem para fins de reconhecimento como ativos, devem ser reconhecidos como despesa do exercício.

Os planos são administrados pelo Conselho de Administração da Equatorial S.A., por intermédio do Comitê de Pessoas, Governança e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável e são compostos da seguinte forma:

22.3.1 Quinto Plano de remuneração baseado em ações

Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

As informações das Opções outorgadas estão descritas abaixo:

1° Outorga		2° Outorga		3° Outorga		4ª Outorga		5ª Outorga		6° Outorga		7° Outorga	
<i>Vesting Date</i>	Opções exercíveis												
17/12/2020	2.618.750	14/12/2021	43.750	05/08/2022	207.050	11/03/2023	136.700	26/07/2023	60.000	02/04/2024	182.500	02/08/2024	106.250
17/12/2021	2.618.750	14/12/2022	43.750	05/08/2023	207.050	11/03/2024	136.700	26/07/2024	60.000	02/04/2025	182.500	02/08/2025	106.250
17/12/2022	2.618.750	14/12/2023	43.750	05/08/2024	207.050	11/03/2025	136.700	26/07/2025	60.000	02/04/2026	182.500	02/08/2026	106.250
17/12/2023	2.618.750	14/12/2024	43.750	05/08/2025	207.050	11/03/2026	136.700	26/07/2026	60.000	02/04/2027	182.500	02/05/2027	106.250
	10.475.000		175.000		828.200		546.800		240.000		730.000		425.000

As informações utilizadas na avaliação dos valores justos na data da outorga do plano são:

	2024						
	1ª Outorga	2ª Outorga	3ª Outorga	4ª Outorga	5ª Outorga	6ª Outorga	7ª Outorga
Valor justo na data de outorga	6,78	6,83	9,34	11,71	10,33	12,15	15,24
Data da outorga:	17/12/2019	14/12/2020	14/08/2021	11/03/2022	26/07/2022	03/04/2023	02/08/2023
Quantidade outorgada	10.475.000	175.000	828.200	546.800	240.000	730.000	425.000
Preço da ação na data de outorga	22,08	22,5	24,23	25,34	23,48	26,88	33,05
Valor justo ponderado do <i>vesting period</i>	19,38	20,71	24,78	23,59	23,58	26,38	30,79
Volatilidade esperada (média ponderada)	22,96%	29,05%	30,30%	30,89%	30,58%	31,53%	31,34%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos)	4,25	4,25	4,25	4,25	4,25	4,25	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	6,40%	6,01%	10,36%	12,26%	13,11%	12,16%	11,25%

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

a. Forma de determinação da volatilidade esperada

Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para cada prazo médio de exercício de cada lote.

Consolidado:	Número de opções		Média ponderada do preço de exercício	
	2024	2024	2023	2023
<i>Em ações</i>				
Existentes em 1º de janeiro	13.845.000	-	10.925.000	-
Outorgadas durante o exercício	-	-	935.000	-
Reorganização societária	-	-	1.985.000	-
Encerradas durante o período	(10.025.500)	-	-	-
Existentes ao fim do exercício 1ª Outorga	-	-	10.745.000	18,9
Existentes ao fim do exercício 2ª Outorga	80.800	19,55	175.000	24,14
Existentes ao fim do exercício 3ª Outorga	450.700	23,63	1.153.200	24,19
Existentes ao fim do exercício 4ª Outorga	408.000	23,00	571.800	23,28
Existentes ao fim do exercício 5ª Outorga	95.000	22,98	265.000	23,58
Existentes ao fim do exercício 6ª Outorga	580.000	26,04	730.000	26,38
Existentes ao fim do exercício 7ª Outorga	205.000	30,45	205.000	30,79
Existentes ao fim do exercício	1.819.500	-	13.845.000	-

A despesa reconhecida nas controladas da Companhia, em contrapartida ao patrimônio líquido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 7.390 (R\$ 8.562 em 31 de dezembro de 2023), e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

22.3.2 Matching Shares

Em 30 de abril de 2024, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Equatorial S.A. a criação de um novo incentivo de longo prazo do Grupo, no formato de Plano de Investimento em Ações (“Plano”) e, em 15 de maio de 2024, o Conselho de Administração da Equatorial S.A. aprovou o 1º Programa de Investimento em Ações (*Matching Shares*) (“1º Programa *Matching*”). O 1º Programa *Matching* tem por objetivo que os participantes selecionados invistam recursos próprios na aquisição e manutenção de ações próprias durante o período de carência de, no mínimo, 4 (quatro) anos, conforme previsto no programa. Ao investir na aquisição de ações próprias e assumir o risco de ficar investido na Companhia durante o período de carência, pretende-se, ao outorgar as Ações *Matching*, alinhar os interesses de longo prazo dos participantes aos dos acionistas da Companhia, incentivando, assim, a tomada de decisões que busquem a geração sustentável de valor.

Os critérios para fins de determinação do número de Ações *Matching* a que os participantes farão jus são: (i) se o participante investir até 50% de seus recursos na aquisição de ações, será outorgada 0,5 (meia) ação para cada 1 (uma) ação adquirida; ou (ii) se o participante investir mais do que 50% de seus recursos na aquisição de ações, será outorgada 1 (uma) nova ação para cada 1 (uma) ação adquirida.

O direito de receber as Ações *Matching* dependerá da manutenção plena e ininterrupta da propriedade das Ações Próprias pelos Participantes (“Condição de Investimento”), bem como da sua permanência como administrador ou empregado da Companhia e/ou de sociedades sob o seu Controle (“Condição de Serviço”), durante o período de carência.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

As Ações *Matching* serão entregues aos participantes em quatro tranches iguais, sendo 25% em cada data de aniversário da outorga e serão entregues aos Participantes, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados de cada uma das datas do período de carência.

Ademais, em 15 de maio de 2024, o Conselho de Administração da Equatorial S.A. aprovou um Programa de Recompra de Ações, com prazo de duração até 14 de novembro de 2025, com o objetivo prioritário de atender o Plano de *Matching Shares* ou para permanência em tesouraria, para posterior alienação.

As informações das Opções outorgadas ocorridas, estão descritas abaixo:

1º Outorga (Consolidado)	
<i>Vesting Date</i>	Opções exercíveis
15/05/2025	63.185
15/05/2026	63.185
15/05/2027	63.185
15/05/2028	63.185
	<hr/>
	252.740

As informações utilizadas na avaliação dos valores justos na data da outorga do Programa são:

1ª Outorga (Consolidado)	
	2024
Valor justo na data de outorga	31,12
Data da outorga: 15/05/2024	
Quantidade outorgada	252.740
Valor justo ponderado do <i>vesting period</i>	31,12

A despesa reconhecida na Companhia e suas controladas, em contrapartida ao patrimônio líquido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 2.581 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

22.3.3 Plano de outorga de “*Phantom Shares*” – Contrato 2019

Em 12 de dezembro de 2019, o Grupo criou o programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa (“Programa”). O Programa visa atingir os seguintes objetivos: (a) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos beneficiários contemplados pelo Programa; (b) reter os beneficiários; e (c) focar na valorização e potencial de crescimento da Companhia no longo prazo.

O Programa concede aos beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração da Equatorial S.A. e suas subsidiárias adquirir direitos a “*Phantom Shares*”, mediante o atendimento cumulativo das condições a seguir: (i) 50% (cinquenta por cento) das “*Phantom Shares*” outorgadas, o Beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador do Grupo durante o Período de Carência que se encerra em 1º de maio de 2025 e (ii) 50% (cinquenta por cento) das “*Phantom Shares*” outorgadas, o Beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador da Companhia ou de sociedade sob seu controle durante o Período de Carência que se encerra em 1º de maio de 2026; e (iii) o atingimento das Metas de *Performance* pela Companhia.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

a. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício de 31 de dezembro de 2024, ponderado pelo volume negociado.

Com base na apuração parcial das métricas de performance definidas, a Companhia, fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial S.A., caso as métricas de performance fossem atingidas:

Consolidado: <i>Em ações</i>	Número de ações	Média ponderada do preço de exercício	Número de ações	Média ponderada do preço de exercício
	2024	2024	2023	2023
Existentes em 1º de janeiro	1.440.000	33,35	1.345.000	24,77
Reorganização societária	-	-	100.000	-
Canceladas durante o exercício	(150.000)	-	(150.000)	-
Outorgadas durante o exercício	-	-	145.000	-
Existentes ao fim do exercício	1.290.000	31,15	1.440.000	33,35

A reversão de provisão reconhecida, em contrapartida a outras contas a pagar, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi R\$ 8.488 (provisão de R\$ 25.208 em 31 de dezembro de 2023) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

Este plano de opção é classificado como instrumento financeiro passivo liquidável em caixa.

22.3.4 Plano de outorga de “Phantom Shares” – Contrato 2023

Em 09 de novembro de 2023, o Grupo criou o programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa (“Programa”). O Programa visa atingir os seguintes objetivos: (a) o alinhamento dos interesses dos acionistas da Companhia aos dos Beneficiários contemplados pelo Programa; (b) a retenção dos Beneficiários, e (c) o foco de longo prazo na valorização e potencial de crescimento na Companhia.

O Programa concede aos beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração da Equatorial S.A., e suas subsidiárias adquirir direitos a “Phantom Shares”, mediante o atendimento cumulativo das condições a seguir: (i) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 1º Período de Carência; (ii) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 2º Período de Carência, desde que o Beneficiário cumpra a Condição de Serviço no 2º Período de Carência; (iii) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 3º Período de Carência, desde que o Beneficiário cumpra a Condição de Serviço no 3º Período de Carência; e (iv) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 4º Período de Carência, desde que o Beneficiário cumpra a Condição de Serviço no 4º Período de Carência. A Companhia deverá calcular o valor adicional a que o Beneficiário faz jus ao final de cada Período de Carência, correspondente ao valor dos Proventos Acumulados até então em relação à quantidade de *Phantom Shares Vestidas* a que o Beneficiário faz jus, após verificação das Metas de Performance sobre a Quantidade Alvo nos termos acima.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

a. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

O Preço das “*Phantom Shares*” outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Equatorial S.A., na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a cada período de carência, ou seja, imediatamente anteriores a: (i) até o 1º (primeiro) aniversário da Data de Outorga (“1º Período de Carência”); (ii) até o 2º (segundo) aniversário da Data de Outorga (“2º Período de Carência”); (iii) até o 3º (terceiro) aniversário da Data de Outorga (“3º Período de Carência”); e (iv) até o 4º (quarto) aniversário da Data de Outorga (“4º Período de Carência”).

b. Forma de cálculo da despesa do programa

O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício de 31 de dezembro de 2024, ponderado pelo volume negociado.

Com base na apuração parcial das métricas de *performance* definidas, a Companhia, fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial S.A., caso as métricas de *performance* fossem atingidas:

	Número de ações	Média ponderada do preço de exercício	Número de ações	Média ponderada d preço de exercício
	2024	2024	2023	2023
<i>Em ações</i>				
Existentes em 1º de janeiro	959.399	33,28	-	-
Outorgadas durante o período/exercício	-	-	959.399	-
Canceladas durante o período/exercício (a)	(26.008)	-	-	-
Existentes ao fim do período/exercício	933.391	32,19	959.399	33,28

A despesa reconhecida, em contrapartida a outras contas a pagar, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 294 (R\$ 8.707 em 31 de dezembro de 2023) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

Ressalta-se que este plano de opção é classificado como instrumento financeiro passivo liquidável em caixa.

As quantidades acima podem variar conforme a performance e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da Quantidade Alvo.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

23 Receita operacional líquida (Consolidado)

A conciliação da receita operacional líquida está a seguir demonstrada:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita de distribuição	18.973.043	16.368.660
Remuneração financeira WACC	1.307.307	965.860
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (a)	(59.887)	639.636
Subvenção CDE – Outros	1.105.440	725.772
Fornecimento de energia elétrica	21.325.903	18.699.928
Suprimento de energia elétrica	122.906	56.151
Receita pela disponibilidade – uso da rede	945.440	744.311
Receita de construção	4.475.991	4.240.076
Atualização do ativo financeiro	476.220	557.800
Outras receitas	594.671	659.371
Receita operacional bruta	27.941.131	24.957.637
Deduções da receita		
ICMS sobre venda de energia elétrica	(4.138.343)	(3.240.316)
PIS e COFINS	(1.674.275)	(1.453.929)
Encargos do consumidor	(176.948)	(167.947)
ISS	(4.449)	(3.965)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(1.116.823)	(1.010.584)
Penalidades DIC/FIC e outras	(100.526)	(85.385)
Deduções da receita operacional	(7.211.364)	(5.962.126)
Receita operacional líquida	20.729.767	18.995.511

- a) A variação dos ativos e passivos regulatórios deve-se, principalmente, por: (i) reconhecimento na tarifa dos recursos recebidos a título de repasse da Conta-Covid a menor que o exercício anterior (ii) previsão dos custos de energia e encargos concedido pela ANEEL, no reajuste, está mais aderente aos custos efetivamente pagos, quando comparados com o período anterior; (iii) variações dos financeiros amortizados, onde em 2023 gerou uma receita, o que não ocorreu em 2024; (iv) variação entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e reativo excedente pertencente às distribuidoras; (v) variação do efeito da CVA da Bandeira Faturada, devido as bandeiras que ocorreram a partir de julho de 2024, o que não ocorreu em 2023.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

24 Custos do serviço e despesas operacionais (Consolidado)

	2024					2023				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(116.704)	(104.229)	(262.765)	-	(483.698)	(109.366)	(72.321)	(288.120)	-	(469.807)
Material	(26.359)	(36.489)	(4.640)	-	(67.488)	(32.804)	(32.956)	(88)	-	(65.848)
Serviços de terceiros	(611.701)	(451.515)	(126.956)	-	(1.190.172)	(647.340)	(382.608)	(54.056)	-	(1.084.004)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(8.411.807)	-	-	-	(8.411.807)	(7.215.157)	-	-	-	(7.215.157)
Custo de construção	(4.475.991)	-	-	-	(4.475.991)	(4.240.076)	-	-	-	(4.240.076)
PECLD do contas a receber de clientes	-	-	-	(406.774)	(406.774)	-	-	-	(325.166)	(325.166)
Provisão para riscos judiciais (b)	-	-	(35.469)	-	(35.469)	-	-	116.702	-	116.702
Amortização	(750.636)	-	(215.205)	-	(965.841)	(717.130)	-	(157.605)	-	(874.735)
Subvenção CCC	(58.327)	-	-	-	(58.327)	9.384	-	-	-	9.384
Outros	(2.940)	(14.170)	(13.053)	(728)	(30.891)	2.043	(14.370)	2.782	(3.151)	(12.696)
Total	(14.454.465)	(606.403)	(658.088)	(407.502)	(16.126.458)	(12.950.446)	(502.255)	(380.385)	(328.317)	(14.161.403)

(a) Ver a abertura dos custos da energia elétrica comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 25 - Energia elétrica comprada para revenda; e

(b) A variação deve-se, principalmente, pela baixa do processo nº 0000151-28.2006.4.01.3900 junto à União Federal no valor de R\$ 146.745, que ocorreu em 2023.

24.1 Outras despesas operacionais, líquidas (Consolidado)

	2024	2023
Outras receitas operacionais		
Ganhos na alienação e desativação de bens e direitos	5.988	21.905
Reversão de provisão para perda de estoque (b)	68.750	94.591
Outras receitas operacionais	5.155	5.346
Total de outras receitas operacionais	79.893	121.842
Outras despesas operacionais		
Perdas pela desativação de bens e direitos (b)	(137.720)	(327.432)
Indenização por danos a terceiros	(8.575)	(8.956)
Provisão para perda de estoque (b)	(66.422)	(3.519)
Baixa de recebíveis incobráveis (a)	(201.327)	(84.261)
Outras despesas operacionais	(86.716)	(36.612)
Total de outras despesas operacionais	(500.760)	(460.780)
Total outras despesas operacionais, líquidas	(420.867)	(338.938)

(a) No exercício de 2024 foram realizadas baixas de títulos vencidos do contas a receber; e

(b) No exercício de 2022, a Companhia reconheceu uma provisão que tinha como objetivo absorver uma futura perda dos custos de materiais ou serviços nas obras para resultado, entretanto, em 2023, em função do processo de revisão tarifária, todas as obras energizadas foram devidamente encerradas fisicamente, conciliadas e capitalizadas contabilmente. O resultado dessa conciliação resultou em sobras contábeis, reconhecidas como perdas e, consequentemente, a provisão foi revertida. Este processo foi finalizado em 2023, não impactando os saldos de 2024, motivo pelo qual, os montantes reconhecidos no período atual são menores em relação ao mesmo período do ano anterior.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

25 Energia elétrica comprada para revenda (Consolidado)

	2024		2023	
	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$
Energia de leilão (a)	22.264	(4.928.862)	19.396	(4.050.189)
Contratos eletrônuclear	727	(239.712)	695	(238.959)
Contratos cotas de garantias	3.487	(892.418)	3.755	(652.857)
ESS/ Energia reserva (b)	-	(589.722)	-	(573.666)
Energia bilateral	226	(91.007)	226	(97.146)
Energia de curto prazo – CCEE (c)	-	(297.048)	-	(352.176)
PROINFRA	427	(187.242)	384	(192.518)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	783.628	-	687.714
Geração distribuída	-	(232.875)	-	(121.554)
Subtotal	27.131	(6.675.258)	24.456	(5.591.351)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (d)	-	(1.736.549)	-	(1.623.806)
Total (e)	27.131	(8.411.807)	24.456	(7.215.157)

(*) não auditado.

- (a) Compreende os custos com os contratos (CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado, MCSD – Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits). A variação nesta linha decorre de aumento de 14,79% no volume contratado para atendimento do mercado; acrescido de atualizações dos preços médios de pagamento que sofreram variação de 6,02%;
- (b) O aumento nas despesas associada ao ESS-EER deve-se ao aumento no pagamento do encargo de energia de reserva, devido ao preço baixo do PLD, que ocasiona redução da receita dos geradores contratos, fazendo com que as distribuidoras contribuam com o fundo que paga esses geradores; e
- (c) A energia de curto prazo apresentou variação de R\$ 55.128 no período de janeiro a dezembro, em virtude da redução da despesa do efeito da contratação por disponibilidade e efeito de contratação de cotas de garantia física em relação ao mesmo período de 2023; e
- (d) Contempla os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, os quais possuem tarifas ajustadas pela resolução Receita Anual Permitida (RAP). Para o ano de 2024, as tarifas praticadas foram aprovadas na Resolução Homologatória nº 3.217 de 04 de julho de 2023 com vigência a partir de julho de 2023 até junho de 2024 e Resolução Homologatória nº 3.349 de 16 de julho de 2024 com vigência a partir de julho de 2024 até junho de 2025 as quais são relacionadas à Rede Básica e Conexão, assim como o aumento da contratação do MUST (Montante de Uso do Sistema de Transmissão).

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

26 Resultado financeiro (Consolidado)

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeiras (a)	425.229	369.141
PIS/COFINS sobre receita financeira de aplicações financeiras	(42.620)	(39.050)
Valores a receber/devolver parcela A	65.128	125.713
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	768.249	87.030
Acréscimo moratório de energia vendida	285.024	220.193
Variação monetária e cambial da dívida (c)	97.377	495.532
Juros de mora sobre PECLD	13.672	-
Receita financeira de AVP	43.756	59.180
Outras receitas financeiras	145.105	123.610
Total de receitas financeiras	1.800.920	1.441.349
Despesas financeiras		
Valores a receber/devolver parcela A	(136.789)	(121.479)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	(170.136)	(470.384)
Variação monetária e cambial da dívida (c)	(1.159.813)	(565.494)
Encargos da dívida (d)	(863.811)	(744.246)
Atualização de contingências	(33.043)	(44.942)
Despesa financeira de AVP	(59.387)	(51.846)
Descontos concedidos	(101.225)	(74.878)
Juros de mora sobre PCLD	(4.641)	(15.264)
Outras despesas financeiras	(135.573)	(123.652)
Total de despesas financeiras	(2.664.418)	(2.212.185)
Resultado financeiro líquido	(863.498)	(770.836)

- (a) O aumento nos rendimentos das aplicações financeiras deve-se, principalmente, a melhora do caixa e aplicações da Companhia em comparação ao exercício anterior;
- (b) Refere-se à contratação de operação de swap, designada como hedge de fluxo de caixa, que troca Dólar+spread por CDI+spread, na qual a principal variação refere-se ao câmbio sobre essas operações. No período findo de 31 de dezembro de 2024 o principal efeito refere-se à variação cambial, que gerou receita com a alta do dólar em 27,9%, saindo de R\$ 4,84 em 31 de dezembro de 2023, para R\$ 6,19 em 31 de dezembro 2024. No período findo de 31 de dezembro de 2023, o principal efeito refere-se à variação cambial, que gerou despesa com a queda do dólar em 7,21%, saindo de R\$ 5,21 em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 4,84 em 31 de dezembro de 2023;
- (c) Em 2024, a despesa foi originada principalmente pela variação cambial da dívida, devido à valorização do dólar em 27,9%, contribuindo para uma despesa líquida no exercício; e
- (d) O principal fator responsável pelo aumento dos encargos foi o crescimento de 29,38% no saldo da dívida, quando comparado entre 2024 e 2023.

27 Benefício pós emprego (Consolidado)

27.1 Características do plano de aposentadoria

As controladas distribuidoras são patrocinadoras Planos de Benefícios de natureza previdenciária administrados pela Fundação Equatorial de Previdência Complementar (EQTPREV) e pela Fundação Família Previdência, pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativo, e planos de saúde e odontológico que são oferecidos aos seus empregados e ex-empregados, conforme descrito a seguir:

Os planos de benefícios previdenciários patrocinados pelas Controladas estão descritos a seguir:

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

27.1.1 Plano Equatorial CD

O Equatorial CD é um plano contributivo com modalidade de “Contribuição Definida” para os benefícios programados e de “Benefício Definido” para os benefícios de risco, administrado pela Fundação Equatorial de Previdência Complementar (EQTPREV) e patrocinado pelas controladas Equatorial Pará, Equatorial Maranhão, Equatorial Piauí.

De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadorias: normal e por incapacidade para o trabalho; e
- Pensão por Morte de participante Ativo e Assistido.

27.1.2 Planos de Benefícios Definidos

O Plano Equatorial BD é estruturado na modalidade “Benefício Definido”, existindo compromisso pós-emprego com os participantes em atividade e com os assistidos aposentados e pensionistas) e está fechado para novas adesões. O Plano é administrado pela EQTPREV e patrocinado pelas controladas Equatorial Pará, Equatorial Maranhão, Equatorial Piauí.

De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos são os seguintes:

- Pensão por Morte;
- Abono Anual;
- Aposentadorias: por invalidez, idade, tempo de contribuição, tempo de serviço, tempo de serviço proporcional e especial;
- Auxílio-Doença e Auxílio-Funeral.

27.1.3 Plano de Contribuição Variável

O Plano de Contribuição Variável Equatorial é estruturado na modalidade de “Contribuição Variável”, existindo compromisso no período de pós-emprego dos participantes, administrado EQTPREV e patrocinado pela controlada Equatorial Piauí, sendo oferecido aos seus empregados e respectivos dependentes.

De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadorias: normal, programada e por invalidez;
- Abono Anual;
- Pensão por Morte; e
- Auxílio-Enfermidade e Auxílio-Funeral.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

27.1.4 Plano Celpa OP

O Plano Celpa OP é estruturado na modalidade “Contribuição Variável”, existindo compromisso pós-emprego na fase de inatividade (aposentados e pensionistas) para os benefícios estruturados na modalidade “Benefício Definido” (Aposentadoria na forma de Renda Mensal Vitalícia e suas respectivas reversões em pensão). O Plano é administrado pela Fundação Equatorial de Previdência Complementar (EQTPREV), patrocinado pela controlada Equatorial Pará e é executado de forma indissociável ao Plano R.

De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos são os seguintes:

- Renda Mensal com Reversão em Pensão

De acordo com a modalidade selecionada no requerimento, o valor do benefício equivale a:

- Renda Mensal Vitalícia, estruturada na modalidade de “Contribuição Variável”; ou
- Renda Mensal Financeira, estruturada na modalidade de “Contribuição Definida”;
- Pecúlio por Invalidez ou por Morte; e
- Contribuições: normal de participante, normal de assistido, normal de patrocinadora, esporádica do participante ou da patrocinadora.

27.1.5 Plano Celpa R

O Celpa R é estruturado na modalidade “Benefício Definido”, existindo compromisso pós-emprego com o pagamento de aposentadorias por invalidez e pensões. Além disso, o plano é não-contributivo, oferecendo somente benefícios de risco. O Plano é administrado pela Fundação Equatorial de Previdência Complementar (EQTPREV), patrocinado pela controlada Equatorial Pará e é executado de forma indissociável ao Plano Celpa OP.

De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos são os seguintes:

- Suplementação de Auxílio-Doença e Aposentadoria por Invalidez
- Pensão por Morte
- Abono Anual

Por se tratar de um plano não-contributivo, o custeio do plano é feito 100% pela Contribuição Normal da própria patrocinadora, cujo percentual é determinado no Plano de Custeio do plano.

27.1.6 Resolução nº 10/1989

A Controlada Equatorial Pará possui um passivo atuarial a descoberto, de origem em um acordo firmado entre a empresa e seus ex-empregados e pensionistas. O acordo foi deliberado pela Resolução nº 10, de 04 de agosto de 1989, pela administração da companhia, e entrou em vigor em 11 de Junho de 1996.

Com a resolução em vigor, os ex-empregados e pensionistas têm direito a benefícios previdenciários, que formam o passivo atuarial não coberto. O valor do passivo apurado é provisionado integralmente pela Equatorial.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

27.1.7 Planos de Saúde e Odontológicos

a) Unimed Nacional

A Controlada Equatorial Pará oferece a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos) um plano de saúde administrado pela operadora Central Nacional Unimed – Cooperativa Central (CNU), na modalidade Ambulatorial e Hospitalar com Obstetrícia, com abrangência Nacional. Este plano é oferecido para os colaboradores da Equatorial Pará, bem como a seus dependentes, exceto para diretores e gerentes.

b) UNIODONTO

A Controlada Equatorial Pará oferece um plano odontológico administrado pela operadora Uniodonto Belém a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos), bem como para seus dependentes.

c) Bradesco Saúde

A Controlada Equatorial Maranhão oferece a seus empregados um plano de saúde administrado pela operadora Bradesco Saúde. Este plano é oferecido para os empregados da Equatorial Maranhão, bem como a seus dependentes.

d) Odontoprev

A Controlada Equatorial Maranhão oferece um plano odontológico administrado pela OdontoPrev S/A a seus empregados, bem como para seus dependentes.

e) Assistência Médica Humana

A Controlada Equatorial Piauí oferece a seus empregados um plano de saúde administrado pela operadora Humana Assistência Médica Ltda. Este plano é oferecido para os empregados da Equatorial Piauí, bem como a seus dependentes.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

27.2 Apuração do passivo (ativo) atuarial líquido

A conciliação dos ativos e passivos demonstra o excesso ou a insuficiência de recursos para cobertura do benefício pós-emprego, e que deve ser apresentado no balanço das controladas da Companhia. Apresentamos, a seguir, a demonstração dos resultados apurados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Passivo ou Ativo Atuarial) e a projeção de despesas a serem reconhecidas no resultado o exercício de 2024.

	2024													Consolidado
	Equatorial Maranhão			Equatorial Pará					Equatorial Piauí				Total	
	CD	BD1	Planos de saúde	CD	BD	CELPA OP	CELPA R	Resolução 10/1989	Planos de saúde	CD	BD	Plano CV		
Déficit/(Superávit) apurado	592	144.514	15.405	357	176.201	1.780	9.944	15.400	45.090	84	401.480	2.551	4.939	818.337
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	(12.700)	(190.827)	-	(12.971)	(314.591)	(3.526)	(6.138)	-	-	(1.304)	(479.329)	(20.896)	-	(1.042.282)
Valor justo dos ativos do plano	(12.108)	(46.313)	15.405	(12.614)	(138.390)	(1.746)	3.806	15.400	45.090	(1.220)	(77.849)	(18.345)	4.939	(223.945)
Déficit/(Superávit) apurado	(12.108)	(46.313)	15.405	(12.614)	(138.390)	(1.746)	3.806	15.400	45.090	(1.220)	(77.849)	(18.345)	4.939	(223.945)
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais														
Efeito do Teto de Ativo	6.415	46.313	-	3.869	138.390	619	1.364	-	-	913	77.849	18.345	-	294.077
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	6.415	46.313	-	3.869	138.390	619	1.364	-	-	913	77.849	18.345	-	294.077
Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33 (R1)	(5.693)	-	15.405	(8.745)	-	(1.127)	5.170	15.400	45.090	(307)	-	-	4.939	70.132
Ativo líquido apurado	(5.693)	-	15.405	(8.745)	-	(1.127)	5.170	15.400	45.090	(307)	-	-	4.939	70.132

	2023													Consolidado
	Equatorial Maranhão			Equatorial Pará					Equatorial Piauí				Total	
	CD	BD1	Planos de saúde	CD	BD	CELPA OP	CELPA R	Resolução 10/1989	Planos de saúde	CD	BD	Plano CV		
Déficit/(Superávit) apurado	583	157.571	13.030	382	195.699	1.926	10.870	17.183	57.447	63	453.491	3.243	4.093	915.581
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	(9.515)	(204.157)	-	(10.718)	(330.978)	(4.749)	(5.971)	-	-	(784)	(516.257)	(4.521)	-	(1.087.650)
Valor justo dos ativos do plano	(8.932)	(46.586)	13.030	(10.336)	(135.279)	(2.823)	4.899	17.183	57.447	(721)	(62.766)	(1.278)	4.093	(172.069)
Déficit/(Superávit) apurado	(8.932)	(46.586)	13.030	(10.336)	(135.279)	(2.823)	4.899	17.183	57.447	(721)	(62.766)	(1.278)	4.093	(172.069)
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais														
Efeito do Teto de Ativo	4.703	46.586	-	3.084	135.279	1.810	373	-	-	507	62.766	1.278	-	256.386
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	4.703	46.586	-	3.084	135.279	1.810	373	-	-	507	62.766	1.278	-	256.386
Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33 (R1)	(4.229)	-	13.030	(7.252)	-	(1.013)	5.272	17.183	57.447	(214)	-	-	4.093	84.317
Ativo líquido apurado	(4.229)	-	13.030	(7.252)	-	(1.013)	5.272	17.183	57.447	(214)	-	-	4.093	84.317

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

27.3 Resultado da avaliação atuarial

Os resultados das avaliações atuariais apuraram o seguinte compromisso do plano com seus participantes:

	Equatorial Maranhão				Equatorial Pará						Equatorial Piauí					
	CD	BD1	Plano de Saúde	Total	CD	BD	CELPA R	CELPA OP	Resolução 10/1989	Planos de Saúde	Total	CD	BD	Plano CV	Plano de saúde	Total
Resultado do Exercício 2023																
Custo do serviço corrente líquido	72	4	-	76	45	4	8	-	-	1.649	1.706	8	-	-	-	8
Custo do serviço passado e (ganhos)/perdas na liquidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	407	407
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	44	14.632	1.274	15.950	29	17.880	1.020	177	1.571	5.447	26.124	5	41.629	315	393	42.342
Rendimento esperado dos ativos do plano	(893)	(19.189)	-	(20.082)	(1.008)	(30.943)	(574)	(449)	-	-	(32.974)	(74)	(47.651)	(438)	-	(48.163)
Juros sobre o efeito do teto de ativo e passivos adicionais	442	4.556	-	4.998	290	13.063	36	174	-	-	13.563	48	6.022	124	-	6.194
Total de despesa (receita) reconhecida no resultado do exercício	(335)	3	1.274	942	(644)	4	490	(98)	1.571	7.096	8.419	(13)	-	1	800	788
Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício																
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	(2.142)	15.989	-	13.847	(1.136)	26.386	615	1.471	-	-	27.336	(420)	44.480	(15.936)	-	28.124
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	(106)	(11.153)	1.459	(9.800)	(99)	(16.437)	(1.193)	(123)	(1.381)	(16.583)	(35.816)	8	(53.541)	(1.007)	162	(54.378)
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	1.271	(4.830)	-	(3.559)	495	(9.953)	955	(1.364)	-	-	(9.867)	359	9.061	16.943	-	26.363
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	(977)	6	1.459	488	(740)	(4)	377	(16)	(1.381)	(16.583)	(18.347)	(53)	-	-	162	109

	Equatorial Maranhão				Equatorial Pará						Equatorial Piauí					
	CD	BD1	Plano de Saúde	Total	CD	BD	CELPA R	CELPA OP	Resolução 10/1989	Planos de Saúde	Total	CD	BD	Plano CV	Plano de saúde	Total
Resultado do Exercício 2023																
Custo do serviço corrente líquido	140	1	-	141	96	3	9	-	-	1.330	1.438	14	-	-	-	14
Custo do serviço passado e (ganhos)/perdas na liquidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	454	454	-	-	-	-	-
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	111	16.805	1.024	17.940	86	21.004	1.081	200	1.870	4.921	29.162	10	47.471	284	469	48.234
Rendimento esperado dos ativos do plano	(935)	(22.515)	-	(23.450)	(1.238)	(36.377)	(605)	(530)	-	-	(38.750)	(70)	(56.866)	(450)	-	(57.386)
Juros sobre o efeito do teto de ativo e passivos adicionais	375	5.708	-	6.083	305	15.373	98	226	-	-	16.002	37	9.395	166	-	9.598
Total de despesa (receita) reconhecida no resultado do exercício	(309)	(1)	1.024	714	(751)	3	583	(104)	1.870	6.705	8.306	(9)	-	-	469	460
Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício																
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	(569)	(1.441)	-	(2.010)	1.136	(2.280)	(176)	165	-	-	(1.155)	(90)	(3.866)	(322)	-	(4.278)
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	(684)	8.531	3.449	11.296	(690)	10.746	1.001	127	677	10.602	22.463	(70)	29.362	593	(383)	29.502
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	1.175	(7.080)	-	(5.905)	219	(8.469)	(548)	(322)	-	-	(9.120)	157	(25.496)	(271)	-	(25.610)
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	(78)	10	3.449	3.381	665	(3)	277	(30)	677	10.602	12.188	(3)	-	-	(383)	(386)

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

27.4 Ativos do plano

	2024								
	Equatorial Maranhão		Equatorial Pará				Equatorial Piauí		
	CD	BD1	CD	BD	OP	R	CD	BD	Plano CV
Títulos Públicos	146.435	166.016	273.620	146.435	8.462	4.385	146.434	391.024	38.489
Fundos de Investimento	223.844	22.513	36.115	223.844	1.275	1.612	223.844	78.398	28.445
Outros	92.542	5.294	14.768	92.542	355	6.427	92.542	39.014	4.547
(=) Ativo Total	462.821	193.823	324.503	462.821	10.092	12.424	462.820	508.436	71.481
	2023								
	Equatorial Maranhão		Equatorial Pará				Equatorial Piauí		
	CD	BD1	CD	BD	OP	R	CD	BD	Plano CV
Títulos Públicos	124.898	196.191	124.898	304.725	8.185	3.759	124.898	452.165	40.625
Fundos de Investimento	229.798	3.707	229.798	18.679	2.045	2.066	229.798	51.882	29.437
Outros	70.640	7.428	70.640	16.732	362	6.103	70.640	39.831	4.272
(=) Ativo Total	425.336	207.326	425.336	340.136	10.592	11.928	425.336	543.878	74.334

Os ativos dos planos são compostos por ativos financeiros com cotação de mercados ativos e, portanto, são classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de avaliação do valor justo. A taxa esperada global de retorno dos ativos do plano é determinada com base nas expectativas de mercado vigentes nessa data, aplicáveis ao período durante o qual a obrigação deve ser liquidada.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

27.5 Obrigação do benefício definido

(a) Premissas atuariais

	Equatorial Maranhão			Equatorial Pará					Equatorial Piauí				
	CD	BD1	Plano de saúde	CD	BD	CELPA R	CELPA OP	RESOLUÇÃO 10/1989	Plano de saúde	BD	Plano CV	Plano de saúde	CD
Premissas em 31 de dezembro de 2024													
Taxa de inflação	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%
Taxa de desconto	12,97%	12,31%	12,49%	12,97%	12,16%	12,03%	12,04%	12,78%	12,29%	12,45%	12,49%	12,49%	12,97%
Futuros aumentos salariais	4,96%	4,96%	Não aplicável	4,96%	4,96%	4,96%	Não aplicável	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%
Futuros aumentos de pensão	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%
Mortalidade geral	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 Segregada por Sexo Suavizada em 10%	AT-2000 Segregada por Sexo Suavizada em 10%	BR- EMSsb 2015 Segregada por Sexo	BR-EMSsb 2015 Segregada por Sexo	AT-2000 Segregada por Sexo Suavizada em 10%	AT 2000 Segregada por Sexo Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%
	Equatorial Maranhão			Equatorial Pará					Equatorial Piauí				
	CD	BD1	Plano de saúde	CD	BD	CELPA R	CELPA OP	RESOLUÇÃO 10/1989	Plano de saúde	BD	Plano CV	Plano de saúde	CD
Premissas em 31 de dezembro de 2023													
Taxa de inflação	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%
Taxa de desconto	9,41%	9,78%	9,90%	9,41%	9,66%	9,71%	9,63%	9,72%	9,72%	9,59%	9,71%	9,59%	9,41%
Futuros aumentos salariais	3,93%	3,93%	Não aplicável	3,93%	3,93%	3,93%	Não aplicável	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%
Futuros aumentos de pensão	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%
Mortalidade geral	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	BR- EMSsb 2015 M/F	BR-EMSsb 2015 M/F	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10% M/F	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

(b) Análise de sensibilidade

Mudanças razoavelmente possíveis na data do balanço em cada uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

	Análise de sensibilidade	Equatorial Maranhão			Equatorial Pará					Piauí				
		CD	BD	Plano de Saúde	CD	BD	Equatorial OP	Equatorial R	Resolução 10/1989	Plano de saúde	BD	CD	Plano CV	Plano de saúde
		Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$
Premissas 2024														
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(13)	(4.751)	(899)	(5.604)	(7)	(66)	(479)	(459)	(2.708)	(14.709)	(236)	(284)	(2)
	Redução de 0,5%	14	5.064	996	5.969	7	71.647	524	487	3.009	15.783	263	315	2
Expectativa de Vida	Aumento de 1 ano	(29)	3.903	507	5.202	(18)	37.426	101	454	1.754	8.571	152	197	(4)
	Redução de 1 ano	32	(3.954)	(503)	(5.241)	19	(38.824)	(106)	(456)	(1.724)	(8.773)	(153)	(193)	5
HCCTR	Aumento de 0,5%	-	-	982	-	-	-	-	-	2.957	-	-	311	-
	Redução de 0,5%	-	-	(894)	-	-	-	-	-	(2.689)	-	-	(282)	-
Premissas 2023														
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(5.767)	(14)	(844)	(8)	(6.865)	(80)	(582)	(549)	(3.411)	(1)	(18.949)	(335)	(247)
	Redução de 0,5%	6.182	15	941	9	7.351	86	642	584	3.788	2	20.496	379	275
Expectativa de Vida	Aumento de 1 ano	4.488	(29)	453	(19)	6.114	43	125	582	1.300	(3)	10.653	215	187
	Redução de 1 ano	4.530	32	(450)	21	6.135	(45)	(130)	(581)	(1.318)	4	(10.833)	(212)	(184)
HCCTR	Aumento de 0,5%	-	-	918	-	-	-	-	-	3.679	-	-	-	288
	Redução de 0,5%	-	-	(831)	-	-	-	-	-	(3.342)	-	-	-	(260)

Embora a análise não tenha levado em conta a distribuição completa dos fluxos de caixa esperados no âmbito do plano, ela fornece uma aproximação da sensibilidade da premissa apresentada.

O método de avaliação da análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2024 das controladas da Companhia, não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

28 Instrumentos financeiros

28.1 Considerações gerais

A Companhia e suas controladas efetuaram análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, valores a receber (devolver) parcela A e outros itens financeiros, sub-rogação da CCC, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial, derivativos e passivo de arrendamento, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), conforme notas explicativas nº 15.5 – *Covenants* dos empréstimos e financiamentos e 16.5 – *Covenants* das debêntures.

28.2 Política de utilização de derivativos

As controladas da Companhia utilizam operações com derivativos (*swap*), apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as controladas da Companhia possuíam operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

28.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia e suas controladas reconhecem, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças. Para exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme descrito no item a seguir.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e de suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. As divulgações quantitativas da hierarquia do valor justo para ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão identificados conforme a seguir:

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Controladora			2024		2023	
Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	5	5	92	92
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	1	Valor justo por meio do resultado	139	139	149	149
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	6.358	6.358	6.665	6.665
Total ativo			6.502	6.502	6.906	6.906
Passivo			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedores	-	Custo amortizado	3	3	2	2
Total do passivo			3	3	2	2
Consolidado			2024		2023	
Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	99.084	99.084	108.107	108.107
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	1	Valor justo por meio do resultado	1.569.015	1.569.015	724.372	724.372
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	4.614.605	4.614.605	2.229.899	2.229.899
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	4.478.015	4.478.015	4.524.711	4.524.711
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	2.325	2.325	20.234	20.234
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	3	Custo amortizado	349.930	349.930	20.444	20.444
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	342.940	342.940	-	-
Ativo financeiro de concessão	3	Valor justo por meio do resultado	12.879.525	12.879.525	10.779.527	10.779.527
Total ativo			24.335.439	24.335.439	18.407.294	18.407.294
Passivo			2024		2023	
Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedores	-	Custo amortizado	2.084.727	2.084.727	2.046.240	2.046.240
Fornecedores – risco sacado	-	Custo amortizado	216.341	216.341	264.194	264.194
Empréstimos e financiamentos	2	Custo amortizado	10.257.306	10.791.626	9.071.486	9.649.808
Debêntures	2	Custo amortizado	6.192.911	6.245.799	2.404.637	2.444.767
Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	-	Custo amortizado	1.136.600	1.321.193	1.080.568	1.285.977
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	2	Custo amortizado	754.218	754.218	549.495	549.495
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	24.205	24.205	290.673	290.673
Passivo de arrendamento	-	Custo amortizado	20.530	20.010	24.254	24.254
AICs Ressarcíveis	3	Valor justo por meio do resultado	9.406	9.406	10.502	10.502
Total do passivo			20.696.244	21.467.525	15.742.047	16.565.908

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

- **Caixa e equivalente de caixa** - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais.
- **Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)** - são classificados como de valor justo por meio do resultado. Nível 1 na hierarquia de valor justo;
- **Aplicações financeiras** - são classificados como de valor justo por meio do resultado. Em sua maioria, são aplicados em fundos. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, tais como CDI. Nível 2 na hierarquia de valor justo;
- **Contas a receber de clientes** - decorrem diretamente das operações da Companhia e de suas controladas, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável;
- **Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros** - são decorrentes de custos não gerenciáveis a serem repassados integralmente ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente. Classificados como custo amortizado;
- **Sub-rogação da CCC** - valores aplicados: são classificados como custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados, possuem o propósito de financiar o subsídio da interligação de municípios isolados ao Sistema Interligado Nacional – SIN;
- **Ativo financeiro de concessão** - são classificados como valor justo por meio do resultado, são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo de concessão. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, como IPCA existentes em mercado ativo e a taxa de depreciação que é definida pela resolução da ANEEL, sendo sua classificação nível 3 na hierarquia do valor justo;
- **Fornecedores** - decorrem diretamente da operação da Companhia e de suas controladas e são classificados como passivo ao custo amortizado;
- **Fornecedores risco sacado** - decorrem de transações entre as controladas da Companhia e seus fornecedores de materiais e serviços e são classificados como passivo ao custo amortizado;
- **Empréstimos e financiamentos** - têm o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e de suas controladas e, eventualmente, gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Debêntures** - são classificadas como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado, divulgadas pela B3 e ANBIMA. Nível 2 na hierarquia de valor justo;
- **Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial** - decorrente do plano de recuperação judicial da controlada indireta Equatorial Pará que são classificados como passivo ao custo amortizado;
- **Passivo de arrendamento** - composto pelas obrigações decorrentes de contratos de locações e leasing que se enquadram no escopo do CPC 06 (R2). Os saldos são trazidos a valor presente por meio de fluxo de caixa descontado para o período de vigência de cada contrato e são classificados como passivo ao custo amortizado;

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

- **Instrumentos financeiros derivativos** - são classificados pelo valor justo através do resultado e de outros resultados abrangentes, tendo como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de swaps, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo; e
- **AICs Ressarcíveis** - são classificados como nível 2 na hierarquia de valor justo através de outros resultados abrangentes, tendo em vista que a sensibilidade do valor justo está nos ativos em curso na base de remuneração líquida, dependendo de avaliação de especialista e homologação total ou parcial pela Eletrobrás. O montante do ressarcimento devido à Eletrobrás, a título de pagamento pelos AICs Ressarcíveis (ativo imobilizado em curso ressarcíveis) correspondente a 50% (cinquenta por cento) da contribuição de cada um dos ativos na base de remuneração líquida, conforme definição vigente nos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET da ANEEL, desconsideradas eventuais contabilizações, posteriores à data-base do laudo de avaliação, de investimentos necessários à imobilização desses ativos em curso. Nível 3 na hierarquia do valor justo.

28.4 Instrumentos financeiros derivativos

A política de gestão de risco da Companhia é fazer *hedge* de 100% da sua exposição em moeda estrangeira para empréstimos e financiamentos, contratando *swaps* de fluxo de caixa, em que na ponta passiva está moeda nacional indexado a CDI e na ponta ativa estão moeda estrangeira e custo do contrato, tais contratos são designados como *hedge* de fluxo de caixa.

A Companhia e suas controladas determinam a existência de relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido com base na moeda, no valor e no momento dos respectivos fluxos de caixa, avaliando as mudanças no fluxo de caixa do item protegido possam ser compensadas pelas variações do fluxo de caixa do derivativo de *hedge*. O método utilizado é o critério dos termos críticos - método prospectivo. O teste de efetividade é feito uma única vez no momento inicial da contabilização, constatando se todos os termos do derivativo estão alinhados com os termos do objeto de *hedge*, em relação a prazos, amortizações, *notional* contratado, e pagamento de juros, garantido a efetividade do fluxo de caixa em 100%.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swap* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

Destacamos que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as controladas da Companhia possuem os seguintes instrumentos financeiros derivativos:

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Controladas	Instituição financeira	Ingresso	Vencimento	Valor contratado (USD)	Valor contratado (BRL)	Amortização	Tipo	Juros	Indexadores	Valor justo	
										2024	2023
Equatorial Maranhão	Scotiabank	19/02/2021	19/02/2025	US\$ 66.500	R\$350.000	Anual	Câmbio	Semestral	USD + 1,48% a.a / CDI + 1,65% a.a	18.797	(60.553)
Equatorial Maranhão	Citibank	17/11/2023	09/05/2025	US\$ 80.000	R\$389.600	Bullet	Câmbio	Semestral	USD + Sofr + 0,79% a.a./CDI + 1,29% a.a.	101.781	(7.455)
Equatorial Maranhão	XP	04/10/2024	15/09/2036	-	R\$550.000	Anual	Juros	Semestral	IPCA + 6,6493% a.a./ CDI +0,285% a.a.	(47.240)	-
Equatorial Maranhão	Scotiabank	13/11/2024	12/11/2027	US\$ 73.684	R\$420.000	Bullet	Câmbio	Semestral	USD + 5,8035% a.a./ CDI +1,15% a.a.	22.552	-
Equatorial Pará	Scotiabank	25/11/2022	25/11/2025	US\$ 186.237	R\$1.000.000	Bullet	Câmbio	Semestral	USD + 5,67% a.a./CDI + 1,35% a.a	130.711	(120.850)
Equatorial Pará	Scotiabank	25/11/2022	25/11/2025	US\$ 13.763	R\$73.900	Bullet	Câmbio	Semestral	USD + 5,67% a.a./CDI + 1,35% a.a	9.659	(8.931)
Equatorial Pará	Bank of America	10/12/2024	10/12/2027	US\$ 50.000	R\$300.000	Bullet	Câmbio	Anual	USD + 6,0118% a.a./ CDI + 1,09% a.a.	1.611	-
Equatorial Pará	BTG	20/12/2024	15/12/2036	-	R\$1.475.000	Anual	Juros	Semestral	IPCA + 7,7477% a.a./ CDI + 0,38% a.a.	(31.906)	-
Equatorial Piauí	Scotiabank	10/10/2020	16/10/2023	US\$ 35.778	R\$200.000	Bullet	Câmbio	Semestral	USD + 1,68% a.a. /CDI + 1,58%	-	-
Equatorial Piauí	Scotiabank	26/04/2021	26/04/2026	US\$ 53.571	R\$300.000	Anual	Câmbio	Semestral	USD + 2,27% a.a. / CDI + 1,77%	12.316	(68.373)
Equatorial Piauí	Santander	07/12/2022	16/11/2026	US\$ 28.184	R\$146.000	Bullet	Câmbio	Trimestral	USD + 6,24% a.a./CDI + 1,62% a.a.	24.870	(10.917)
Equatorial Piauí	Bank of America	27/10/2023	25/10/2024	US\$ 50.000	R\$250.000	Bullet	Câmbio	Bullet	USD + 7,5059% a.a./CDI + 1,25% a.a.	-	(9.318)
Equatorial Piauí	Bank of America	27/12/2023	27/01/2025	US\$ 70.000	R\$342.300	Bullet	Câmbio	Bullet	USD + 7,0235% a.a./CDI + 1,38% a.a.	78.946	(4.276)
Equatorial Piauí	XP	04/10/2024	15/09/2036	0	R\$300.000	Anual	Juros	Semestral	IPCA + 6,8091% a.a./ CDI + 0,41% a.a.	(25.354)	-
Equatorial Piauí	Bank of America	23/10/2024	25/10/2027	31000	R\$177.630	Anual	Câmbio	Bullet	USD + 5,7294% a.a./ CDI + 1,15% a.a.	6.957	-
Equatorial Piauí	Scotiabank	13/11/2024	12/11/2027	49123	R\$280.000	Bullet	Câmbio	Semestral	USD + 5,8035% a.a./ CDI +1,15% a.a.	15.035	-
Total										318.735	(290.673)
Ativo circulante										205.125	-
Ativo não circulante										137.815	-
Passivo circulante										(51)	(40.792)
Passivo não circulante										(24.154)	(249.881)
Efeito líquido total										318.735	(290.673)

Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge*, nas controladas da Companhia, foram os seguintes:

Controlada	Risco cambial	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de <i>hedge</i> está incluído	Valor contábil							
			2024		2023		2024		2023	
			Valor Nominal	Ativo (Passivo)	Valor Nominal	Ativo (Passivo)	Alterações no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecidas em ORA			
Equatorial Maranhão	Contrato de <i>swap Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	1.709.600	95.890	739.600	(68.008)	(49.476)	11.639		
Equatorial Pará	Contrato de <i>swap Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	2.848.900	110.075	1.073.900	(129.781)	(37.706)	(8.367)		
Equatorial Piauí	Contrato de <i>swap Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	1.995.930	112.770	1.038.000	(92.884)	(36.815)	14.061		
Total			6.554.430	318.735	2.851.500	(290.673)	(123.997)	17.333		

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

28.5 Gerenciamento dos riscos financeiros

A Administração da Companhia, bem como de suas controladas, tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas em suas áreas de especialidades. A Administração define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais estão expostas, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia e suas controladas através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria Estatutário da Controladora Equatorial S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia e de suas controladas monitoram a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria Estatutário é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria Estatutário.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2023.

(a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber das controladas distribuidoras) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa e outros instrumentos financeiros.

(i) Caixa e equivalente de caixa

A Companhia e suas controladas detêm caixa e equivalentes de caixa individual e consolidado de R\$ 144 e R\$ 1.668.099, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 241 e R\$ 832.479 em 31 de dezembro de 2023). O Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings* e *Standard & Poors*.

A Companhia e suas controladas consideram que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 – Instrumentos financeiros, a Companhia e suas controladas julgaram não ser necessário a constituição de provisão.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(ii) Contas a receber (Consolidado)

As contas a receber são compostas pelas faturas de energia elétrica, de consumidores não faturados e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes, e a representatividade é influenciada pelas características da área de concessão.

As controladas estabelecem as políticas de cobrança para as classes de clientes, para reduzir os níveis de inadimplência e, conseqüentemente, a recuperação dos valores recebíveis. Todas as políticas de cobrança estabelecidas estão em consonância com a legislação e regulamentação específicas, no caso do setor de energia elétrica a Resolução Normativa nº 1000/2021, emitida pela ANEEL.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber de clientes, por classe consumidora, estava assim apresentada:

Classe consumidora	2024			Total	%
	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos		
Residencial	2.550.405	389.564	1.222.205	4.162.174	65%
Industrial	150.045	3.193	34.701	187.939	3%
Comercial	428.905	58.777	117.294	604.976	10%
Rural	388.324	23.479	81.770	493.573	8%
Poder público	262.755	30.932	191.522	485.209	8%
Iluminação pública	46.478	6.219	58.341	111.038	2%
Serviço público	149.963	6.698	166.323	322.984	5%
	<u>3.976.875</u>	<u>518.862</u>	<u>1.872.156</u>	<u>6.367.893</u>	<u>100%</u>

Classe consumidora	2023			Total	%
	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos		
Residencial	2.896.157	423.786	1.459.364	4.779.307	66%
Industrial	242.836	3.911	63.909	310.656	4%
Comercial	576.767	77.014	172.099	825.880	11%
Rural	365.083	25.838	90.449	481.370	7%
Poder público	248.676	30.765	221.684	501.125	7%
Iluminação pública	48.077	6.250	62.336	116.663	2%
Serviço público	125.963	6.693	97.953	230.609	3%
	<u>4.503.559</u>	<u>574.257</u>	<u>2.167.794</u>	<u>7.245.610</u>	<u>100%</u>

As controladas da Companhia registraram uma provisão para perda que representa sua melhor estimativa de perdas referentes a contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 7.2 – Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

Avaliação da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

As controladas adotam o modelo de provisão estimada em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) que é mensurada a partir do *aging list* de não recebimento de faturas de energia elétrica e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia através da matriz de provisão. A matriz de provisão estabelece os percentuais de risco de recebimento dos valores recebíveis de acordo com o *aging list* das faturas de energia elétrica e das parcelas através da análise.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

A matriz de provisão adotada é resultado do estudo do comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e dos parcelamentos no período histórico analisado de 5 (cinco) anos, que reflete a experiência da perda de crédito histórica dos consumidores com a fatura de energia elétrica e do parcelamento, capturando a eficiência da política de cobrança adotada pelas controladas da Companhia no decorrer do período.

A PECLD é constituída com base nos valores recebíveis dos consumidores, segregando por faturamento e parcelamento pelas classes de consumidores, em valor considerado suficiente pela Administração, para cobrir as possíveis perdas na realização de créditos.

Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

Faixa (em dias)	Saldo contábil bruto Parcelamentos	%Taxa média ponderada da perda média do Parcelado	Saldo	Saldo contábil bruto Faturados	%Taxa média ponderada da perda média do Faturado	Saldo
A vencer individualizada	153.483	4,94%	7.582	-	-	-
A Vencer	810.949	28,41%	230.391	1.075.816	3,99%	42.874
Vencido 1 a 30	30.359	35,83%	10.878	580.408	7,23%	41.936
Vencido 31 a 60	20.171	45,41%	9.160	194.534	19,54%	38.015
Vencido 61 a 90	17.816	52,34%	9.325	116.423	31,41%	36.573
Vencido 91 a 120	17.983	55,28%	9.941	81.857	37,69%	30.851
Vencido 121 a 150	15.525	57,77%	8.969	66.032	40,00%	26.410
Vencido 151 a 180	16.217	58,39%	9.469	66.192	42,15%	27.901
Vencido 181 a 210	16.763	59,90%	10.041	61.446	42,74%	26.261
Vencido 211 a 240	15.841	62,49%	9.899	55.260	43,04%	23.782
Vencido 241 a 270	14.664	63,64%	9.332	51.240	44,44%	22.769
Vencido 271 a 300	16.104	64,64%	10.410	63.772	45,49%	29.007
Vencido 301 a 330	14.953	65,56%	9.803	57.634	47,01%	27.095
Vencido 331 a 360	14.810	66,33%	9.823	58.999	46,95%	27.702
Vencido 361 a 390	13.111	66,84%	8.763	54.206	48,48%	26.277
Vencido 391 a 420	16.769	66,96%	11.229	54.752	49,15%	26.909
Vencido 421 a 450	13.762	67,29%	9.260	47.091	49,58%	23.349
Vencido 451 a 630	87.059	69,51%	60.515	224.703	50,09%	112.558
Vencido 631 a 720	44.580	72,28%	32.222	94.593	52,35%	49.522
Vencido 721 a 810	44.294	74,32%	32.919	102.757	54,42%	55.919
Vencido 811 a 990	91.545	77,13%	70.609	174.482	57,52%	100.358
Vencido 991 a 1080	44.228	81,08%	35.860	90.137	60,31%	54.360
Vencido 1081 a 1170	43.442	82,52%	35.848	99.758	64,56%	64.406
Vencido 1171 a 1350	82.650	86,11%	71.170	146.275	69,53%	101.699
Vencido 1351 a 1530	78.962	88,69%	70.031	134.667	72,52%	97.666
Vencido 1531 a 1710	70.089	91,06%	63.823	100.896	75,02%	75.688
Vencido 1711 a 1890	66.026	92,35%	60.976	122.945	78,16%	96.093
Total	1.872.155		918.220	3.976.875		1.285.980

Aging parcelamento saldos a vencer

	2024	2025	2026	Após 2026	Total
Residencial	255.059	120.484	62.271	62.083	499.897
Industrial	8.701	3.579	2.127	1.070	15.477
Comercial	23.670	8.861	4.649	2.950	40.130
Rural	20.176	7.584	3.567	3.283	34.610
Poder público	44.748	31.191	24.446	64.290	164.675
Iluminação pública	16.604	11.592	8.902	17.297	54.395
Serviço público	73.779	58.036	10.525	12.910	155.250
Total a vencer	442.737	241.327	116.487	163.883	964.434

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Aging de parcelamentos vencidos há mais de 90 dias

	Venc. 91 a 360 dias	Venc. de 361 a 720 dias	Venc. de 721 a 1080 dias	Venc. de 1081 a 1530 dias	Venc. a mais de 1530 dias	Total
Residencial	112.297	141.083	147.807	165.847	106.371	673.405
Industrial	2.506	3.573	3.434	4.238	4.034	17.785
Comercial	9.974	13.029	15.357	19.060	14.747	72.167
Rural	8.002	8.682	8.638	10.392	7.345	43.059
Poder Público	6.428	5.929	3.439	3.564	2.081	21.441
Iluminação Pública	606	811	447	597	349	2.810
Serviço Público	3.048	2.172	945	1.357	1.188	8.710
Total de parcelamentos	142.861	175.279	180.067	205.055	136.115	839.377

PECLD Outros

Faixa	Saldo contábil Outros	%Taxa média ponderada da perda média	Saldo PECLD outros
A Vencer	72.918	4,30%	3.136
Vencido 1 a 30	21.290	7,41%	1.577
Vencido 31 a 60	9.361	18,83%	1.763
Vencido 61 a 90	3.156	31,59%	997
Vencido 91 a 120	2.253	37,99%	856
Vencido 121 a 150	1.978	39,99%	791
Vencido 151 a 180	1.257	41,77%	525
Vencido 181 a 210	796	42,59%	339
Vencido 211 a 240	716	43,02%	308
Vencido 241 a 270	824	45,02%	371
Vencido 271 a 300	923	46,80%	432
Vencido 301 a 330	1.218	47,54%	579
Vencido 331 a 360	1.404	47,44%	666
Vencido 361 a 390	3.477	48,32%	1.680
Vencido 391 a 420	3.860	48,63%	1.877
Vencido 421 a 450	3.392	49,03%	1.663
Vencido 451 a 630	16.503	49,70%	8.202
Vencido 451 a 630 Individualizada	1.149	3,48%	40
Vencido 631 a 720	7.109	52,05%	3.700
Vencido 721 a 810	8.604	54,40%	4.681
Vencido 811 a 990	12.304	57,31%	7.052
Vencido 991 a 1080	4.794	59,78%	2.866
Vencido 1081 a 1170	5.449	64,21%	3.499
Vencido 1171 a 1350	12.296	69,66%	8.566
Vencido 1351 a 1530	11.924	72,82%	8.683
Vencido 1531 a 1710	6.895	75,66%	5.217
Vencido 1711 a 1890	7.720	70,49%	5.441
	223.570		75.507

PECLD não faturados

Faixa	Saldo contábil bruto não faturados	%Taxa média ponderada da perda média do não faturado	Saldo
A vencer	518.862	3,96%	20.572

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(iii) Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia, bem como de suas controladas, considera reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

(iv) Derivativos

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings e Standard & Poors*.

(b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e de suas controladas na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Informações com melhor detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentadas nas notas explicativas nº 15 – Empréstimos e financiamentos, nº 16 – Debêntures e nº 18 – Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial – Equatorial Pará.

A Companhia e suas controladas têm obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e de suas controladas e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

A Companhia e suas controladas buscam manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses. O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo é de 1,82 em 31 de dezembro de 2024 (2,3 em 31 dezembro de 2023).

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Consolidado

	2024						
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários sem garantia	4.010.374	4.221.783	579.516	1.823.277	511.648	1.307.342	-
Empréstimos bancários com garantia	6.246.932	10.436.452	152.784	953.090	1.205.525	2.241.710	5.883.343
Subtotal - Empréstimos e Financiamentos	10.257.306	14.658.235	732.300	2.776.367	1.717.173	3.549.052	5.883.343
Títulos de dívida emitidos sem garantia	5.789.698	10.104.910	61.725	526.961	1.080.444	3.374.555	5.061.225
Títulos de dívida emitidos com garantia	403.213	501.611	-	54.321	447.290	-	-
Subtotal - Debêntures	6.192.911	10.606.521	61.725	581.282	1.527.734	3.374.555	5.061.225
Títulos de dívida emitidos sem garantia	1.072.974	2.131.892	108	52.684	52.508	353.197	1.673.395
Títulos de dívida emitidos com garantia	63.626	58.039	3.105	32.723	22.211	-	-
Subtotal - Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	1.136.600	2.189.931	3.213	85.407	74.719	353.197	1.673.395
Passivo de arrendamento financeiro	20.530	20.530	984	4.718	5.448	9.380	-
Fornecedores	2.084.727	2.084.727	1.565.760	503.404	15.485	30	48
Fornecedores - risco sacado	216.341	216.341	201.672	14.669	-	-	-
Subtotal - Fornecedores	2.321.598	2.321.598	1.768.416	522.791	20.933	9.410	48
Total	19.908.415	29.776.285	2.565.654	3.965.847	3.340.559	7.286.214	12.618.011

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 15 – Empréstimos e financiamentos e nº 16 – Debêntures, as controladas da Companhia possuem operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela diretoria financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia e de suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos adiante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo, tempo otimizar o retorno.

As controladas da Companhia utilizam derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. Geralmente, as controladas da Companhia buscam aplicar *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade no resultado.

(d) Risco de taxa de câmbio

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Determinados passivos financeiros estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Em 31 de dezembro de 2024, a exposição de câmbio da controlada direta Equatorial Maranhão era 22,5% (22,5% em 31 de dezembro de 2023), da Equatorial Pará era 17,7% (16,3% em 31 de dezembro de 2023) e da Equatorial Piauí era 35% (28,5% em 31 de dezembro de 2023), de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos, credores financeiros de recuperação judicial e AVP de credores financeiros em moeda estrangeira).

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

As controladas possuem dívidas em moeda estrangeira com *swap* para proteção contra as oscilações de câmbio, conforme nota explicativa nº 28.4 – Instrumentos financeiros derivativos.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros das controladas da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2023 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Operação	Risco	Saldo em R\$ mil (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	6.183.620	7.136.516	7.374.740	7.612.964	6.898.292	6.660.068
Impacto no resultado do exercício				238.224	476.448	(238.224)	(476.448)
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(6.355.803)	(7.355.232)	(7.580.089)	(7.824.947)	(7.090.375)	(6.845.375)
	IGP-M	(419.103)	(445.926)	(452.632)	(459.337)	(439.220)	(432.515)
	IPCA	(5.444.461)	(5.795.084)	(5.882.740)	(5.970.396)	(5.707.428)	(5.619.772)
Total de passivos financeiros		(12.219.367)	(13.576.242)	(13.915.461)	(14.254.680)	(13.237.023)	(12.897.804)
Impacto no resultado do exercício				(339.219)	(678.438)	339.219	678.438
Swap - Ponta Passiva	CDI	(3.754.763)	(4.333.372)	(4.478.024)	(4.622.676)	(4.188.720)	(4.044.068)
Impacto em outros resultados abrangentes				(2.163)	(4.327)	2.163	4.327
Impacto no resultado do exercício				(142.489)	(284.977)	142.489	284.977
Impacto líquido no resultado do exercício total				(243.484)	(486.967)	243.484	486.967
Referência para ativos e passivos financeiros							
		Taxa projetada	Taxa em 2024	25%	50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)		15,41%	10,88%	19,26%	23,13%	11,56%	7,71%
IGP-M (% 12 meses)		6,40%	6,54%	8,00%	9,60%	4,80%	3,20%
IPCA (% 12 meses)		6,44%	4,87%	8,05%	9,66%	4,83%	3,22%

Fonte: B3 e Santander

(f) Risco de vencimento antecipado

As controladas da Companhia possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas.

A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas nº 15 – Empréstimos e financiamentos e nº 16 – Debêntures.

Em consideração aos contratos sujeitos à recuperação judicial da controlada Equatorial Pará, a novação dos créditos incitou a suspensão de cláusulas contratuais de vencimento antecipado e de *covenants* financeiros e não financeiros, salvo quando acordado entre as partes.

(g) Risco de escassez de energia (Risco hidrológico)

O sistema de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil é um sistema hidro-termo-eólico de grande porte, com predominância de usinas hidrelétricas, o que o torna suscetível às variações nos reservatórios em função das chuvas. Um período prolongado de escassez de chuva, por exemplo, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Dessa maneira, com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo através do Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRB - conta bandeiras) visando repassar mais adequadamente aos consumidores finais o custo associado às condições de geração de eletricidade.

Como consequência da situação hidrológica desfavorável de 2021, foi criada a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética – CREG (Medida Provisória nº 1.055/2021), com competência

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

definir diretrizes obrigatórias relativas ao estabelecimento de condições excepcionais e temporárias para enfrentamento da situação hidrológica. Mensalmente, a CREG realiza reuniões de acompanhamento, sendo respaldada pelos estudos elaborados por diversos entes do setor elétrico brasileiro, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Operador Nacional do Sistema (ONS) e Ministério de Minas e Energia (MME).

Conforme informações do Operador Nacional do Sistema (ONS), nos meses de outubro a dezembro de 2022 houve continuidade das chuvas observadas no País, comportamento esperado para o período tipicamente úmido. Em termos de armazenamentos equivalentes, todos os subsistemas do Sistema Interligado Nacional (SIN) finalizaram o ano com valores superiores aos de 2021. O ONS destacou que as melhores condições hoje observadas nos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliadas aos demais recursos energéticos disponíveis no País, contribuirão para a garantia e segurança do atendimento nos próximos meses.

(i) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento – Tarifas

Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia e de suas controladas, concessionárias e demais agentes do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Companhia, bem como suas controladas, justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas.

(j) Riscos regulatórios e operacionais

Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e de suas controladas transmissoras e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos.

Risco de interrupção do serviço: em caso de interrupção do serviço ou indisponibilidade do equipamento, as controladas transmissoras estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação Parcela Variável, prevista na REN nº 729/2016, dependendo do tipo de desligamento, do tipo de equipamento e duração da indisponibilidade dos serviços.

Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura: caso as controladas transmissoras expandam os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidade.

Risco regulatório: caso as controladas transmissoras da Companhia não cumpram com as obrigações contidas nas cláusulas do contrato de concessão e nas Resoluções editadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estará sujeita a aplicação de penalidades, dependendo do tipo de infração, e do regramento descumprido, conforme determinado pela REN nº 846/2019 que, a depender do cometimento da infração, a multa poderá alcançar até 2% do faturamento da empresa.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(h) Risco ambiental

A Companhia e suas controladas balizam suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando à preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.

Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *stakeholders*.

O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos:

- Licenciamento Ambiental;
- Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação;
- Gestão de Resíduos, Educação e Conscientização Ambiental;
- Gestão de Requisitos Legais;
- Gestão de Recursos Hídricos; e
- Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Dentro destes macroprocessos, a Companhia e suas controladas realizam a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações, Linhas e Redes de Distribuição de Energia. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

No SGA, a Companhia e suas controladas possuem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras, todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim a minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras.

Adicionalmente, visando a reduzir impactos ambientais, a Companhia e suas controladas utilizam em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte.

28.6 Gestão do capital

A política da Administração da Companhia e de suas controladas é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e o nível de dividendos para os acionistas.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

29 Demonstração dos fluxos de caixa

29.1 Transações que não afetam caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

As transações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	<u>Efeito não caixa</u>
Controladora	
Atividades de financiamento	
Dividendos distribuídos	2.502.302
Total atividades de financiamento	<u>2.502.302</u>
Consolidado	<u>Efeito não caixa</u>
Atividades de investimento	
Transferências entre ativo financeiro e ativo contratual (a)	1.654.398
Transferências entre ativo contratual e intangível (a)	1.056.521
Adição de ativo contratual em contrapartida de fornecedores (b)	109.083
Adição de ativo contratual em contrapartida de obrigações e encargos sobre folha de pagamento (b)	194.630
Adição de sub-rogação com contrapartida em obrigações especiais	236.820
Total atividades de investimentos	<u>3.251.452</u>
Atividades de financiamento	
Dividendos distribuídos	2.540.164
Capitalização de juros de empréstimos (c)	74.984
Reconhecimento de ativo e passivo de arrendamento	2.193
Hedge accounting de fluxo de caixa (d)	131.258
Total atividades de financiamento	<u>2.748.599</u>
Total	<u><u>6.000.051</u></u>

- (a) Correspondem às transferências (bifurcação) de ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão;
- (b) Referem-se as adições de ativos de contrato em contrapartida de fornecedores e obrigações e encargos sobre a folha de pagamento, mais detalhes na nota explicativa nº 13 – Ativos de contrato;
- (c) Capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis registrados no ativo contratual de acordo com as regras do CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos; e
- (d) Proteção contra exposições a variações de fluxos de caixa que sejam atribuíveis a riscos específicos associados com ativos ou passivos ou que possa afetar o resultado.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

29.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2023	Fluxo de caixa	Pagamento de Juros (*)	Novos arrendamentos	Mudança no valor justo	Outros (**)	2024
Empréstimos e financiamentos	9.071.486	116.328	(480.861)	-	-	1.550.353	10.257.306
Debêntures	2.404.637	3.692.168	(297.837)	-	-	393.943	6.192.911
Instrumentos financeiros derivativos	290.673	31.897	(167.189)	-	123.997	(598.113)	(318.735)
Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial	1.080.568	(29.742)	(17.877)	-	-	103.651	1.136.600
Passivos de arrendamento	24.252	(5.915)	(1.930)	2.193	-	1.930	20.530
Dividendos a pagar	312.435	(2.300.249)	-	-	-	2.540.165	552.351
Total	13.184.051	1.504.487	(965.694)	2.193	123.997	3.991.929	17.840.963

(*) A Companhia e suas controladas classificam juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas, capitalização de juros e o reconhecimento de dividendos a pagar no fim do exercício. A Companhia e suas controladas classificam juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

30 Compromissos futuros (Consolidado)

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2025	2026	2027	Após 2027 (*)
Energia contratada	2025 a 2036	7.001.386	7.620.059	7.976.176	100.765.556
Energia contratada (em MhW)	2025 a 2036	27.068.453	27.311.380	28.499.943	300.765.706

(*) estimado em 9 anos após 2026.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

	Vigência	2025	2026	2027	Após 2027(*)
Arrendamentos e aluguéis	2024 a 2028	5.700	5.448	5.545	3.837
Sistema isolado	2024 a 2027	570.607	531.004	58.995	56.843
Sistema isolado (MhW)	2024 a 2027	290.062	252.835	67.215	117.898

(*) estimado até a data de interligação ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

31 Eventos subsequentes

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Distribuição de dividendos adicionais

Em 26 de março de 2025, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 318.887 decorrentes do resultado do exercício.

Captação de empréstimo junto ao Scotiabank

Em 30 de janeiro de 2025 foi liquidada a operação contratada junto ao Scotiabank via Lei 4.131, com prazo de três anos, amortização *bullet* e juros semestrais no valor de USD 18.000 ao custo de USD + 5,2780% a.a., com swap de câmbio para CDI + 1,05% a.a., equivalente a R\$ 106.920.

Em 19 de fevereiro de 2025 foi liquidada a operação contratada junto ao Scotiabank via Lei 4.131, com prazo de três anos, amortização *bullet* e juros semestrais, no valor de USD 32.683 ao custo de USD + 5,2710% a.a., com *swap* de câmbio para CDI + 1,05% a.a., perfazendo o montante de R\$ 186.223.

Resgate Antecipado da 9ª emissão de debêntures

Em 17 de fevereiro de 2025, ocorreu o resgate antecipado da 9ª Emissão de Debêntures no montante de R\$ 311.579.

Requerimento de Prorrogação da Concessão

Em conformidade com o disposto na Lei nº 9.074/1995, no Decreto nº 12.068/2024, nos Contratos de Concessão e no Despacho ANEEL nº 517/2025, o Conselho de Administração do Grupo Equatorial aprovou a manifestação à ANEEL requerendo a prorrogação da concessão da Equatorial Maranhão, pelo prazo de 30 (trinta) anos contados a partir do advento do termo final do Contrato de Concessão nº 60/2000, com a antecipação dos efeitos da prorrogação nos termos do referido Art. 10 do Decreto nº 12.068/2024.

Apresentado o pedido, a ANEEL tem 60 dias para encaminhar recomendação ao MME com a avaliação quanto ao cumprimento dos indicadores técnicos e econômico-financeiros, que por sua vez tem 30 dias para decidir e convocar para assinatura do contrato. Finalmente, a distribuidora tem 60 dias, contados da convocação, para assinar o aditivo ao novo contrato de concessão.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Distribuição de dividendos adicionais

Em 26 de março de 2025 conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 1.093.583 sendo R\$ 1.084.578 decorrentes do resultado do exercício e R\$ 9.005 proveniente de realização de reservas de reavaliação.

Amortização Extraordinária Facultativa da 6ª emissão de Debêntures

Em 17 de fevereiro de 2025, ocorreu a amortização extraordinária da 6ª Emissão de Debêntures no montante de R\$ 750.000.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Requerimento de Prorrogação da Concessão

Em conformidade com o disposto na Lei nº 9.074/1995, no Decreto nº 12.068/2024, no Contrato de Concessão e no Despacho ANEEL nº 517/2025, o Conselho de Administração do Grupo Equatorial aprovou a manifestação à ANEEL requerendo a prorrogação da concessão da Equatorial Pará, pelo prazo de 30 (trinta) anos contados a partir do advento do termo final do Contrato de Concessão nº 182/1998 com a antecipação dos efeitos da prorrogação nos termos do referido Art. 10 do Decreto nº 12.068/2024.

Apresentado o pedido, a ANEEL tem 60 dias para encaminhar recomendação ao MME com a avaliação quanto ao cumprimento dos indicadores técnicos e econômico-financeiros, que por sua vez tem 30 dias para decidir e convocar para assinatura do contrato. Finalmente, a distribuidora tem 60 dias, contados da convocação, para assinar o aditivo ao novo contrato de concessão.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Aumento de capital social

Em 26 de março de 2025, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação do aumento de capital no valor de R\$ 90.145, mediante a integralização da Reserva Legal no valor de R\$ 14.418, da Reserva de Incentivos Fiscais no valor de R\$ 75.727, sem emissão de novas ações, com a consequente alteração do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia, a ser submetida à apreciação da Assembleia Geral da Companhia.

Distribuição de dividendos adicionais

Em 26 de março de 2025, conforme a ata de Reunião do Conselho da Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 30.070, decorrentes do resultado do exercício.

Pedido de Revisão Tarifária Extraordinária

Em 18 de março de 2025, durante a 8ª Reunião Pública Ordinária de 2025 da Diretoria da ANEEL, foi discutida a reconsideração da Revisão Tarifária Extraordinária da Equatorial Piauí, cujo pedido havia sido indeferido anteriormente em 2019. Está aberta, atualmente, uma consulta pública, que se estenderá até o dia 05 de maio de 2025, com o objetivo de obter subsídios e informações adicionais para o aprimoramento dessa revisão tarifária extraordinária, sendo a proposta inicial o reconhecimento tarifário de R\$ 178.600. O valor é preliminar e deverá ser confirmado após sua homologação, uma vez que ainda serão incorporados os efeitos nos processos tarifários de 2023 e 2024, além de correção pela SELIC.

* * *

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior
Diretor-Presidente

Humberto Luís Queiroz Nogueira
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Cristiano de Lima Logrado
Diretor

Marcos Antônio Souza de Almeida
Diretor

José Silva Sobral Neto
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Superintendente Corporativo de Gestão Tributária, Normas e Relatórios Contábeis
Contador
CRC-PE 012996-O-3-S-MA

Relatório da Administração 2024

A Administração da Equatorial Distribuição S.A., em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, com as respectivas notas explicativas e o Relatório dos auditores independentes, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024. As informações não financeiras da Companhia e de suas controladas, as relacionadas ao programa “Luz para Todos” (PLPT), o Balanço Social, Combate a Perdas, Relatório de Ações Sociais, assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia e de suas controladas não foram revisadas pelos auditores independentes.

01. Perfil da companhia

Visão geral

A Equatorial Distribuição S.A é uma *holding* com atuação no setor elétrico, no segmento de Distribuição de energia, a Equatorial Distribuição controla as concessionárias dos Estados do Maranhão, Pará e Piauí.

02. Destaques de 2024

- ▶ Em 2024, o **EBITDA** somou **R\$5.148 bilhões**, crescimento de 3% em relação ao valor apresentado em 2023.
- ▶ Em 2024 os **Investimentos consolidados da Equatorial Distribuição** totalizaram **R\$ 4.476 bilhões**, crescimento de 3% comparada a 2023.
- ▶ **Qualidade da Operação - Redução do DEC** nas empresas **Maranhão** reduziu -0,7h e Piauí -3h e aumento no Pará 2,5h.
- ▶ **Qualidade da Operação – Redução no FEC** nas três empresas com redução no Maranhão de 0,2h, Pará 0,4h e Piauí 1,9h.

03. Mensagem do Presidente

O exercício de 2024 foi mais um ano de consolidação e crescimento com geração de valor para a Equatorial Distribuição. Tivemos iniciativas importantes para o processo de desalavancagem da Companhia. Na equatorial Maranhão tivemos a celebração de seus 20 anos, um marco na história da companhia, na Equatorial Pará temos o destaque da venda de energia na área de concessão que cresceu 5,9% apesar do cenário macroeconômico adverso da região, a Equatorial Piauí deu continuidade ao Programa Mais Energia Piauí (MEPI), aplicamos mais de R\$ 726 milhões em obras estruturantes, distribuídas por todo o território piauiense.

Seguimos com foco em crescimento com geração de valor, excelência na performance operacional e gestão financeira, e contamos com time dedicado e qualificado para perpetuar a história de sucesso da Equatorial. Mantemos o nosso compromisso de melhorar a cada dia a qualidade do serviço prestado de forma que as nossas concessionárias de serviço público sejam alavancas do desenvolvimento das regiões em que atuamos.

Augusto Miranda da Paz Junior

Diretor-Presidente

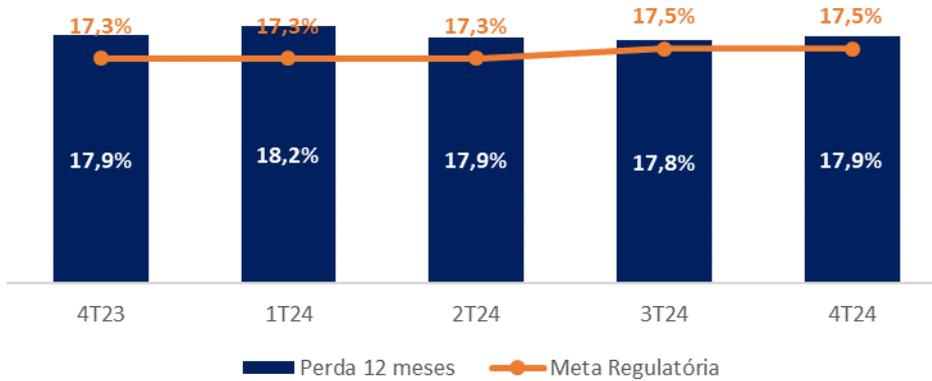
04. Gestão dos negócios

4.1 Combate às perdas

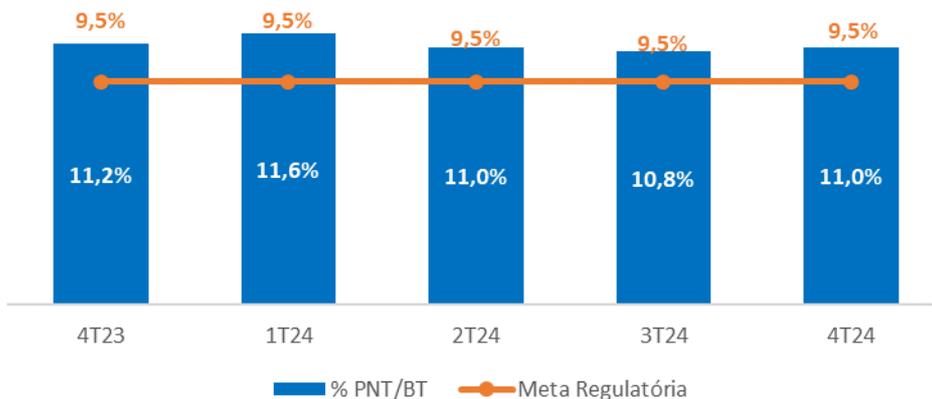
Maranhão

Em 2024, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial Maranhão alcançou o patamar de 10.668 GWh, um aumento de 8,0% em relação à 2023, e o faturamento atingiu 8.762 GWh, o que representou incremento de 8,0% também em relação à 2023. Deste modo, as perdas de energia registradas pela Companhia em 2024 totalizaram 1.905 GWh, equivalente a 17,9% da energia requerida, mantendo o patamar de perdas alcançado em 2023.

Perdas totais sobre a energia injetada (Últimos 12 meses)



Perda não técnica sobre o mercado de baixa tensão (Últimos 12 meses)



O ano de 2024 foi ano marcado por grandes desafios e a Equatorial Maranhão buscou melhorar processos e desenvolver novas estratégias para alcançar patamares superiores dos anos anteriores. Entretanto, efeitos climáticos atípicos, temperatura, impactaram dois períodos específicos da concessão. O fenômeno “El Niño” se estendeu até o final do 1T24, contribuindo para o aumento das perdas nesse período. No entanto, até o 3T24, as temperaturas máximas retornaram aos níveis históricos, permitindo que as ações de combate a perdas tivessem efeito mais relevantes. Já no último trimestre, ocorreu um novo aumento atípico da temperatura, atingindo até 0,5°C acima da média histórica, o que dificultou a redução das perdas, mantendo os patamares atingido em 2023.

Por outro lado, observou-se desempenhos relevantes no combate a perdas não técnicas ao longo dos dois últimos anos, onde fechamos o ano de 2024 no menor patamar percentual desde 2014, resultado importante para a consolidação da metodologia de combate a perdas do grupo Equatorial Energia.

A seguir apresentamos o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas neste ano:

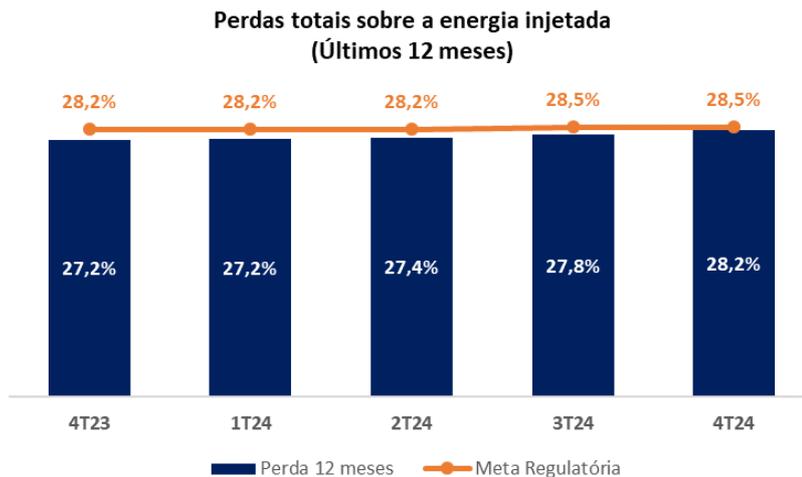
- Regularização de 6,0 mil clientes em área de gambiarra, sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão;
- Inspeção de 3,2 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão;
- Expansão do SMC (Sistema de Medição Centralizada) em 15,6 mil clientes de baixa tensão;

- Recadastramento do parque de Iluminação Pública de 29 municípios;
- Inspeção de 205,4 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão;
- Regularização de 13,8 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia;
- Regularização de 4,4 mil clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular;
- Identificação e regularização de 48,7 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT;
- Crescimento de 766 medições fiscais em transformadores de distribuição, voltado apenas para crescimento vegetativo do parque já existente.

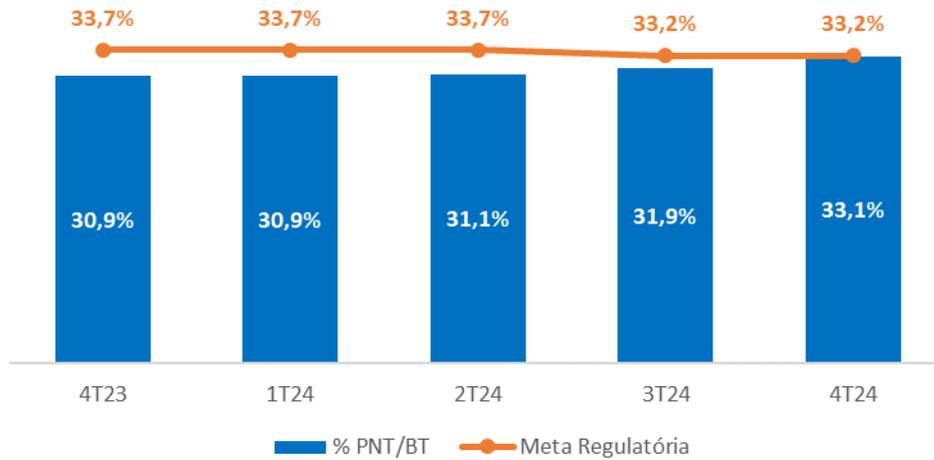
Hoje a Equatorial Maranhão possui 13,0 mil transformadores monitorados para fins de balanço energético, que correspondendo a 51% do seu mercado de baixa tensão, permitindo um direcionamento mais assertivo das suas operações.

Pará

Em 2024, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial Energia Pará alcançou o patamar de 16.174 GWh, aumento de 8,0% em relação a 2023, e o faturamento atingiu 11.609 GWh, o que representou aumento de 6,8% em comparação com 2023. Desse modo, as perdas de energia registradas pela Companhia, em 2024, totalizaram 4.564 GWh, equivalente a 28,2% da energia requerida, implicando em aumento de 1,0 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2023.



Perda não técnica sobre o mercado de baixa tensão (Últimos 12 meses)



O ano de 2024 para a Equatorial Pará foi desafiador, mas segue marcado pelo compromisso contínuo com a melhoria dos processos de combate às perdas na rede elétrica. A distribuidora manteve esforços para identificar com precisão os pontos da rede com maiores índices de perda e atuar prontamente para solucioná-los.

No entanto, desafios operacionais relacionados à mobilização de parceiros impactaram a operação, somados a efeitos climáticos severos e migração de mercado industrial relevante para a rede básica, ou seja, saída de energia “limpa” da base de cálculo, resultando em um crescimento do indicador de perdas em comparação a 2023. Apesar desse cenário, a empresa continua implementando medidas estratégicas para mitigar esses impactos, reforçando seu compromisso com a eficiência operacional e a qualidade do serviço prestado aos consumidores.

Ainda assim, no que tange todos os efeitos citados, a Equatorial Energia Pará permanece abaixo do limite regulatório determinado pelo órgão regulador (Aneel), patamar que foi alcançado no ano de 2023.

A seguir, apresentamos o resumo/resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas comerciais em 2024:

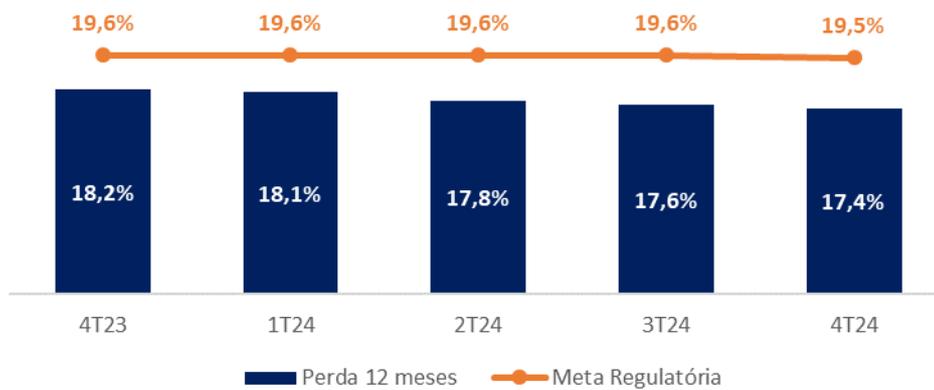
- Regularização de 9,3 mil clientes em área de gambiarra, sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão;
- Inspeção de 3,9 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão;
- Expansão do SMC (Sistema de Medição Centralizada) em 30,8 mil clientes de baixa tensão;
- Recadastramento do parque de Iluminação Pública de 30 municípios;
- Inspeção de 271,3 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão;
- Regularização de 16,0 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia;
- Regularização de 7,5 mil clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular;
- Identificação e regularização de 101,6 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT;
- Crescimento de 0,5 mil novas medições fiscais em transformadores de distribuição para fins de balanço energético.

Hoje a Equatorial Pará possui 23 mil transformadores monitorados de maneira consistente, que correspondem a 58% do mercado de baixa tensão

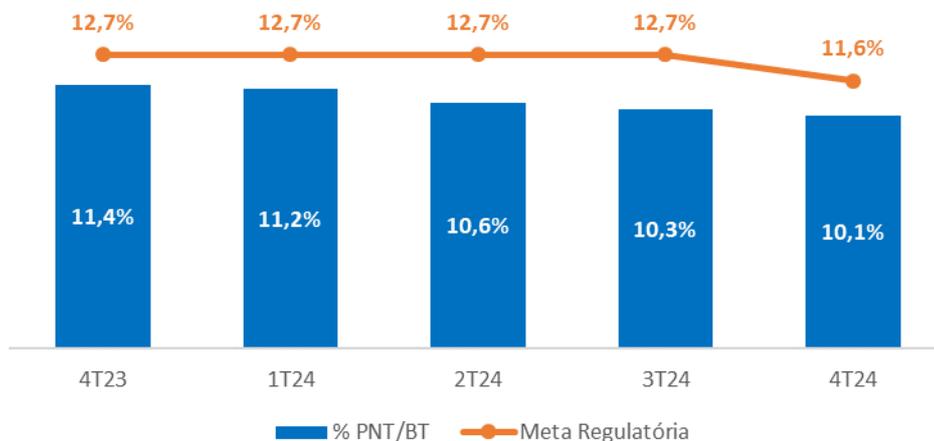
Piauí

Em 2024, a quantidade de energia elétrica injetada no sistema da Equatorial Piauí alcançou o patamar de 5.919 GWh, crescimento de 7,1% em relação a 2023, e o faturamento atingiu 4.887 GWh, o que representou aumento de 7,7% na comparação com o ano anterior. Desse modo, as perdas de energia registradas pela Companhia, em 2024, totalizaram 1.031 GWh, equivalente a 17,4% da energia requerida, implicando em uma redução de 0,8 p.p no índice de perdas em relação ao fechamento de 2023.

Perdas totais sobre a energia injetada (Últimos 12 meses)



Perda não técnica sobre o mercado de baixa tensão (Últimos 12 meses)



O ano de 2024 para a Equatorial Piauí apresentou aperfeiçoamentos no processo de combate às perdas e melhorias na rede elétrica, já observado nos anos anteriores, isto tem sido fundamental para a ratificação da redução das perdas globais dentro da concessão dos anos anteriores. Com o uso de tecnologias avançadas, é possível identificar com precisão os pontos da rede que estão apresentando maiores índices de perda e agir prontamente para solucionar o problema. Além disso, a modernização da rede elétrica, com a substituição de equipamentos antigos por outros mais eficientes e modernos, tem permitido a redução das perdas técnicas. Com essas medidas, a distribuidora conseguiu reduzir as perdas, mantendo-se abaixo do limite regulatório, melhorando a qualidade do serviço prestado aos consumidores.

A seguir, apresentamos a seguir o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas comerciais em 2024:

- Regularização de 1,7 mil clientes em área de gambiarra, sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão;
- Inspeção de 1,1 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão;
- Recadastramento do parque de Iluminação Pública de 31 municípios;
- Inspeção de 113,7 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão;
- Regularização de 2,8 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia;
- Regularização de 479 clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular;
- Identificação e regularização de 11,5 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT;
- Crescimento de 126 novas medições fiscais em transformadores de distribuição para fins de balanço energético.

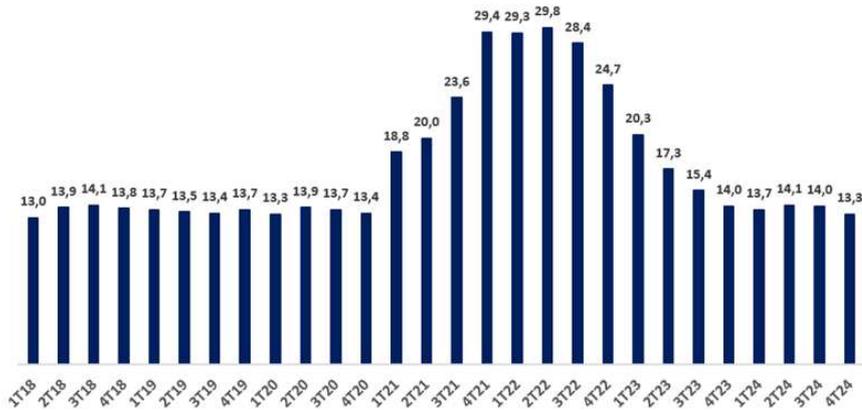
Atualmente a Equatorial Piauí possui 6,1 mil transformadores monitorados para fins de balanço energético, que correspondendo a 48% do seu mercado de baixa tensão, permitindo um direcionamento mais assertivo das suas operações.

4.2 Qualidade DEC/FEC

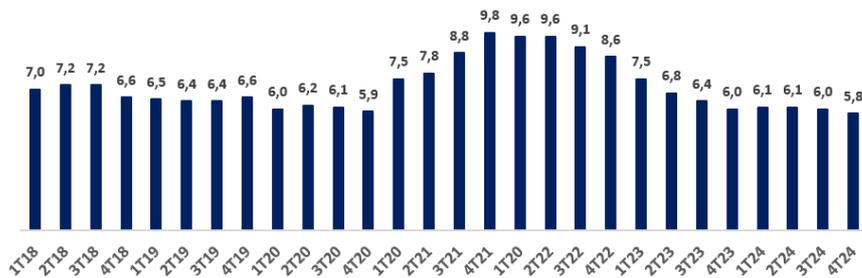
Maranhão

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). Em 2024, concentramos esforços para consolidar e garantir a estabilidade dos resultados alcançados em 2023, evidenciando a maturidade e a robustez de nossa operação. Para 2025, nosso compromisso é dar continuidade à trajetória de melhoria contínua, adotando uma abordagem estratégica e crítica em relação aos custos operacionais. Com ênfase na otimização do OPEX, buscaremos aprimorar a eficiência e a eficácia na gestão de recursos, garantindo, assim, um crescimento sustentável e rentável no longo prazo.

DEC
(horas /consumidor / ano) - 12 meses

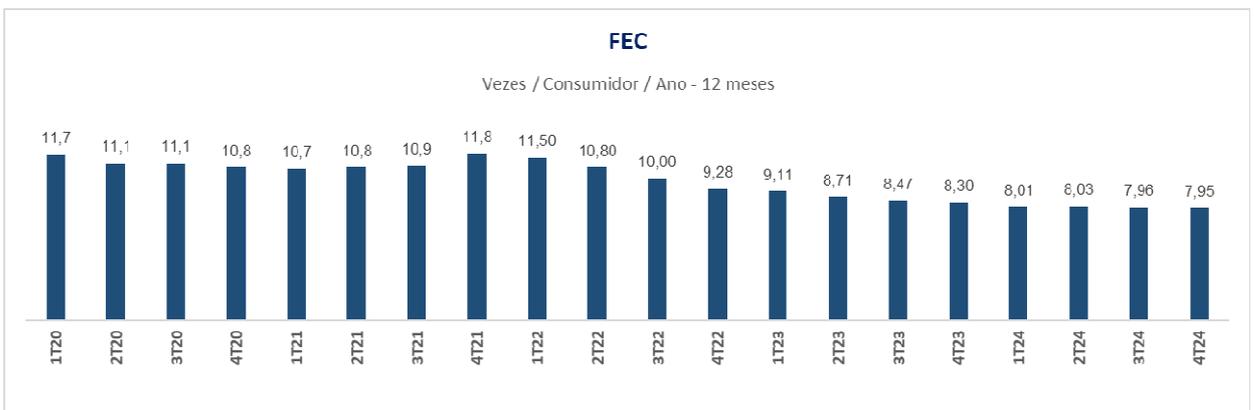


FEC
(horas /consumidor / ano) - 12 meses



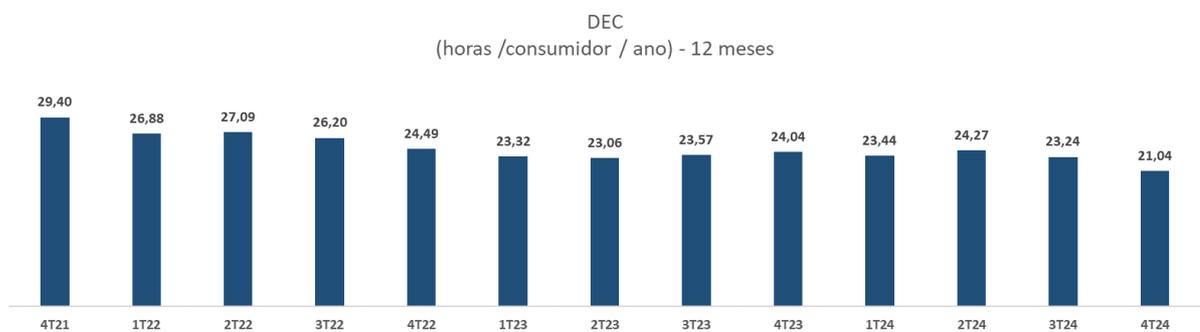
Pará

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC e FEC encerra o ano respectivamente em 19,40 horas e 7,95 vezes. Desta forma mantivemos o resultado abaixo da meta regulatória da ANEEL.

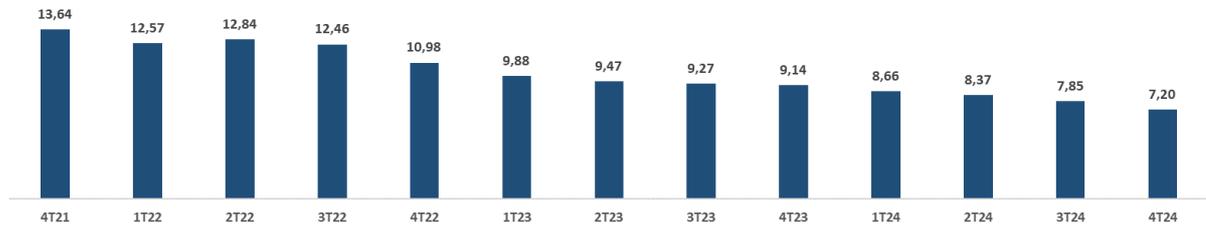


Piauí

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). Os indicadores de qualidade DEC e FEC apresentaram uma redução de 12,5 % e de 21%, respectivamente, em relação ao exercício anterior.



FEC
(horas /consumidor / ano) - 12 meses



05. Assuntos Regulatórios

Equatorial Maranhão

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) através da Resolução Homologatória nº 3.376/2024 homologou o Reajuste Tarifário Anual da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Maranhão”) com definição das tarifas para o período de 28 de agosto de 2024 a 27 de agosto de 2025, com um reajuste de -1,22% (menos uma vírgula vinte e dois por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Equatorial Pará

Em 06 de agosto de 2024, por meio da Resolução Homologatória nº 3.371/2024 a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) homologou as tarifas da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Pará”) sendo, em média, reajustadas em -3,23% (três vírgula cinquenta e seis por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da distribuidora para o período de 07 de agosto de 2024 a 6 de agosto de 2025.

Equatorial Piauí

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em Reunião Pública Ordinária da Diretoria, aprovou o resultado definitivo do Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) da Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Piauí”), considerando-se os componentes financeiros incluídos nas tarifas da Companhia, o efeito médio a ser percebido pelo consumidor será de -4,28%, sendo a nova tarifa aplicada para o período de 02 de dezembro de 2024 a 01 de dezembro de 2025.

06. ESG

Equatorial Maranhão

O Jornada de Segurança, um dos pilares estruturantes da gestão de segurança do Grupo, continuou sua expansão ao longo de 2024, consolidando uma cultura organizacional voltada para a prevenção de riscos. O programa, que é baseado nos pilares Liderança, Comportamento, População, Capacitação e Fornecedores, tem como objetivo transformar a mentalidade das lideranças e equipes operacionais, promovendo uma atuação cada vez mais proativa na segurança do trabalho.

Entre as ações realizadas em 2024, destacam-se:

- 20.675 inspeções estáticas (nas bases);
- 33.534 inspeções dinâmicas (blitz em campo);
- Mais de 15.007 diálogos de segurança com as equipes;
- 25 workshops de segurança com fornecedores âncoras e não âncoras;
- Implementação de monitoramento por QR Code, garantindo o histórico de informações de colaboradores e empresas.

Paralelamente, o compromisso social da Companhia se fortaleceu com a criação do **Instituto Equatorial**, em julho de 2024. Concebido para ampliar o alcance e a efetividade das iniciativas sociais da Companhia, o Instituto fortalece projetos existentes e abre novas frentes de atuação, com foco em educação, inclusão social e desenvolvimento sustentável.

A estruturação do Instituto foi um passo estratégico para consolidar as iniciativas de responsabilidade social do Grupo sob um modelo mais ágil e eficiente. Com CNPJ próprio e atuação no terceiro setor, a entidade permite uma gestão mais flexível dos recursos, facilitando parcerias e o desenvolvimento de projetos de longo prazo. A centralização das ações também trouxe maior governança e transparência, assegurando que os investimentos sociais estejam alinhados às diretrizes de sustentabilidade da Companhia.

Desde sua criação, o Instituto Equatorial tem direcionado esforços para enfrentar desafios estruturais nos territórios onde o Grupo atua. Suas iniciativas se organizam em três frentes principais:

- **Mobiliza:** Focado na capacitação profissional e no aumento da empregabilidade, promovendo oficinas, cursos profissionalizantes e workshops que auxiliam na inserção de grupos em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho.
- **Tecendo Futuros:** Voltado para a educação, com ações que vão desde o combate ao analfabetismo até a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas.
- **Impulsiona:** Direcionado ao empreendedorismo e geração de renda, com programas que oferecem capacitação técnica e capital semente para pequenos negócios, muitas vezes com aporte de capital semente para viabilizar novas oportunidades, garantindo apoio prático para o desenvolvimento econômico local.

Para os próximos anos, a meta é expandir suas frentes de atuação, fortalecer parcerias institucionais e aprimorar os mecanismos de avaliação de impacto, garantindo que cada ação contribua para um desenvolvimento dos locais onde o Grupo atua.

Em relação à estratégia climática, o Grupo Equatorial demonstrou avanços significativos em 2024, com destaque para a obtenção de uma **nota B** no questionário do **CDP Clima**, refletindo progressos na gestão de riscos e impactos climáticos, no engajamento da cadeia de valor e na governança. A Companhia também fez avanços no desenvolvimento do Inventário de Resíduos e do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), estruturando processos para aprimorar sistematização e monitoramento. A implementação do PGRS está prevista para 2025, com o objetivo de ampliar a rastreabilidade e garantir a eficácia das medidas adotadas. Atualmente, os materiais

utilizados nas operações do Grupo não são provenientes de reciclagem, mas há iniciativas contínuas para otimizar a gestão de resíduos e implementar soluções responsáveis ao longo da cadeia produtiva.

Além disso, a Equatorial iniciou um projeto para o consumo de combustível renovável em sua frota administrativa por meio da troca de combustível, de forma que o etanol seja o combustível padrão nos abastecimentos e seja utilizado em detrimento da gasolina e/ou diesel. A iniciativa rendeu à Companhia um aumento de mais de **7600%** no consumo de etanol ao último ano, projeto que continuará a ser implementado em 2025.

Plataforma E+

A plataforma E+ integra todos os projetos sociais do Grupo Equatorial, com focos e iniciativas distintos. A pluralidade de temas permite ao Grupo promover simultaneamente diferentes eixos de atuação: comunidade, meio ambiente, eficiência energética e desenvolvimento socioeconômico.

E+ Reciclagem

O programa E+ Reciclagem recebeu mais de cinco mil toneladas de resíduos em 2024. A distribuidora mantém postos distribuídos em quatro municípios, a maioria deles na capital, São Luís. Os resíduos deixados no E+ Reciclagem geraram mais de 26 mil MWh economizados por meio da troca de 25.784 lâmpadas fluorescentes e incandescentes por lâmpadas de LED.

E+ Educação

Uma das principais estratégias de atuação social, o programa E+ Educação desenvolve ações nos municípios pertencentes à concessão. ao longo do ano foram realizadas 468 palestras em 63 municípios, sensibilizando 10.371 alunos a respeito do caminho da energia, consumo consciente e segurança.

Equatorial Pará

O **Jornada de Segurança**, um dos pilares estruturantes da gestão de segurança do Grupo, continuou sua expansão ao longo de 2024, consolidando uma cultura organizacional voltada para a prevenção de riscos. O programa, que é baseado nos pilares Liderança, Comportamento, População, Capacitação e Fornecedores, tem como objetivo transformar a mentalidade das lideranças e equipes operacionais, promovendo uma atuação cada vez mais proativa na segurança do trabalho.

Entre as ações realizadas em 2024, destacam-se:

- 20.675 inspeções estáticas (nas bases);
- 33.534 inspeções dinâmicas (blitz em campo);
- Mais de 15.007 diálogos de segurança com as equipes;
- 25 workshops de segurança com fornecedores âncoras e não âncoras;
- Implementação de monitoramento por QR Code, garantindo o histórico de informações de colaboradores e empresas.

Paralelamente, o compromisso social da Companhia se fortaleceu com a criação do Instituto Equatorial, em julho de 2024. Concebido para ampliar o alcance e a efetividade das iniciativas sociais da Companhia, o Instituto fortalece projetos existentes e abre novas frentes de atuação, com foco em educação, inclusão social e desenvolvimento sustentável.

A estruturação do Instituto foi um passo estratégico para consolidar as iniciativas de responsabilidade social do Grupo sob um modelo mais ágil e eficiente. Com CNPJ próprio e atuação no terceiro setor, a entidade permite uma gestão mais flexível dos recursos, facilitando parcerias e o desenvolvimento de projetos de longo prazo. A centralização das ações também trouxe maior governança e transparência, assegurando que os investimentos sociais estejam alinhados às diretrizes de sustentabilidade da Companhia.

Desde sua criação, o Instituto Equatorial tem direcionado esforços para enfrentar desafios estruturais nos territórios onde o Grupo atua. Suas iniciativas se organizam em três frentes principais:

- **Mobiliza:** Focado na capacitação profissional e no aumento da empregabilidade, promovendo oficinas, cursos profissionalizantes e workshops que auxiliam na inserção de grupos em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho.
- **Tecendo Futuros:** Voltado para a educação, com ações que vão desde o combate ao analfabetismo até a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas.
- **Impulsiona:** Direcionado ao empreendedorismo e geração de renda, com programas que oferecem capacitação técnica e capital semente para pequenos negócios, muitas vezes com aporte de capital semente para viabilizar novas oportunidades, garantindo apoio prático para o desenvolvimento econômico local.

Para os próximos anos, a meta é expandir suas frentes de atuação, fortalecer parcerias institucionais e aprimorar os mecanismos de avaliação de impacto, garantindo que cada ação contribua para um desenvolvimento dos locais onde o Grupo atua.

Em relação à estratégia climática, o Grupo Equatorial demonstrou avanços significativos em 2024, com destaque para a obtenção de uma **nota B** no questionário **do CDP Clima**, refletindo progressos na gestão de riscos e impactos climáticos, no engajamento da cadeia de valor e na governança. A Companhia também fez avanços no desenvolvimento do Inventário de Resíduos e do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), estruturando processos para aprimorar sistematização e monitoramento. A implementação do PGRS está prevista para 2025, com o objetivo de ampliar a rastreabilidade e garantir a eficácia das medidas adotadas. Atualmente, os materiais utilizados nas operações do Grupo não são provenientes de reciclagem, mas há iniciativas contínuas para otimizar a gestão de resíduos e implementar soluções responsáveis ao longo da cadeia produtiva.

Além disso, a Equatorial iniciou um projeto para o consumo de combustível renovável em sua frota administrativa por meio da troca de combustível, de forma que o etanol seja o combustível padrão nos abastecimentos e seja utilizado em detrimento da gasolina e/ou diesel. A iniciativa rendeu à Companhia um aumento de mais de **7600%** no consumo de etanol ao último ano, projeto que continuará a ser implementado em 2025.

Plataforma E+

A plataforma E+ integra todos os projetos sociais do Grupo Equatorial, com focos e iniciativas distintos. A pluralidade de temas permite ao Grupo promover simultaneamente diferentes eixos de atuação: comunidade, meio ambiente, eficiência energética e desenvolvimento socioeconômico.

E+ Comunidade

O E+ Comunidade busca construir relações de colaboração mútua com a sociedade por meio de projetos como o Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), um dos principais programas sociais do país. Em 2024, a Equatorial Pará aumentou o número de clientes cadastrados com acesso à Tarifa Social, chegando a 17.585 novas famílias no ano.

E+ Educação

Uma das principais estratégias de atuação social em que a empresa atua, o programa E+ Educação desenvolve ações nos municípios pertencentes à concessão. Em seu escopo foram realizadas 468 palestras, em 63 municípios, sensibilizando 10.371 alunos a respeito do caminho da energia, consumo consciente e segurança

Equatorial Piauí

O Jornada de Segurança, um dos pilares estruturantes da gestão de segurança do Grupo, continuou sua expansão ao longo de 2024, consolidando uma cultura organizacional voltada para a prevenção de riscos. O programa, que é baseado nos pilares Liderança, Comportamento, População, Capacitação e Fornecedores, tem como objetivo transformar a mentalidade das lideranças e equipes operacionais, promovendo uma atuação cada vez mais proativa na segurança do trabalho.

Entre as ações realizadas em 2024, destacam-se:

- 20.675 inspeções estáticas (nas bases);
- 33.534 inspeções dinâmicas (blitz em campo);
- Mais de 15.007 diálogos de segurança com as equipes;
- 25 workshops de segurança com fornecedores âncoras e não âncoras;
- Implementação de monitoramento por QR Code, garantindo o histórico de informações de colaboradores e empresas.

Paralelamente, o compromisso social da Companhia se fortaleceu com a criação do **Instituto Equatorial**, em julho de 2024. Concebido para ampliar o alcance e a efetividade das iniciativas sociais da Companhia, o Instituto fortalece projetos existentes e abre novas frentes de atuação, com foco em educação, inclusão social e desenvolvimento sustentável.

A estruturação do Instituto foi um passo estratégico para consolidar as iniciativas de responsabilidade social do Grupo sob um modelo mais ágil e eficiente. Com CNPJ próprio e atuação no terceiro setor, a entidade permite uma gestão mais flexível dos recursos, facilitando parcerias e o desenvolvimento de projetos de longo prazo. A centralização das ações também trouxe maior governança e transparência, assegurando que os investimentos sociais estejam alinhados às diretrizes de sustentabilidade da Companhia.

Desde sua criação, o Instituto Equatorial tem direcionado esforços para enfrentar desafios estruturais nos territórios onde o Grupo atua. Suas iniciativas se organizam em três frentes principais:

- **Mobiliza:** Focado na capacitação profissional e no aumento da empregabilidade, promovendo oficinas, cursos profissionalizantes e workshops que auxiliam na inserção de grupos em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho.
- **Tecendo Futuros:** Voltado para a educação, com ações que vão desde o combate ao analfabetismo até a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas.
- **Impulsiona:** Direcionado ao empreendedorismo e geração de renda, com programas que oferecem capacitação técnica e capital semente para pequenos negócios, muitas vezes com aporte de capital semente para viabilizar novas oportunidades, garantindo apoio prático para o desenvolvimento econômico local.

Para os próximos anos, a meta é expandir suas frentes de atuação, fortalecer parcerias institucionais e aprimorar os mecanismos de avaliação de impacto, garantindo que cada ação contribua para um desenvolvimento dos locais onde o Grupo atua.

Em relação à estratégia climática, o Grupo Equatorial demonstrou avanços significativos em 2024, com destaque para a obtenção de uma **nota B** no questionário do **CDP Clima**, refletindo progressos na gestão de riscos e impactos climáticos, no engajamento da cadeia de valor e na governança. A Companhia também fez avanços no desenvolvimento do Inventário de Resíduos e do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), estruturando processos para aprimorar sistematização e monitoramento. A implementação do PGRS está prevista para 2025, com o objetivo de ampliar a rastreabilidade e garantir a eficácia das medidas adotadas. Atualmente, os materiais utilizados nas operações do Grupo não são provenientes de reciclagem, mas há iniciativas contínuas para otimizar a gestão de resíduos e implementar soluções responsáveis ao longo da cadeia produtiva.

Além disso, a Equatorial iniciou um projeto para o consumo de combustível renovável em sua frota administrativa por meio da troca de combustível, de forma que o etanol seja o combustível padrão nos abastecimentos e seja utilizado em detrimento da gasolina e/ou diesel. A iniciativa rendeu à Companhia um aumento de mais de **7600%** no consumo de etanol ao último ano, projeto que continuará a ser implementado em 2025.

Plataforma E+

A plataforma E+ integra todos os projetos sociais do Grupo Equatorial, com focos e iniciativas distintos. A pluralidade de temas permite ao Grupo promover simultaneamente diferentes eixos de atuação: comunidade, meio ambiente, eficiência energética e desenvolvimento socioeconômico.

E+ Educação

Uma das principais estratégias de atuação social em que a empresa atua, o programa E+ Educação desenvolve ações nos municípios pertencentes à concessão. Em seu escopo foram realizadas 754 palestras, em 40 municípios, sensibilizando 33.338 alunos a respeito do caminho da energia, consumo consciente e segurança.

E+ Reciclagem

O programa E+ Reciclagem recebeu mais de duas mil toneladas de resíduos em 2024. Os resíduos deixados no E+ Reciclagem geraram mais de 10 mil MWh economizados por meio da troca de 29.368 lâmpadas fluorescentes e incandescentes por lâmpadas de LED.

07. Desempenho Econômico-Financeiro

8.1.1 Receita Líquida

Em relação a Receita Líquida, o total registrado no ano foi de R\$ 20,729 bilhões, 9% acima da obtida no ano anterior.

8.1.2 Custos e Despesas Operacionais

No ano de 2024, o total de custos e despesas operacionais, excluindo custo de construção, depreciação e amortização foi de R\$ 11,115 bilhões, crescimento de 13% na comparação com 2023.

8.1.3 EBITDA

Em 2024, o EBITDA atingiu R\$ 5,148 bilhões, 3% a menor que o valor registrado no ano anterior que foi de R\$ 5,312 bilhões.

8.1.4 Resultado Financeiro

Em 2024, o resultado financeiro líquido (consolidado) foi negativo em R\$ 863 milhões, comparado ao resultado financeiro líquido de R\$ 770 milhões, registrado no ano de 2023.

8.1.5 Lucro Líquido

Em 2024, a Companhia alcançou Lucro Líquido de R\$ 3,075 bilhões, redução de 5% em relação ao ano anterior.

08. Investimentos

Investimentos Distribuidoras (R\$ Milhões)	12M24		
	MA	PA	PI
Ativos elétricos	1023	1159	579
Obrigações especiais	38	1306	87
Ativos não elétricos	85	140	60
Total	1.146	2.604	726

Investimentos Distribuidoras (R\$ Milhões)	12M23		
	MA	PA	PI
Ativos elétricos	891	1479	640
Obrigações especiais	37	874	130
Ativos não elétricos	117	116	55
Total	1.045	2.469	826

Os investimentos somaram **R\$ 4,4 bilhões** no exercício 2024, o que representou um crescimento de 3% em relação ao exercício de 2023.

Equatorial Maranhão

Os investimentos da Equatorial Maranhão, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT e MLA, totalizaram R\$ 1,106 bilhão em 2024, crescimento de 9% em relação a 2023. Tais investimentos são principalmente focados em expansão da capacidade de transformação da rede de distribuição, tendo em vista o contínuo crescimento na demanda de energia do Estado.

Equatorial Pará

Os investimentos da EQTL PA totalizaram R\$ 2,6 bilhões em 2024, aumento de 5% em relação a 2023. Os investimentos se concentraram na expansão e melhoria da rede, Interligação de Usinas e o Programa Luz Para Todos.

Equatorial Piauí

Em 2024, os investimentos da EQTL PI, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$ 639 milhões, direcionados principalmente a manutenção e expansão da rede de distribuição de energia. Já os investimentos do Programa Luz Para Todos somaram R\$ 87 milhões

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior

Diretor Presidente

José Silva Sobral

Diretor

Humberto Luis Queiroz Nogueira

Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

Diretor

Cristiano de Lima Logrado

Diretor

Marcos Antônio Souza de Almeida

Diretor

Relacionamento com auditores externos

Em atendimento ao inciso V e VI, do § 1o do artigo 27 da Resolução CVM no 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Companhia, Srs. Augusto Miranda da Paz Júnior, Diretor-Presidente; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; José Silva Sobral, Diretor; Marcos Antônio Souza de Almeida, Diretor; Humberto Luis Queiroz Nogueira, Diretor; Cristiano De Lima Logrado, Diretor, declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) reviram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 26 de março de 2025 pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda, auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior
Diretor Presidente

José Silva Sobral
Diretor

Humberto Luis Queiroz Nogueira
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Cristiano de Lima Logrado
Diretor

Marcos Antônio Souza de Almeida
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Superintendente
Contador
CRC PE 012996-O-3 S-MA